

SERPROS | Fundo Multipatrocinado



SERPROS
FUNDO MULTIPATROCINADO

Relatório Anual de Informações 2023





Sumário

APRESENTAÇÃO.....	4
1. MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA.....	5
2. Conselhos Deliberativo e Fiscal.....	7
2.1 Conselho Deliberativo.....	7
2.1.1 Mensagem do Presidente do Conselho Deliberativo.....	7
2.2 Conselho Fiscal.....	9
2.2.1 Mensagem do Presidente do Conselho Fiscal.....	9
3. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	11
3.1 Direcionadores estratégicos.....	12
3.2 Eleições 2023 – Marco histórico no Serpros.....	13
3.3 Processo Seletivo obrigatório – Um avanço na Governança do Serpros.....	14
3.4 Início do mandato dos dirigentes estatutários do Serpros.....	15
3.5 Reestruturação organizacional e a criação da Gerência Comercial.....	18
4. FATOS RELEVANTES.....	20
4.1 Serpros cada dia mais próximo de você.....	21
4.2 Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance.....	25
4.3 Plano Ser+: O Nascimento do plano da sua família.....	26
4.4 Inovações e evoluções tecnológicas a serviço do participante.....	27
4.5 Retrospectiva.....	28
5. SERPROS EM NÚMEROS.....	29
5.1 Dados Previdenciários.....	30
5.1.1 Distribuição de Participantes por UF.....	31
5.1.2 Patrimônio.....	32
5.2 Evolução do Plano de Gestão Administrativa (PGA).....	33
5.2.1 Contribuições Recebidas.....	34
5.2.2 Indicadores PGA.....	34
5.3 Consolidação das Demonstrações Contábeis.....	35



6. RESULTADO ATUARIAL DOS PLANOS.....	36
6.1 Plano Serpro I (PS-I).....	38
6.2 Plano Serpro II (PS-II).....	40
6.3 Plano Família Ser+.....	42
6.4 Hipóteses atuariais dos Planos Serpro I, Serpro II e Ser+ e seus fundamentos.....	43
6.5 Pareceres atuariais.....	46
7. INVESTIMENTOS.....	47
7.1 Gestão dos Investimentos.....	48
7.1.1 Cenário Macroeconômico.....	48
7.2 Mensagem da Diretoria sobre o retorno dos investimentos.....	69
7.3 Governança de Investimentos.....	70
7.3.1 Participação em Assembleias e Reuniões de Investimentos.....	71
7.3.1.1 Quadro de assembleias dos ativos/fundos.....	71
7.3.2 Princípios de Investimento Responsável – PRI.....	73
7.4 Resultado dos Investimentos.....	76
8. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	86
8.1 Demonstrações Contábeis.....	87
8.1.1 Notas explicativas às Demonstrações Contábeis.....	101
8.1 Relatório dos Auditores Independentes.....	173
8.2 Parecer Atuarial.....	173
8.3 Parecer do Conselho Fiscal.....	173
8.4 Deliberação do Conselho Deliberativo.....	173



APRESENTAÇÃO

Temos o prazer de apresentar o Relatório Anual de Informações referente ao ano de 2023. Este documento oferece uma visão abrangente dos objetivos alcançados, dos marcos superados e uma análise dos investimentos.

Em 2023 destacamos o lançamento do Plano Ser+, o plano família do Serpros, o qual permite a adesão dos familiares de nossos participantes dos Planos Serpro I (PS-I) e Serpro II (PS-II), oferecendo uma oportunidade para a acumulação de recursos adicionais. Dentre as principais vantagens do plano está a sucessão patrimonial, que faculta a livre escolha dos beneficiários, tendo ou não grau de parentesco.

Outro marco de grande destaque foi o processo eleitoral para os novos diretores da entidade. Após um processo seletivo rigoroso, realizado por empresa contratada, os diretores foram escolhidos com base na qualificação para cada função, e após esse processo, a patrocinadora selecionou a Diretora-Presidente e o Diretor de Investimentos. Além disso, pela primeira vez na história da entidade, o Diretor de Administração e Seguridade foi eleito pelos participantes. Os novos integrantes da diretoria e os membros dos conselhos deliberativo e fiscal do Serpros iniciaram seus respectivos mandatos em 1º de outubro. Como prioridade na gestão estão os participantes e assistidos. A entidade concentra esforços na eficiência operacional e na maximização dos investimentos.

Alinhado a esse compromisso, renovamos o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos, garantindo estar em conformidade com todos os requisitos exigidos. Outra grande conquista para a entidade foi o Selo de Engajamento Abrapp na categoria Ouro, pelo segundo ano consecutivo. Esse selo demonstra a valorização do Serpros com os seus profissionais.

O site Serpros e a Área do Participante foram reestruturados resultando em um visual mais atraente e uma experiência de navegação mais intuitiva. A melhoria foi resultado da participação de nossos participantes em nossa Pesquisa de Satisfação realizada em 2022.

Uma reestruturação na organização do Serpros também foi implementada, com abordagem mais orientada para o mercado, incluindo a criação de uma área comercial dedicada à captação de novos instituidores para o Plano Ser+, com o objetivo de garantir a perenidade da entidade.

2023 foi um ano de conquistas para o Serpros. Confira neste relatório todas as iniciativas adotadas e entenda os resultados. Em 2024, continuaremos a trilhar caminhos de inovação, excelência e compromisso com cada um de vocês.

Boa leitura!



1. MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA



**Alexandre José
Valadares Jordão**

Diretor de Administração
e Seguridade

**Edilene dos Reis
Rocha Araujo**

Diretora-Presidente

**Leonardo Dias Baptista
Gomes**

Diretor de Investimentos

2023: Ano de mudanças e muitas novidades

Grandes avanços e transformações marcaram o ano de 2023 no Serpros. O Planejamento Estratégico (2023-2027) traçou diretrizes com o objetivo de transformar o Serpros em administradora de planos patrocinados e instituídos; melhorar o atendimento ao participante; aprimorar práticas ASG (Ambiental, Social e Governança) e ampliar os resultados obtidos sobre os recursos de investimentos dos planos.

Entre os resultados do ano destacam-se o lançamento do plano instituído Ser+, a ampliação do atendimento para todo o país com o apoio do Serpro e os planos de previdência terem alcançado grandes resultados em seus investimentos, oferecendo melhores serviços aos participantes.

Em fevereiro, o Serpros conquistou a Categoria Ouro no quesito Melhores Práticas do Selo de Engajamento Abrapp. Essa conquista é um reconhecimento à Entidade e seus profissionais que se identificam com os valores e os objetivos da empresa. O Serpros renovou também o Selo de Autorregulação de Governança de Investimentos. Este selo atesta a aderência ao Novo Código de Autorregulação em Governança de



Investimentos, comprova o compromisso com os princípios, obrigações e melhores práticas relacionados aos processos de investimentos e reforça a responsabilidade com a transparência e ética no setor.

Em março, foi lançado oficialmente o plano família Ser+. A flexibilidade para contribuir e para resgatar permitiu que, em pouco mais de um ano, o Ser+ contasse com quase 200 inscritos e tivesse seus primeiros aposentados. Além disso, a atrativa rentabilidade, somada aos aportes iniciais e as portabilidades, permitiram que o plano alcançasse mais de R\$12 milhões em patrimônio.

Foram obtidos grandes avanços na pauta ASG. Investir com responsabilidade e transparência é a chave para administrar os planos previdenciários com eficiência, portanto, foi divulgado em abril, o primeiro Manual ASG da entidade. Foi mais um importante passo na busca da excelência em nossas práticas de investimentos responsáveis.

Entre junho e setembro, o destaque foi o Processo Seletivo Prévio, e o Processo Eleitoral para integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva, do qual participamos.

Foi um processo eleitoral bem-sucedido, respeitando o Estatuto da Entidade, o Edital e o Regulamento das Eleições. Todos os documentos foram aprovados pelo Conselho Deliberativo, que deram condições equânimes aos candidatos que participaram desse processo. Esta diretoria manteve os projetos importantes que estavam em andamento e revisou alguns direcionamentos, alinhados ao compromisso assumido de focar esforços em melhorias para os participantes, ampliar a transparência das informações e buscar soluções inovadoras para otimizar a gestão e melhorar os resultados dos planos.

Ainda em setembro, outra importante conquista: o Serpros obteve decisão favorável no processo judicial de falência da empresa Chapecó Companhia Industrial de Alimentos S.A, que habilitou seu crédito de R\$ 69.066.077,56.

Em dezembro, o destaque foi para o lançamento das Parcerias. Uma iniciativa do Serpros com o objetivo de estabelecer acordos colaborativos com empresas de setores de interesse dos participantes. Nesse aspecto, é sempre importante lembrar que os produtos ou serviços oferecidos pelas parcerias não constituem oferta pelo Serpros, sendo a responsabilidade exclusiva dos respectivos provedores.

Em relação aos investimentos, o Serpros encerrou o exercício de 2023 superando a meta atuarial dos planos que administra. O resultado do investimento do Plano de Custeio Administrativo (PGA) obteve rendimento acumulado de 13,90% no ano, superando em mais de 140% seu objetivo. Já o plano Serpro I (PS-I) teve o resultado contábil de 10,78% e o resultado contábil do plano Serpro II (PSII-CD) foi de 12,91% em sua parcela CD e de 12,11% no BD.

Essas importantes entregas reforçam o compromisso do Serpros na melhoria contínua de processos e serviços e compactuam com os objetivos traçados. Esperamos celebrar 2024 com ainda mais conquistas alinhadas com nossa missão de proporcionar um futuro financeiramente seguro aos nossos participantes.



2. Conselhos Deliberativo e Fiscal

2.1 Conselho Deliberativo



Da esquerda para direita: Maurício Vasconcelos Saraiva, Felipe Porto Padilha, André Gianini, Luiz Antônio Martins, Paulo Mendonça Junior e Kleber Pereira dos Santos.

2.1.1 Mensagem do Presidente do Conselho Deliberativo

É com grande satisfação que compartilho com todos os nossos estimados Participantes, Assistidos, Patrocinadora e demais partes interessadas o Relatório Anual de Informações do Serpros Fundo Multipatrocinado correspondente ao ano de 2023. Este relatório apresenta as principais realizações e destaques registrados ao longo do ano, assim como a prestação de contas do exercício de forma transparente e responsável sobre nossa gestão.

Neste ano, enfrentamos desafios significativos, mas com determinação e comprometimento, conseguimos alcançar importantes marcos e avanços. O Relatório Anual de Informações apresenta uma análise abrangente dos resultados atuariais, financeiros, estratégias de investimento, governança corporativa, responsabilidade socioambiental, bem como as perspectivas futuras para a Entidade.



Destaco a aprovação da Política e Manual ESG (Environmental, Social and Governance), ou em português, ASG (Ambiental, Sustentabilidade e Governança) do Serpros, que, além de estabelecer critérios e formas de operacionalização e tomada de decisões para os investimentos, reflete a responsabilidade e comprometimento ambiental e social com investidores, participantes, patrocinadora, colaboradores, mercado e sociedade.

Outro aspecto importante a ser destacado é o compromisso da atual gestão com o cuidado e bem-estar dos Participantes, Assistidos e colaboradores do Serpros, responsáveis por zelar pela boa gestão dos recursos da Entidade.

Na condição de Presidente do Conselho Deliberativo, expresso minha gratidão a todos os membros, colaboradores e parceiros que contribuíram para o sucesso da Entidade no último ano. Seu trabalho árduo e dedicação foram fundamentais para fortalecer a posição do Serpros no segmento de previdência complementar fechada, consolidando a missão, visão, valores e propósitos institucionais.

Estamos comprometidos em continuar aprimorando as nossas práticas na governança corporativa, buscando sempre a excelência em tudo o que fazemos. Ouvir as opiniões e sugestões é essencial para o aperfeiçoamento contínuo. Sendo assim, convido a todos os participantes e assistidos a compartilharem suas contribuições para que possamos seguir crescendo juntos.

Por fim, reitero o compromisso do Conselho Deliberativo com a prestação de contas, equidade, transparência, ética e responsabilidade corporativa em todas as suas ações. Este relatório reflete o comprometimento em manter os mais altos padrões de governança na prestação de contas.

Agradeço mais uma vez a confiança depositada em nós e espero que este relatório seja uma fonte valiosa de informações sobre o desempenho e a trajetória da nossa Entidade.

Cordialmente,
Paulo Mendonça Junior
Presidente do Conselho Deliberativo



2.2 Conselho Fiscal



Da esquerda para direita: Ana Maria Mallmann Costi, Mauro Roberto Simião, Fernanda Pereira da Rosa Gomes e Georges Leitão dos Santos.

2.2.1 Mensagem do Presidente do Conselho Fiscal

É com grande honra que compartilho com todos os Participantes e Assistidos a mensagem do Conselho Fiscal no Relatório Anual de Informações da nossa Entidade, referente ao ano de 2023. Este documento reflete não apenas os resultados financeiros e operacionais do último ano, mas também a diligência e o compromisso do Conselho Fiscal em garantir a transparência e a conformidade com as melhores práticas de governança corporativa.

Como Presidente do Conselho Fiscal, reafirmo a nossa responsabilidade em assegurar a proteção dos interesses dos Participantes e Assistidos e que os recursos dos planos administrados pelo SERPROS sejam gerenciados de forma prudente e eficiente. Ao longo do último ano, trabalhamos incansavelmente para cumprir esse compromisso e para fornecer uma supervisão independente e rigorosa sobre as operações da Entidade.



O Conselho Fiscal tem desempenhado um papel fundamental na garantia da transparência, integridade e conformidade das operações do SERPROS. Estamos comprometidos em continuar aprimorando nossas práticas e processos de governança, sempre em busca da excelência e da prestação de contas a todas as partes interessadas.

Por fim, reitero nosso compromisso com a prestação de contas, equidade, transparência, a ética e a responsabilidade corporativa em todas as atividades do Conselho Fiscal. Este relatório é mais uma demonstração desse compromisso em cumprir esses princípios fundamentais.

Agradeço a confiança depositada em nós e espero que este relatório seja uma fonte valiosa de informações sobre o desempenho, os controles internos e a gestão da nossa Entidade.

Saudosamente,
Mauro Roberto Simião
Presidente do Conselho Fiscal

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA





3.1 Direcionadores estratégicos

MISSÃO

Administrar planos previdenciários por meio da gestão eficiente de recursos, contribuindo para o futuro financeiro dos participantes.

VISÃO

Ser reconhecido pela excelência de padrões de governança, solidez e resultado financeiro.

VALORES

Foco no participante, Transparência, Ética e Comprometimento.

PROPÓSITO

Cuidar da segurança financeira dos participantes e impulsionar a cultura previdenciária.



3.2 Eleições 2023 – Marco histórico no Serpros

O ano de 2023 foi marcado pelo Processo Eleitoral realizado pelo Serpros para a escolha de representantes dos Participantes e Assistidos, sendo eleitos um titular e seu respectivo suplente para o Conselho Deliberativo, um titular e seu respectivo suplente para o Conselho Fiscal e, pela primeira vez, um Diretor de Administração e Seguridade que foi eleito pela escolha direta, o que representa uma evolução importante de representatividade na gestão executiva da entidade.

As regras eleitorais foram estabelecidas conforme previsto pelo Regulamento Eleitoral proposto pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho Deliberativo, nos termos previstos no artigo 40 do Estatuto da entidade.

Para a condução do processo eleitoral, a Diretoria Executiva nomeou uma Comissão Eleitoral, composta por representantes das patrocinadoras Serpros e Serpro e por um membro indicado por associação representativa de participantes e assistidos de relevante representatividade, vaga preenchida por indicação da Aspas – Associação dos Participantes e Assistidos do Serpros.

O processo foi conduzido conforme regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, que incluíram o desenvolvimento de fases como inscrição dos candidatos, apresentação de recursos, período de campanha e propaganda eleitoral, votação, apuração, homologação e divulgação do resultado final, conforme previsões contidas no Regulamento Eleitoral, Edital de Eleições e Cronograma Eleitoral.

Sua realização contou com sistema para inscrição e apresentação de recursos pelos candidatos, votação dos participantes e assistidos por meio eletrônico, através de voto secreto e direto e apuração eletrônica, sendo validado o processo e o resultado da apuração por empresa de auditoria independente contratada para atestar a conformidade do sistema utilizado.

Destacamos as ações de ampla transparência voltadas a garantir a plena participação dos candidatos e eleitores, incluindo as constantes comunicações da entidade no site e por mensagens eletrônicas, a criação de uma página no site do Serpros exclusiva para as eleições, propagação na patrocinadora Serpro, além da oportunização, aos candidatos, o envio de material de divulgação de suas candidaturas.

Após os trâmites previstos, o Conselho Deliberativo homologou, em 14 de setembro de 2023, o resultado das eleições para os representantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal e para o Diretor de Administração e Seguridade eleitos.

Em conformidade com o compromisso de transparência da entidade, informamos que os custos operacionais do Processo eleitoral foram de R\$121.080,00, composto pelo desenvolvimento do sistema eleitoral e contratação de auditoria independente.



3.3 Processo Seletivo obrigatório – Um avanço na Governança do Serpros

O ano de 2023 foi marcado pelo aperfeiçoamento da governança corporativa da entidade, através da introdução do Processo Seletivo Obrigatório, voltado à seleção de Diretor-Presidente, Diretor de Investimentos e Diretor de Administração e Segurança, representando um claro aprimoramento de regras, um ponto positivo para a entidade.

Essa melhoria foi consolidada para dar cumprimento a um preceito previsto no Estatuto do Serpros (§1º, do art. 15) e em cumprimento às exigências trazidas pela Resolução CNPC nº 35/2019, contempladas na última alteração estatutária da entidade aprovada pela Previc em setembro de 2022.

Para atender às exigências previstas pela Resolução e pelo Estatuto, o Conselho Deliberativo definiu diretrizes relacionadas ao processo seletivo obrigatório, incluindo a criação do Regimento de um Comitê de Elegibilidade, de caráter consultivo, subordinado ao órgão maior, formado por gestores da entidade e um representante do Conselho Fiscal e Deliberativo, que assessoram o colegiado no ateste dos requisitos mínimos exigidos aos cargos.

Além disso, foi necessária a normatização do processo seletivo prévio, que estabeleceu regras objetivas e indispensáveis para a boa condução desse processo, além de estabelecer a contratação de empresa especializada no mercado de seleção e contratação de executivos, que atuou na análise da elegibilidade dos candidatos, conforme as exigências legais e estatutárias e realizou as entrevistas com os inscritos aos cargos, garantindo a independência, a tecnicidade e o profissionalismo na seleção dos candidatos.

Outro ponto relevante que marcou o processo seletivo foi a transparência, por meio de ampla divulgação, que trouxe clareza sobre os requisitos exigidos, equiparação concorrencial aos candidatos e amplo conhecimento das regras aos participantes e assistidos, ao órgão regulador e à sociedade.

A introdução do processo seletivo obrigatório não apenas garantiu a qualificação técnica dos dirigentes, mas também fortaleceu a confiança dos participantes e assistidos, além de reforçar a credibilidade perante órgãos reguladores e a sociedade em geral. A condução eficaz desse processo pelo Serpros reflete seu comprometimento com as melhores práticas de governança e sua busca constante pela excelência na gestão da entidade.



3.4 Início do mandato dos dirigentes estatutários do Serpros

Em 1º de outubro de 2023 os novos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo iniciaram os seus mandatos.

Após criterioso processo seletivo, o Patrocinador Serpro indicou o Senhor Leonardo Dias Baptista Gomes para ocupar o cargo de Diretor de Investimentos e a Senhora Edilene dos Reis Rocha Araujo para a posição de Diretora-Presidente.

Para ocupar o cargo de Diretor de Administração e Segurança, foi eleito o Senhor Alexandre José Valadares Jordão. Foi a primeira vez na história do Serpros em que os participantes tiveram a oportunidade de eleger um diretor para composição da Diretoria Executiva.

No Conselho Fiscal, conforme previsto no Estatuto do Serpros, metade dos conselheiros tiveram seus mandatos encerrados, sendo substituídos por duas novas conselheiras, com mandatos de 4 anos. A Senhora Ana Maria Mallmann Costi foi eleita pelos participantes e a Senhora Fernanda Pereira da Rosa Gomes foi indicada pelo Patrocinador Serpro.

Por fim, no Conselho Deliberativo tomaram posse dois conselheiros indicados pelo Patrocinador Serpro: o Senhor Kleber Pereira dos Santos e o Senhor Paulo Mendonça Junior, que assumiu a presidência do pleno. O Senhor Maurício Vasconcellos Saraiva foi eleito pelos participantes. Todos com mandatos de quatro anos.

Diretoria Executiva (DE)

EDILENE DOS REIS ROCHA ARAUJO

Diretora-Presidente

Mandato de 3 anos (1º/10/2023 – 30/9/2026)

ALEXANDRE JOSÉ VALADARES JORDÃO

Diretor de Administração e Segurança

Mandato de 3 anos (1º/10/2023 – 30/9/2026)

LEONARDO DIAS BAPTISTA GOMES

Diretor de Investimentos

Mandato de 3 anos (1º/10/2023 – 30/9/2026)



Conselho Deliberativo (CDE)

PAULO MENDONÇA JUNIOR

Conselheiro Indicado: Mandato de 4 anos (1º/10/2023 a 30/09/2027)

Suplente: Amanda Costa Nascimento Rique

ANDRÉ GIANINI

Conselheiro Eleito: Mandato de 4 anos (1º/10/2021 – 30/09/2025)

Suplente: Vago

FELIPE PORTO PADILHA

Conselheiro Indicado: Mandato de 4 anos (16/09/2021 a 30/09/2025)

1º Suplente: Alexandre Gonçalves de Ávila

2º Suplente: Jurandir de Castro Leão Júnior

KLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Conselheiro Indicado: Mandato de 4 anos (1º/10/2023 a 30/09/2027)

Suplente: Rosa Maria de Souza Lima

LUIZ ANTÔNIO MARTINS

Conselheiro Eleito: Mandato de 4 anos (16/09/2021 – 30/09/2025)

1º Suplente: Lúcia Helena Bernardes

2º Suplente: Bruno de Mello Anacleto Rodarte Andrade

MAURÍCIO VASCONCELLOS SARAIVA

Conselheiro Eleito: Mandato de 4 anos (1º/10/2023 a 30/09/2027)

Suplente: Rosa Maria de Souza Lima



Conselho Fiscal (COF)

MAURO ROBERTO SIMIÃO

Conselheiro Eleito: Mandato de 4 anos (16/09/2021 – 30/09/2025)

1º Suplente: Willian Pelicoli Spagnol

2º Suplente: Guaraçay Augusto Ribeiro da Silva

ANA MARIA MALLMANN COSTI

Conselheira Eleita: Mandato de 4 anos (1º/10/2023 – 30/09/2027)

Suplente: Estêvão Augusto de Oliveira Castro

FERNANDA PEREIRA DA ROSA GOMES

Conselheira Indicada: Mandato de 4 anos (1º/10/2023 – 30/09/2027)

Suplente: Emanuel Almeida Silva

GEORGES LEITÃO DOS SANTOS

Conselheiro Indicado: Mandato de 4 anos (16/09/2021 a 30/09/2025)

1º Suplente: Idarlan Martins Machado

2º Suplente: Daniel Azevedo Pansani (09/02/2023 a 15/09/2025)



3.5 Reestruturação organizacional e a criação da Gerência Comercial

Em junho de 2023, o Conselho Deliberativo aprovou a revisão do Regimento Interno do Serpros, refletindo de forma prática e organizada o funcionamento do novo modelo de negócios da entidade, em atendimento ao estabelecido no Planejamento Estratégico 2023-2027.

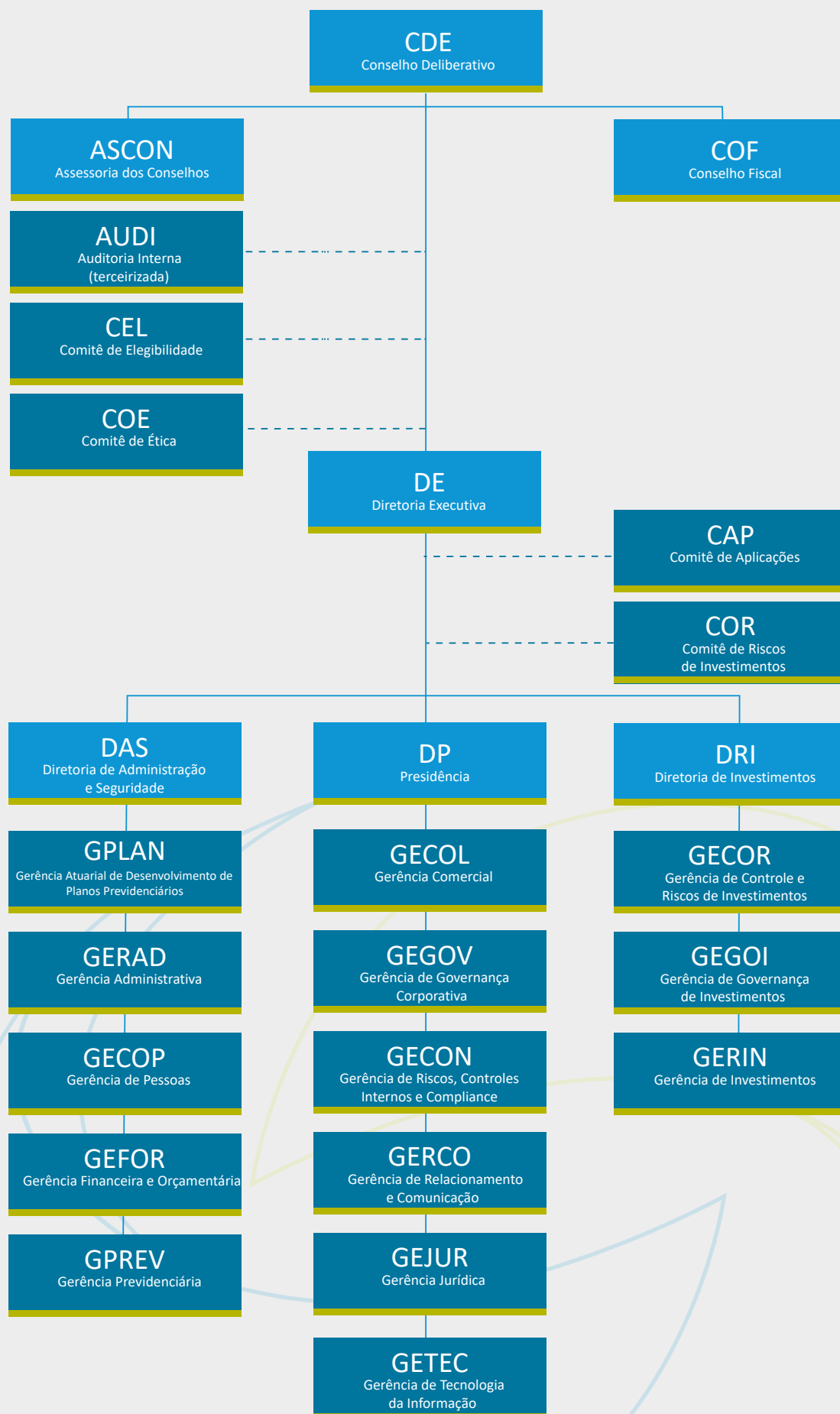
Importante destacar que as alterações realizadas foram essenciais para se adequar as atividades e esforços realizados pelos colaboradores no principal normativo da entidade.

O principal objetivo dessa reestruturação foi atender a urgente necessidade de atuação do Serpros com seus planos previdenciários: Plano Serpro I (PS-I), Plano Serpro II (PS-II) e principalmente, o Plano recém-lançado Ser +, que exigiu demandas e atividades além do previsto, o que de forma positiva agregou volume de trabalho ao quadro funcional, que precisou ser reorganizado para atender de forma satisfatória todas as demandas e processos do Serpros.

Dentre as principais alterações aprovadas, cabe o destaque para a criação da Gerência Comercial. Culturalmente o segmento de previdência complementar fechada não possui um caráter comercial. Entretanto, com o Plano SER+ e os projetos de prospecção de novos planos instituídos e patrocinados, observou-se a crescente necessidade de ter uma área com o viés para definição de estratégia comercial, algo visto como importante e imprescindível para se colocar nesse mercado cada vez mais competitivo. O trabalho comercial tem como objetivo ampliar o escopo de atuação do Serpros, criando oportunidades de crescimento ao expandir o universo de prospecção dos planos instituídos e patrocinados, e o potencial de novos participantes.

Outra alteração importante foi a segregação do Setor de Riscos, Controles Internos e Compliance, correspondente à 2ª Linha de Defesa, dá até então Gerência de Governança, Controles Internos e Riscos, passando a ser uma unidade organizacional independente, vinculada diretamente a Diretoria Presidência. Tal medida foi necessária para atender as recomendações da Auditoria Interna, bem como mitigar o risco de possíveis incompatibilidades de funções, deixando claro as atribuições das gerências de 1ª e 2ª linha de defesa do Serpros.

As demais alterações realizadas na estrutura do Serpros foram a extinção das coordenações subordinadas a Gerência Financeira, consolidando as atividades na unidade organizacional já existente, adequando somente a nomenclatura da área, e duas coordenações que na prática desempenhavam papéis de gerências, que foi o caso da atual Gerência de Pessoas e a Gerência Atuarial e Desenvolvimento de Planos Previdenciários. Essa última gerência, além dos processos atuariais, que antes estavam subordinadas a Gerência Previdenciária, é responsável por estudos de viabilidade para melhorias dos planos e produtos, incluindo estudos para parcerias que agreguem valor ao negócio.





SERPROS
FUNDO MULTIPATROCINADO

4. FATOS RELEVANTES



4.1 Serpros cada dia mais próximo de você

Estar próximo dos participantes, acompanhar todos os seus passos, necessidades, ouvir suas sugestões e fomentar a educação financeira e previdenciária é mais do que uma diretriz nossa, é um sentimento de prazer em cada integrante da equipe do Serpros. Por isso, em 2023, atendendo aos diversos pedidos e sentindo falta dos abraços e dos cafezinhos, retornamos os atendimentos presenciais na Sede, em Brasília, e no Rio de Janeiro. Foram 580 abraços e mais de 27 mil atendimentos on-line que ajudaram 5.265 participantes e não participantes.

Foi um ano muito produtivo com a realização de plantões para atendimentos personalizados para quem aderiu ao PDV, orientações sobre a melhor aplicação dos recursos para aqueles que se desligaram da patrocinadora e adesão de participantes aos planos Ser+ e PS-II. Ao todo, por exemplo, foram mais de 3.800 atendimentos referentes a aposentadoria, mais de 2.300 sobre empréstimos e quase 1.800 sobre imposto de Renda. Bastante coisa, não?

Mas apesar de amarmos estar próximos dos participantes ou de receber suas ligações, temos a obrigação de inovar e oferecer um autosserviço de qualidade. Por isso, investimos na implantação de uma nova Área do Participante, na adesão on-line, na implementação de requerimentos on-line (Aposentadoria, Resgate e Autopatrocínio), na construção de um dashboard para acompanhamento dos chamados dos participantes e em melhorias no 0800, que agora, em caso de fila de espera ou ligação não atendida, a gente retorna à ligação.

Acompanhe o que foi feito em 2023 em nossos números.

Atendimentos por canal



Telefone

17.354



E-mail

9.079



Ativos

1.197



Presencial

580



Vídeo-chat

104



28314

Atendimentos totais



Atendimentos por escritório

Brasília



Online
17.835



Presencial
243

Rio de Janeiro

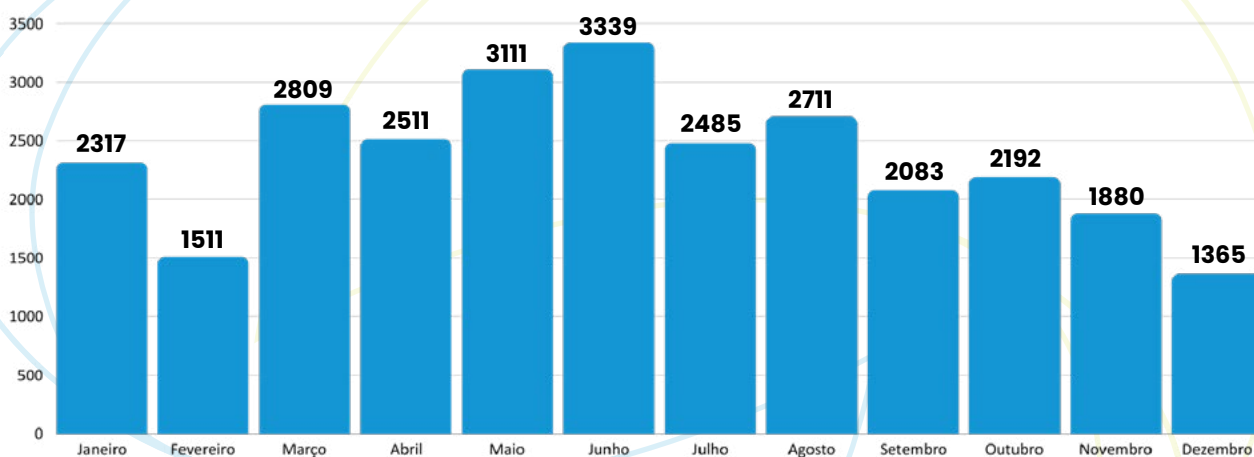


Online
9.899



Presencial
337

Atendimentos por mês





Por falar em inovação, agora você pode contar com um site mais bonito, moderno e responsivo para acompanhar as matérias que saem no informativo Serpros em Dia. Aliás, informar, é mais que comunicar, é dar transparência, obrigação que assumimos com você.

Por isso, norteados por essa transparência, em 2023, enviamos mais de 170 e-mails divididos entre notícias, marketing e comunicação dirigida para diversos segmentos de públicos, respeitando sempre a Lei Geral de Proteção de Dados. Além disso, foram 297 notícias divulgadas em nosso site e 194 posts publicados em nossas Redes Sociais. Tudo isso para que você acompanhe o que acontece no Serpros. E olha que aconteceu muita coisa importante! Vamos falar um pouco sobre elas?

Processo Eleitoral e Processo Seletivo - Você acompanhou todo o processo eleitoral referente às candidaturas aos Conselhos Deliberativo, Conselho Fiscal e para a Diretoria de Administração e Seguridade do Serpros. Acompanhou também o processo seletivo para a escolha dos integrantes da Diretoria Executiva da entidade. Tanto o Processo Eleitoral quanto o Seletivo tiveram um hotsite especial, **9 banners disponíveis no topo do nosso site, 17 matérias publicadas e 19 Avisos Oficiais seguindo**, sempre, o cronograma e regras estipulados pela Comissão Eleitoral, pelo Comitê de Elegibilidade e auditados por auditoria independente.

Ser+: **O plano da sua família** - Outro ponto de grande destaque foram as ações voltadas para a captação de participantes para o Plano Família Ser+. Foram dezenas de posts nas redes sociais, e-mails, 4 lives, 30 matérias exclusivas publicadas em nosso site e 119 pessoas premiadas em nossas campanhas, como Portabilidade e Mês das Crianças. A nossa equipe de relacionamento se dedicou com muito carinho e realizou 988 atendimentos sobre o novo plano. Cada ação teve como objetivo apresentar aos participantes do Serpros um investimento disponível para toda a família com a marca da qualidade Serpros.

Campanhas de Adesão - Nossas campanhas de adesão trouxeram mais recursos para o Serpros e possibilitaram que mais pessoas possam desfrutar de uma aposentadoria segura. Para incentivar ainda mais essas ações, criamos a Área Comercial, que nasceu com o propósito de ajudar mais pessoas a terem um futuro seguro e uma aposentadoria tranquila. Estamos cumprindo nossa missão de contribuir para o futuro financeiro de nossos participantes e seus familiares.

Aumento Contributivo - A campanha de Aumento Contributivo proporcionou um aumento no saldo de contas de dezenas de participantes.

Selos e Certificações - Você também acompanhou e participou das nossas conquistas aos Selos de Autorregulação em Governança Corporativa, da renovação do Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos e viu o Serpros ser ouro no Selo de Engajamento Abrapp pelo segundo ano consecutivo! Parabéns para nós, parabéns para você!



Pesquisa de Satisfação 2023 - A nossa relação foi tão positiva que em nossa Pesquisa de Satisfação 2023 atingimos incríveis 88,03% de Promotores na escala NPS. Tivemos 961 participantes respondendo a nossa pesquisa e que nos deram uma nota média de 8,30, considerando de 0 a 10. Agradecemos muito esse carinho. É o feedback que precisamos para melhorar cada vez mais.

Recuperação de Prejuízo - Em 27/09/2023, foi proferida decisão favorável ao Serpros no Processo Judicial de Falência da Chapecó Companhia Industrial de Alimentos S.A. O crédito habilitado da Entidade era no valor de R\$ 69.066.077,56. Em 30/10/2023, o Serpros recebeu o valor bruto de R\$ 31.969.140,30 (trinta e um milhões, novecentos e sessenta e nove mil, cento e quarenta reais e trinta centavos) correspondente à 46,28% do seu crédito, com dedução de 10% destinados a despesas.

Tal recebimento foi distribuído pelos Planos de Benefícios administrados pelo SERPROS, PS-I, PS-II BD e PS-II CD.

Recordando a origem deste crédito, este, decorreu de um investimento em debêntures emitidas pela S.A. Indústria e Comércio Chapecó, realizado no ano de 1990, não tendo sido honrado pela companhia emissora. No ano de 2005, a Cia teve a falência decretada tendo o SERPROS habilitado seu crédito. Como a garantia do SERPROS eram ações ordinárias de uma empresa então falida, a venda desta garantia em 2022 resultou no ínfimo o valor de R\$ 3.154,38 (três mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta e oito centavos) Foi, então, elaborada estratégia jurídica que resultou na reclassificação do crédito do Serpros como credor quirografário, categoria que estava recebendo valores, esta estratégia mostrou-se eficiente e garantiu que recebêssemos os 46,28% do crédito habilitado pelo SERPROS.



4.2 Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance: um Ano de Avanços e Aperfeiçoamentos

No ano de 2023, a reestruturação organizacional aprovada pelo Conselho Deliberativo estabeleceu a criação da Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance, tornando as atividades da área mais independentes e autônomas, oportunizando reconhecimento e adequação dos trabalhos às melhores práticas de mercado.

A estrutura de Gestão de Riscos e Controles Internos buscou manter a entidade em contínua evolução, a fim de minimizar possíveis situações adversas, se mantendo firme na missão de administrar planos e garantir o pagamento dos benefícios previdenciários com efetividade e transparência, proporcionando segurança com sustentabilidade a seus participantes, assistidos e beneficiários. Nesse período, foram realizados esforços significativos para garantir a robustez do sistema de controles internos, focando nas atividades que apresentaram riscos residuais mais significativos no ciclo de avaliação anterior.

A condução do 4º Ciclo Anual de Avaliação de Riscos e Controles englobou a atualização da árvore de processos da instituição, dinâmicas de grupo para identificação e mensuração de riscos, testes para certificação de controles e treinamentos periódicos. Em paralelo, houve reforço da importância de uma postura preventiva acerca dos fatores de risco envolvidos nas rotinas executadas diante da necessidade contínua de aprimorar os mecanismos de controle para garantir a resiliência da organização perante desafios potenciais.

Alguns destaques do 4º Ciclo, executado no decorrer do ano de 2023, foram os seguintes: abrangeu a participação de 14 áreas operacionais (1ª Linha) e avaliação de um total de 118 subprocessos pertinentes às atividades desempenhadas na entidade, com a concentração dos riscos nos quadrantes verde (dentro do apetite) e amarelo (dentro do limite de tolerância aceitável) da matriz residual, conforme estabelecido pela Alta Administração.

Além disso, houve a redução dos percentuais de déficit de controle e risco residual, conforme demonstrado no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	RISCO INERENTE	DÉFICIT DE CONTROLE	RISCO RESIDUAL
Média Global – 4º Ciclo (2023)	47,18%	13,10%	6,18%
Média Global – 3º Ciclo (2022)	45,16%	16,22%	7,32%
Variação entre Ciclos	2,02%	-3,12%	-1,14%

No que diz respeito à gestão de riscos estratégicos e corporativos, tendo em vista a atualização da Declaração Anual de Apetite a Riscos (exercício 2023), foram implementados Indicadores-Chave de Risco (KRI), permitindo a mensuração periódica e o acompanhamento contínuo dos fatores de risco associados às principais atividades realizadas, visando o reporte à Alta Administração.



Adicionalmente, destacamos que houve importante complementação da normatização interna da área, com a elaboração do “Programa de Integridade”, revisão do Regimento Interno do Comitê de Ética e aprimoramento do Dicionário de Riscos do Serpros. Essas iniciativas refletiram o compromisso da entidade em promover uma cultura organizacional baseada em princípios éticos e transparentes, alinhados com as melhores práticas preventivas, contribuindo para proteger a entidade contra perdas financeiras e danos à sua reputação.

Outro destaque se refere à continuidade da avaliação de integridade reputacional de colaboradores e terceiros, processo crucial para mitigar riscos de compliance e proteger a imagem e reputação institucional do Serpros, demonstrando o comprometimento da entidade em manter os mais altos padrões de conduta, cuidado e transparência em suas operações.

No que tange à conformidade legal, foram realizadas análises detalhadas da legislação aplicável ao segmento de previdência complementar, visando orientar as áreas internas para o cumprimento das exigências legais. Esse monitoramento contínuo das obrigações institucionais, somado à atualização constante da base de perdas operacionais e financeiras, corroborou para uma gestão eficiente e responsável dos recursos do Serpros.

Por fim, a 2ª Linha atuou na disseminação da cultura de Gestão Baseada em Riscos (GBR) durante o ano, com a realização de diversas ações de conscientização e capacitação, incluindo a publicação de pílulas de conhecimento, artigos e a realização de treinamentos internos. Essas iniciativas não apenas reforçaram a importância do gerenciamento de riscos em todos os níveis da organização, mas também contribuíram para a construção de uma cultura organizacional sólida e resiliente.

4.3 Plano Ser+: O Nascimento do plano da sua família

Desde março de 2023, o Serpros administra o Plano Ser+, um novo produto de previdência complementar com regras mais flexíveis se comparadas com as dos planos PS-I e PS-II. O **Plano Ser +** viabiliza acumulação de recursos financeiros para diversas finalidades como, por exemplo, previdência, viagens, saúde, educação.

O Ser+ é oferecido aos participantes e assistidos do Serpros, atual Instituidor, como também para seus familiares. Também é permitida a adesão de empregados e familiares dos prestadores de serviços da Entidade.

Por ser um plano classificado como contribuição definida, não tem um nível de benefício de aposentadoria garantido, e sim um benefício fruto da acumulação de recursos financeiros, oriundos de contribuições livremente definidas, que somadas às rentabilidades dos investimentos irão formar o saldo de conta acumulado do participante, que será transformado em renda ou saques no futuro.



Por ser oferecido por Entidade de Previdência Complementar que, por natureza, não possui fins lucrativos, pode, assim, cobrar taxas mais atrativas quando comparadas com as taxas praticadas por Entidades de Previdência Complementar abertas e até por algumas modalidades de investimentos oferecidas por instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, o **Plano Ser+** contava com 147 participantes, sendo 142 ativos e 5 assistidos, e um patrimônio de cobertura equivalente a R\$ 12,4 milhões.

4.4 Inovações e evoluções tecnológicas a serviço do participante

O Serpros embarcou na jornada da transformação digital e em 2023 aprimorou a sua eficiência operacional e melhorou a experiência dos nossos participantes.

Destacamos algumas melhorias:

- Nova Área do Participante, com layout intuitivo e moderno, reduzindo a complexidade de navegação e simplificando o acesso aos formulários eletrônicos. Também foi aprimorada a segurança nas transações financeiras com o método Dual Check, que envolve duas etapas distintas de confirmação ou autorização para realizar a operação.
- Plataforma de negócios centralizada na extranet da Entidade, integrando as operações e sistemas em um único local, para maior eficiência operacional.
- Soluções responsivas para adaptação a dispositivos móveis e desktops, proporcionando uma experiência consistente em qualquer plataforma.
- Automação de processos para emissão de boletos, contracheques e Informe de Rendimentos.
- Adoção de recursos modernos em nossas ferramentas de desenvolvimento para melhorar a jornada do usuário.
- Evolução nas transações financeiras e de investimento, com controles de segurança reforçados: adoção do método Dual Check e implantação de trilhas de auditoria nas transações de alçadas.
- Atualização tecnológica em todas as plataformas internas e externas da Entidade quanto à linguagem, frameworks, arquitetura de solução, sistemas operacionais, ferramentas de controle e monitoramento de ambiente, além de técnicas de descaracterização e criptografia de dados.



- Desenvolvimento de solução para monitoramento da infraestrutura em nuvem, aprimorando o controle de performance dos servidores, controle de acesso remoto e detecção de possíveis ameaças, além de fornecer treinamento para prevenção de SPAM.
- Além disso, foi iniciado o estudo para implantação de projetos de Business Intelligence (BI) e Inteligência Artificial (IA) para benefício dessas tecnologias no futuro.
- Em relação ao Planejamento Estratégico, as ações definidas incluem a continuidade da transformação digital, desenvolvimento de soluções internas e internalização da estrutura de dados para manter o conhecimento de negócio dentro da área de tecnologia da Entidade.

4.5 Retrospectiva

Agradecer pelas conquistas e celebrar o progresso não apenas nos enche de orgulho, mas também inspira confiança para o futuro.

O compromisso contínuo com você, participante, foi e continuará sendo a nossa principal motivação. Nossos esforços estão sempre direcionados para proporcionar serviços e soluções que atendam sua necessidade e expectativa.

Convidamos você a assistir ao vídeo com a retrospectiva de 2023, onde destacamos os principais marcos e eventos do ano.

5. SERPROS EM NÚMEROS





5.1 Dados Previdenciários

O Serpros encerrou o ano de 2023 com os seguintes números:

Plano Serpro - I



Participantes

1.228

1.220 Saldados 8 Autopatrocinados



Assistidos

4.531

3.823 Aposentadorias 708 Pensões por morte



Dependentes

10.663



Total de benefícios pagos

R\$ 236 Milhões

Plano Serpro - II



Participantes

5.841

4.753 Ativos incluído os Migrados
1.011 Ativos oriundos do PS-I
53 Autopatrocinados
24 Auxílio-Doença



Assistidos

1.150

967 Aposentadorias 183 Pensões por morte



Dependentes

13.513



Total de benefícios pagos

R\$ 129 Milhões

Plano Ser+



Participantes

142



Assistidos

5

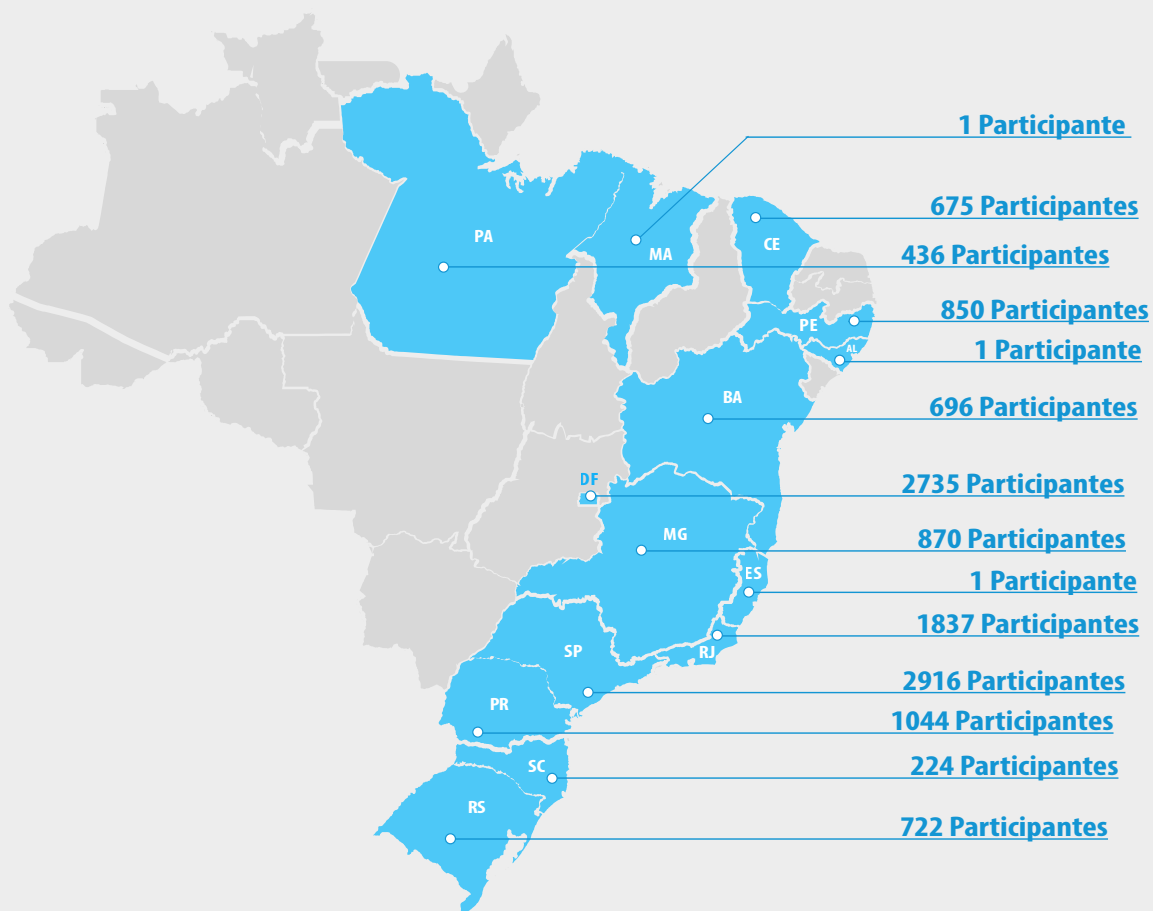


Total de benefícios pagos

R\$ 2 Milhões



5.1.1 Distribuição de Participantes por UF





5.1.2 Patrimônio

Plano Serpro I



R\$2.9 Bilhões
Patrimônio Consolidado

Plano Serpro II



R\$5.4 Bilhões
Patrimônio Consolidado

Plano Ser+



R\$12.4 Milhões
Patrimônio Consolidado

ADM PGA



R\$126.6 Milhões
Patrimônio Consolidado

Dezembro/ 2023



5.2 Evolução do Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é um plano que tem a finalidade de registrar as atividades inerentes a Gestão Administrativa da Entidade, em conformidade com seu regulamento, aprovado pelo Conselho Deliberativo, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa dos planos de benefícios de responsabilidade do Serpros.

O quadro a seguir apresenta as movimentações da gestão administrativa

DETALHAMENTO - GESTÃO ADMINISTRATIVA	2023	2022
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	91.295	94.537
Custeio da Gestão Administrativa	32.997	29.902
Despesas Administrativas	(35.006)	(33.144)
Pessoal e Encargos	(25.122)	(22.987)
Treinamentos / congressos e seminários	(328)	(369)
Viagens e estadias	(476)	(156)
Serviços de terceiros	(5.132)	(5.757)
Despesas gerais	(1.041)	(1.363)
Depreciações e amortizações	(247)	(316)
Tributos	(2.181)	(2.015)
Outras Despesas	(479)	(180)
Despesas com Fomento	-	-
Constituição/Reversão de Contingências	-	-
Aumento/Diminuição do Fdo Administrativo	(2.009)	(3.242)
Fundo Administrativo do Exercício Atual	89.286	91.295

As fontes de custeio da Gestão Administrativa estão em conformidade com o Regulamento do PGA e a Resolução CNPC nº 48, de 8/12/2021.

A Deliberação CDE nº 18-2024, retificou o texto referente à taxa de carregamento do custeio administrativo do Plano Ser+ constante da DE nº13/2023 e da DL CDE nº 55/2023, por ocasião da aprovação das Fontes de Custeio do PGA para considerar os corretos limites de escalonamento das faixas de cobrança da taxa de carregamento dos participantes do Plano Ser+.

PLANO DE BENEFÍCIOS	FONTES DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO				
Serpro I	Taxa de Administração: 0,33% a.a. incidente sobre os Recursos Garantidores do Plano	Taxa de Carregamento: nula	-	Taxa de administração de 0,20% sobre operações com participantes (empréstimos e financiamentos)	Utilização do Resultado Líquido dos Investimentos do PGA
Serpro II					
Ser+	Taxa de Administração: 0,60% a.a. incidente sobre os Recursos Garantidores do Plano	Taxa de Carregamento de acordo com a contribuição normal: 3% - De R\$ 80,00 a R\$ 99,99 2% - De R\$ 100,00 a R\$ 149,99 0% - A partir de R\$150,00 (inclusive)	Outras Receitas (Pró-Labore)		



5.2.1 Contribuições Recebidas

DESCRIÇÃO	PSI	PSII BD	PSII CD	SER +	2023	2022
Contribuições do mês	2.867	1.062	31.434	-	35.363	32.428
Patrocinadora	2.437	527	15.676	-	18.640	17.132
Participantes	426	527	15.709	-	16.662	15.248
Autopatrocinados	4	8	49	-	61	48
Contribuições contratadas	-	(1)	-	-	(1)	(1)
Parcela a amortizar Dotação Inicial	850	184	794	-	1.828	1.828
Parcela a amortizar Lei 8.020	-	185	801	-	986	986
Parcela a amortizar Aporte	-	78	32	-	110	109
Parcela a amortizar Aporte (Reintegração)	-	7.524	2.061	-	9.585	9.585
Prestação + Encargos - PCLD	(850)	(7.972)	(3.688)	-	(12.510)	(12.509)
Adiantamentos	285	-	-	-	285	195
Depósitos Judiciais/Recursais	2.752	2.107	365	-	5.224	5.992
Outros Realizáveis	-	2	28.591	-	28.593	20.005
Outros	-	2	28.591	-	28.593	20.005
Total	5.904	3.170	60.390	-	69.464	58.618

Em decorrência da suspensão das parcelas dos contratos, por força do Acórdão do TCU n.º 6.928/2009, as parcelas de 12/2009 a 06/2010 foram repassadas com atraso. Na retomada dos pagamentos, o Serpro, alegando que a dívida foi contraída por determinação do Tribunal de Contas da União, não quitou o valor integral da dívida. Sendo assim, no exercício de 2016, objetivando o recebimento dos encargos contratualmente previstos (percentual de juros, taxa atuarial e atualização monetária), o Serpro ajuizou a Ação Ordinária de Cobrança nº 12357-70.2016.4.01.3400, em trâmite na 9ª Vara Federal do DF

5.2.2 Indicadores PGA

DESCRIÇÃO	2023
Receitas Administrativas	32.996.489,68
Despesas Administrativas	35.005.249,37
Recursos Garantidores	7.986.521.770,76
Ativo Total	8.347.277.518,45
Número De Participantes	12.897
Despesas Totais Com Pessoal	25.121.559,71
Despesa S/ Nª Participantes	2.714,22
Despesa S/ Recurso Garantidor	0,44%
Despesa S/ Ativo	0,42%
Despesas S/ Receitas	1,06%
Despesas S/ Despesas Com Pessoal	71,77%
Taxa De Administração	0,27%
Taxa De Carregamento	0,00%
Taxa De Administração (SER MAIS)	0,14%
Taxa De Carregamento (SER MAIS)	0,24%
Redução Do Fundo Administrativo	-2,25%



5.3 Consolidação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e diretrizes contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), instituídas pela Interpretação Técnica Geral – ITG 2001, do Conselho Federal de Contabilidade, e de normativos do sistema de previdência complementar, em especial, a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023. Segue abaixo o balanço patrimonial apresentado na forma consolidada e individual, por Plano de Benefícios e PGA: Ativo PSI PSII BD PSII CD SER+ PGA.”

Ativo	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	PGA	CONSOLIDAÇÃO	CONSOLIDADO
Disponível	48	29	133	1	33.486	-	33.697
Realizável	2.933.852	2.246.930	3.116.529	12.403	77.594	(89.286)	8.298.022
Gestão Previdencial	5.904	3.171	60.389	-	-	-	69.464
Gestão Administrativa	35.795	19.991	33.500	-	334	(89.286)	334
Investimentos	2.892.153	2.223.768	3.022.640	12.403	77.260	-	8.228.224
Permanente	-	-	-	-	15.558	-	15.558
Imobilizado	-	-	-	-	15.408	-	15.408
Intangível	-	-	-	-	150	-	150
Total do Ativo	2.933.900	2.246.959	3.116.662	12.404	126.638	-89.286	8.347.277

Passivo	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	PGA	Consolidação	Consolidado
Exigível Operacional	9.502	25.014	163.156	15	37.351	-	235.039
Gestão Previdencial	3.162	24.199	159.869	-	-	-	187.230
Gestão Administrativa	-	-	-	-	37.351	-	37.351
Investimentos	6.340	816	3.288	-	-	-	10.444
Exigível Contingencial	3.952	10.303	916	-	-	-	15.171
Gestão Previdencial	2.325	9.533	-	-	-	-	11.858
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	1.627	770	916	-	-	-	3.314
Patrimônio Social	2.920.446	2.211.642	2.952.590	12.389	89.286	(89.286)	8.097.068
Patrimônio de Cobertura	2.877.551	1.884.936	2.912.975	12.389	-	-	7.687.850
Provisões Matemáticas	3.002.393	1.684.953	2.912.975	12.389	-	-	7.612.710
Benefícios Concedidos	2.476.430	1.684.953	-	9.405	-	-	4.170.788
Benefícios a Conceder	634.119	-	2.912.975	2.983	-	-	3.550.077
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(108.156)	-	-	-	-	-	(108.156)
Equilíbrio Técnico	(124.842)	199.983	-	-	-	-	75.140
Resultados Realizados	(124.842)	199.983	-	-	-	-	75.140
Superávit Técnico acumulado	(124.842)	199.983	-	-	-	-	75.140
Fundos	42.895	326.706	39.615	-	89.286	(89.286)	409.216
Previdencial	-	306.003	1.356	-	-	-	307.359
Administrativo	35.795	19.991	33.500	-	89.286	-	178.573
Investimentos	7.100	712	4.759	-	-	-	12.571
Total do Passivo	2.933.900	2.246.959	3.116.663	12.404	126.637	(89.286)	8.347.277

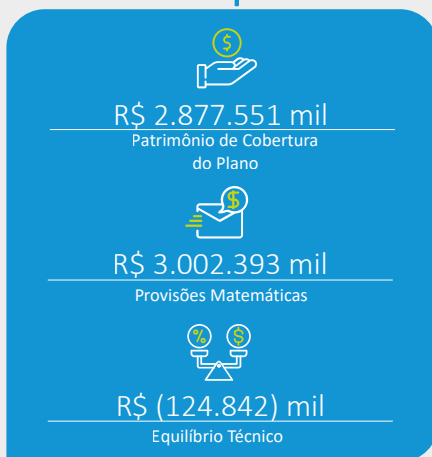


6. RESULTADO ATUARIAL DOS PLANOS



Resultados

Plano Serpro - I



Plano Serpro - II



Plano Ser+





6.1 Plano Serpro I (PS-I)

Os resultados em 31 de dezembro de 2023 do Plano Serpro I (PS-I), comparativamente ao exercício anterior, estão apresentados a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	Valores em R\$ mil		
	31/12/2022	31/12/2023	VARIAÇÃO
Patrimônio de Cobertura	2.771.683	2.877.551	3,82%
Provisões Matemáticas	2.981.769	3.002.393	0,69%
Benefícios Concedidos	2.345.963	2.476.430	5,56%
Benefícios a Conceder	750.140	634.119	-15,47%
a Constituir	(114.334)	(108.156)	-5,40%
Equilíbrio Técnico	(210.086)	(124.842)	-40,58%
Ajuste de Precificação	105.451	111.464	5,70%
Equilíbrio Técnico Ajustado	(104.635)	(13.378)	-87,21%
% Equilíbrio Técnico / Provisões Matemáticas	7,05%	4,16%	-40,98%
% Equilíbrio Técnico Ajustado/ Provisões Matemáticas	3,51%	0,45%	-87,30%
Duração do Passivo	10,14	9,81	-3,25%
Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA)	183.081	174.439	-4,72%
% Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA)	6,14%	5,81%	-5,37%

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 revela que a parcela do patrimônio de cobertura atribuída aos participantes e assistidos do plano monta em R\$ 2.877.551 mil, inferior às provisões matemáticas avaliadas em R\$ 3.002.393 mil, conduzindo a um déficit técnico de R\$ 124.842 mil.

Tendo apurado resultado deficitário, de acordo com o art. 29 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Limite de Déficit Técnico Acumulado (LDTA)} = 1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática.}$$

Assim, com base no fluxo do passivo da Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2023 e na metodologia definida pela PREVIC nos normativos pertinentes, a duração do passivo do PS-I foi dimensionada em 118 meses ou 9,81 anos.

Dessa forma, aplicando-se a formulação descrita no art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018 tem-se como Limite de Déficit Técnico Acumulado o valor de R\$ 174.439 mil, que representa 5,81% das Provisões Matemáticas.

Quanto ao art. 30 da referida Resolução CNPC nº 30/2018 estabelece que o valor do Ajuste de Precificação, caso seja positivo, será deduzido do resultado deficitário acumulado e, caso negativo, será acrescido a esse mesmo resultado para fins de equacionamento. Assim, considerando o valor positivo do ajuste de precificação



dos títulos federais de R\$ 111.464 mil, em 31 de dezembro de 2023, o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo corresponde a R\$ 13.378 mil.

Dessa forma, como o Limite do Déficit Técnico Acumulado é 5,81% das Provisões Matemáticas e o Equilíbrio Técnico Ajustado é 0,45%, não é necessária a elaboração de plano de equacionamento do resultado deficitário de 2023 do Plano Serpro I.

O plano de custeio das contribuições previdenciais vigentes foi mantido para 2024.

Principais impactos no plano de benefícios no exercício de 2023

No encerramento deste exercício comparativamente a dezembro de 2022, observou-se que as provisões matemáticas apresentaram uma variação positiva de 3,82% em relação ao exercício anterior, sendo 5,56% relativa aos compromissos com benefícios concedidos, compensada com a variação negativa de 15,47% com benefícios a conceder e de 5,40% referente às provisões matemáticas a constituir, equivalente à amortização das contribuições extraordinárias de 35% das contribuições normais aplicadas desde 2008. Tais variações são resultantes do impacto da exigência atuarial conjugado com a movimentação ocorrida, decorrente de concessões de aposentadorias, principalmente motivadas pelo PDV 2023 do Serpro, encerramentos de aposentadorias e pensões, evolução da massa e alteração da proporção de dependentes dos participantes e aposentados da premissa de composição familiar de pensionistas.

A rentabilidade do plano, no exercício de 10,78% foi superior à exigência atuarial de 9,13%, esta última composta pela variação do INPC e a taxa de juros atuarial, gerando um ganho estimado de 1,52%.

Cabe lembrar que, o Conselho Deliberativo, por meio da DL nº 014/2023, de 3 de março de 2023, aprovou a reversão total do Fundo de Cotas Excedentes para o resultado da parcela de Contribuição Definida do PS-II, com a sua consequente extinção, devida à perda da sua finalidade, por se tratar de recursos relativos à excedentes de saldos de contas individuais dos participantes ativos. Adequação da taxa real de juros.

A Resolução CNPC nº 30/2018 determina que a taxa de juros real anual utilizada nas avaliações atuariais dos planos de benefícios corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos.

Sua adoção deve ser fundamentada em estudo técnico específico, com validade anual, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, pela Portaria Previc nº 835, de 1º de dezembro de 2020, e pela Portaria Previc nº 363, de 27 de abril de 2023, e seu valor deve estar compreendido entre os limites mínimo e máximo, calculados com base na taxa de juros parâmetro, na estrutura a termo de taxa de juros, bem como resultado da duração do passivo para cada plano de benefícios.

No Estudo Técnico de Adequação da taxa de juros real anual foi apurada a Taxa Interna de Retorno (TIR) de 5,82% a.a., fora do intervalo regulatório de 3,23% a.a. (limite inferior) e 5,01% a.a. (limite superior). Assim, seguindo os trâmites estabelecidos da legislação sobre a matéria, em agosto de 2023, o Serpros solicitou



autorização à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc para a manutenção da premissa de taxa de juros real de 5,08% a.a. a ser utilizada na avaliação atuarial de encerramento do exercício, sendo autorizada por ela em novembro de 2023.

Sendo assim, foi aprovada a manutenção da taxa de juros real anual de 5,08% para o PS-I, a vigorar a partir de 1º de abril de 2024.

6.2 Plano Serpro II (PS-II)

Os resultados em 31 de dezembro de 2023 do Plano Serpro II, comparativamente ao exercício anterior, estão apresentados a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	Valores em R\$ mil		
	31/12/2022	31/12/2023	VARIAÇÃO
Patrimônio de Cobertura	4.272.202	4.797.910	12,31%
Provisões Matemáticas	4.132.684	4.597.928	11,26%
Benefícios Concedidos	1.608.476	1.684.953	4,75%
Benefícios a Conceder	2.524.208	2.912.975	15,40%
Equilíbrio Técnico	139.518	199.982	43,34%
% Equilíbrio Técnico / Provisões Matemáticas	8,67%	11,87%	36,83%
Duração do Passivo	10,39	10,15	-2,31%
Limite da Reserva de Contingência	327.968	339.518	3,52%
% Limite da Reserva de Contingência	20,39%	20,15%	-1,18%
Reserva de Contingência	139.518	199.982	43,34%
Reserva Especial	-	-	-
Fundos Previdenciais	277.210	307.359	10,88%
Fundo de Compensação de Cotas Excedentes	3.349	-	-100,00%
Fundo de Recursos Remanescentes de Patrocinador	-	1.356	
Fundo de Risco	273.861	306.003	11,74%

De acordo com os resultados da avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2023, o plano de custeio das contribuições previdenciais vigentes foi mantido para 2024.



Principais impactos no plano de benefícios no exercício de 2023

As provisões matemáticas de benefícios concedidos apresentaram no exercício um acréscimo de 4,75% em relação ao exercício anterior, resultante do impacto da exigência atuarial conjugado com a movimentação ocorrida, decorrente de concessões de aposentadorias, principalmente motivadas pelo PDV 2023 do Serpro ocorrido no final do 1º semestre de 2023, encerramentos de aposentadorias e pensões, a revisão das premissas atuariais como a alteração da proporção de dependentes dos participantes e aposentados da premissa de composição familiar de pensionistas.

Com relação às provisões matemáticas relativas à parcela de contribuição definida, observou-se um aumento de 15,40% no exercício. Tal variação decorre do incremento de contribuições e de adesões ocorridas no ano, bem como da rentabilidade do plano da parcela CD de 12,90% superior à meta atuarial de 9,13%.

Em função da alteração do Regulamento do PS-II, em janeiro de 2023, foi criado o Fundo de Recursos Remanescentes de Patrocinador, formado pelos saldos remanescentes das Contas de Individuais dos Participantes não utilizados para pagamento de Portabilidade ou Resgate, atualizado pela rentabilidade da parcela de contribuição definida do Plano, debitado de eventual utilização, conforme decisão do Patrocinador e autorização do Conselho Deliberativo. Em 31 de dezembro de 2023, o referido Fundo corresponde a R\$ 1.356 mil.

Cabe lembrar que, o Conselho Deliberativo, por meio da DL nº 014/2023, de 3 de março de 2023, aprovou a reversão total do Fundo de Cotas Excedentes para o resultado da parcela de Contribuição Definida do PS-II, com a sua conseqüente extinção, devida à perda da sua finalidade, por se tratar de recursos relativos à excedentes de saldos de contas individuais dos participantes ativos.

Em 31 de dezembro de 2023, o PS-II registra o Fundo de Risco avaliado em R\$ 306.003 mil, o qual foi constituído na Avaliação Atuarial de 2020 com a finalidade de custear o Auxílio-Doença, o Auxílio-Reclusão, o Pecúlio por Morte e as parcelas da Aposentadoria por Invalidez e da Pensão por Morte de Participante Ativo não cobertas pelo saldo de conta para garantir o valor mínimo estabelecido no regulamento.

As avaliações atuariais anuais determinam o nível necessário de recursos a serem mantidos no Fundo de Risco para maior garantia de cobertura dos benefícios assegurados e o excedente, caso haja, será destinado prioritariamente à redução das contribuições de risco, da mesma forma que eventual insuficiência ensejará o seu aumento.

Assim, na avaliação atuarial de 2023, dado o montante do Fundo de Risco constituído para fazer frente aos compromissos de risco do PS-II, a consultoria atuarial indicou a manutenção das atuais alíquotas de contribuição de risco.

Dessa forma, o plano de custeio das contribuições previdenciais vigentes foi mantido para 2024.



Adequação da taxa real de juros

A Resolução CNPC nº 30/2018 determina que a taxa de juros real anual utilizada nas avaliações atuariais dos planos de benefícios corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos.

Sua adoção deve ser fundamentada em estudo técnico específico, com validade anual, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução Previc nº 23/2023, pela Portaria Previc nº 835/2020 e pela Portaria Previc nº 363/2023, e seu valor deve estar compreendido entre os limites mínimo e máximo, calculados com base na taxa de juros parâmetro, na estrutura a termo de taxa de juros, bem como resultado da duração do passivo, a para cada plano de benefícios.

No Estudo Técnico de Adequação da taxa de juros real anual foi apurada a Taxa Interna de Retorno (TIR) de 5,35% a.a., fora do intervalo regulatório de 3,25% a.a. (limite inferior) e 5,04% a.a. (limite superior). Assim, seguindo os trâmites estabelecidos da legislação sobre a matéria, em agosto de 2023, o Serpros solicitou autorização à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) para a manutenção da premissa de taxa de juros real de 5,08% a.a. a ser utilizada na avaliação atuarial de encerramento do exercício, sendo autorizada por ela em novembro de 2023.

Sendo assim, foi aprovada a manutenção da taxa de juros real anual de 5,08% para 2024.

6.3 Plano Família Ser+

O Plano Ser+ iniciou seu funcionamento em março de 2023, estruturado na modalidade de Contribuição Definida e tendo o Serpros como seu instituidor, aberto aos participantes ativos e assistidos do Serpros e seus familiares até o terceiro grau.

Os resultados em 31 de dezembro de 2023 do Plano Ser+ estão apresentados a seguir:

	Valores em R\$ mil
DISCRIMINAÇÃO	31/12/2023
Patrimônio de Cobertura	12.389
Provisões Matemáticas	12.389
Benefícios Concedidos	9.405
Benefícios a Conceder	2.984
Equilíbrio Técnico	-
% Equilíbrio Técnico / Provisões Matemáticas	-
Fundos Previdenciais	-



As Provisões Matemáticas correspondem aos saldos de contas formados pelas contribuições de participantes e de Terceiros, seja do Instituidor ou das pessoas físicas ou jurídicas a ele vinculadas, acrescidos do retorno dos investimentos deduzidos de eventuais resgates parciais, benefícios temporários e, após a concessão do benefício, dos valores das rendas mensais pagos.

O Patrimônio de Cobertura equivale ao montante dos saldos de contas dos participantes e assistidos, não havendo formação de resultados positivos ou negativos, ou seja, permanentemente equilibrado.

Sendo assim, o plano de custeio das contribuições previdenciais vigentes foi mantido para 2024.

6.4 Hipóteses atuariais dos Planos Serpro I, Serpro II e Ser+ e seus fundamentos

Para definir o montante das obrigações de um plano de benefícios e o custo para suportá-las, são adotadas as chamadas hipóteses ou premissas atuariais. Por meio dessas premissas, é possível calcular e determinar os recursos necessários para a cobertura dos benefícios oferecidos pelo plano de previdência. Os cálculos atuariais têm relação direta com o custo do plano de benefícios e com o seu equilíbrio. Eles devem estar em harmonia com a massa de participantes e assistidos dos planos e com a política de recursos humanos da patrocinadora, aliada ainda às variáveis econômico-financeiras.

Para tanto, foi realizado em 2023 estudo técnico, de acordo com a legislação vigente, com o objetivo de identificar as premissas mais aderentes a cada plano.

A seguir estão as principais premissas atuariais, utilizadas na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2023 a vigorar a partir de 1º de abril de 2024.

Taxa de Inflação:

PS-I e PS-II: 3,00% ao ano

A utilização da taxa de inflação tem como objetivo avaliar o valor real dos salários e dos benefícios ao longo de um ano, já que os reajustes não ocorrem mensalmente. É utilizada, portanto, uma taxa média que representa o valor real do poder de compra.

Taxa Real de Juros:

PS-I e PS-II: 5,08% ao ano



A taxa real de juros estabelece a rentabilidade real esperada para os ativos que compõem o patrimônio de cada plano de benefício. Assim, determina o desconto para apurar o valor atual dos compromissos futuros do plano de benefícios.

Mortalidade Geral:

PS-I: Tábua AT-2012 IAM Basic, agravada em 10%, segregada por sexo

PS-II: Tábua AT-2012 IAM Basic, desagravada em 20%, segregada por sexo

Através de uma tábua, a premissa de Mortalidade Geral estima a sobrevivência dos participantes ativos, assistidos e dos beneficiários e serve para calcular o valor atual dos encargos com o pagamento de aposentadorias, pensões e pecúlios por morte, exceto de inválidos. É também utilizada como parâmetro na conversão de saldos de conta de participante em renda de aposentadoria.

Mortalidade de Inválidos:

PS-I: Tábua AT-49, segregada por sexo

PS-II: MI-2006, segregada por sexo

A premissa de Mortalidade de Inválidos estima a sobrevivência dos participantes inválidos, estruturada numa população de pessoas inválidas e serve para calcular o valor atual de encargos com o pagamento de aposentadorias, pensões e pecúlios por morte de inválidos.

Entrada em Invalidez:

PS-I e PS-II: Tábua Grupo Americana desagravada em 50%

A premissa de entrada em invalidez determina a probabilidade de uma pessoa ativa se invalidar de acordo com determinada experiência. Com isso, é estabelecido o compromisso com esse benefício.

Morbidez (Entrada em Auxílio-Doença):

PS-I: Não aplicável

PS-II: Exp AXD SERPRO II AJUSTADA

A premissa de morbidez orienta o cálculo do compromisso da entidade com o pagamento de auxílio-doença aos participantes do plano.



Composição Familiar de Pensionista:

PS-I - Participantes e Aposentados: Família Padrão: 76,00% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens; e

PS-I - Pensionistas: utiliza-se a composição familiar real.

PS-II - Participantes e Aposentados: Família Padrão: 83,10% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens; e

PS-II - Pensionistas: utiliza-se a composição familiar real.

É determinante para o cálculo das provisões matemáticas relativas aos planos de benefícios que prevejam o pagamento de pensão aos dependentes regularmente inscritos pelo participante.

Crescimento Real dos Salários:

PS-I: Não aplicável

PS-II: 2,93 % ao ano

A premissa de crescimento real dos salários representa a taxa real estimada (descontado o efeito inflacionário) com que os salários crescerão anualmente, em média, durante a fase de acumulação dos recursos no plano.

Taxa de Desligamento:

PS-I: 0% para todas as idades.

PS-II: 1% para todas as idades até 65 anos.

A premissa de desligamento tem como objetivo mensurar o encargo com o pagamento de resgate de contribuições ou portabilidade para outros planos, bem como estabelecer o nível dos compromissos com os participantes que usufruirão os benefícios oferecidos, considerando a probabilidade de seu desligamento do plano.

Quanto ao custeio administrativo para 2024, o Conselho Deliberativo aprovou a Taxa de Administração de 0,33% a.a. e a Taxa de Carregamento nula para o PS-I e PS-II, a Taxa de Administração de 0,60% a.a. e a Taxa de Carregamento escalonada por faixa de contribuição para o Plano Ser+.



Cabe esclarecer que no Plano Ser+ os compromissos são representados pela totalidade dos recursos acumulados nos saldos de contas individuais dos participantes e assistidos, não cabendo a utilização de premissas atuariais para determinação dos compromissos e nem para o cálculo das rendas.

6.5 Pareceres atuariais

PARECER - PS-I

PARECER - PS-II

PARECER SER+

7. INVERSIONES





7.1 Gestão dos Investimentos

7.1.1 Cenário Macroeconômico

O cenário econômico de 2023 pode ser definido, de maneira simples, como uma continuidade do cenário que encerrou o ano de 2022, com inflação e juros em alta em todo o mundo. Naquele ano, a pandemia causou restrições ao fornecimento de produtos, por exemplo, semicondutores, cuja falta impactou na produção não só de computadores, mas até de automóveis, levando a alta dos preços.

A invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022 também contribuiu para aumentar a inflação, com seu impacto sobre os preços das *commodities* (matérias-primas), em especial as energéticas - gás natural e petróleo; *commodities* agrícolas e metálicas também foram impactadas. Para combater a inflação, os bancos centrais dos países desenvolvidos subiram os juros - como exemplo, nos EUA a taxa de juro básica subiu de 0,25% para 4,50% ao ano ao longo de 2022.

Com o fim da pandemia, tivemos em 2023 a normalização no fornecimento de produtos, e observamos uma acomodação da economia global com relação aos preços das *commodities*, que voltaram a cair. Contribuiu para isso a piora das perspectivas de crescimento da economia da China; o gigante asiático, que antes dividia com os EUA o posto de principal responsável pelo crescimento global, desde o segundo semestre de 2022 vem enfrentando problemas em setores importantes, como o de construção civil. O Produto Interno Bruto (PIB) da China cresceu 5,2% em 2023, praticamente a metade do nível observado entre 2010 e 2020.

Apesar desse cenário mais favorável para a inflação, esta não deu sinais de trégua em 2023, principalmente nas economias desenvolvidas, e os bancos centrais continuaram subindo os juros. O recado aos mercados, em todos os discursos e nas atas das reuniões, tem sido claro: não haverá trégua no combate à inflação, com máximo empenho no objetivo de trazê-la de volta para a meta, que é de 2% ao ano nos EUA e Zona do Euro. O principal motivo para a persistência da inflação nos países desenvolvidos é a economia aquecida, ainda pelos reflexos de políticas da época da pandemia - a liberação de recursos por parte dos governos, para evitar que empresas quebrassem e que pessoas passassem dificuldades; no Brasil, o exemplo disso foi o Auxílio Emergencial.

A economia americana ainda não deu sinais de desaquecimento, com os indicadores de atividade e do mercado de trabalho sinalizando expansão; há grande oferta de vagas não preenchidas e baixa taxa de desemprego. O crescimento do PIB em 2023 ficou em 2,5%, mostrando a atividade aquecida apesar da continuidade da alta nos juros; a taxa básica de juro nos EUA chegou a 5,50% em julho/2023, mantida até o encerramento do ano.

Os temores de uma recessão (quando há uma retração geral da atividade econômica) ficaram para trás, substituídos por temores com relação à saúde do sistema financeiro americano. Em março, houve a quebra do



Silicon Valey Bank (SVB), na maior falência bancária dos EUA desde a crise de 2008, por causa da alta dos juros; no entanto, as autoridades reguladoras americanas garantiram que o sistema é sólido e a prioridade continua sendo o controle da inflação. Apesar de manter o juro estável desde julho/2023, continua a percepção de que irá mantê-lo alto por um período mais longo, o que influencia nas taxas de todos os países.

No Brasil, o cenário de juros e inflação não foi diferente, com a ressalva de que o Bacen (Banco Central do Brasil) começou a subir o juro antes, ainda em 2021. Em agosto/22, a taxa básica de juros do país (Selic) atingiu o pico de 13,75%, ante 2,00% ao ano, em março/21. Como começou a subir antes, também começou a reduzir antes, em agosto/23; depois de 4 quedas seguidas a Selic encerrou 2023 em 11,75% a.a., ainda com tendência de queda para 2024.

A inflação no Brasil também foi causada pela falta de produtos durante a pandemia e pela alta das *commodities*; no entanto, por aqui as incertezas políticas em ano da eleição presidencial, com atenção sobre o plano fiscal, fizeram com que o Bacen fosse mais rigoroso - o Brasil foi o país que mais subiu sua taxa básica de juro no mundo.

Os ruídos políticos, naturais em trocas de governo como tivemos em 2023, contribuíram para o aumento dos juros de longo prazo. Como exemplo, a NTN-B, título público indexado à inflação (IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo) com vencimento em 2045, iniciou 2022 em 5,45%, rompeu o patamar de 6,00% em 11/22, chegando a um pico de 6,50% ao longo de 2023.

No cenário político, alguns avanços importantes eliminaram riscos econômicos: a aprovação no Congresso do novo Arcabouço Fiscal, que estabeleceu regras de limite de gastos e prevê déficit primário zero já em 2024 - significa que o governo se propõe a não gastar mais do que arrecadar, sem considerar o pagamento dos juros da dívida pública; e a aprovação no Congresso do projeto da Reforma Fiscal, importante avanço na área microeconômica, porque simplifica a estrutura tributária e elimina a cumulatividade dos impostos. O fim das distorções causadas pelo atual sistema tributário deverá impactar positivamente a produtividade e o crescimento econômico nos próximos anos.

Esses avanços, em conjunto com a queda da Selic no segundo semestre, levaram à redução das taxas dos títulos públicos indexados à inflação de longo prazo, para o patamar de 5,70% ao ano; a queda só não foi maior por causa do cenário de juros nos países desenvolvidos. O mercado também reviu, ao longo de 2023, suas projeções mais pessimistas para importantes indicadores da economia; a inflação medida pelo índice oficial, o IPCA, encerrou o ano em 4,62%, abaixo do teto da meta, que é de 4,75%. O PIB também surpreendeu positivamente, e cresceu 2,9% em 2023, resultado mais de 3 vezes superior ao esperado no início do ano.

De acordo com os indicadores observados e dado o cenário político, é factível a manutenção de um cenário de responsabilidade fiscal e inflação controlada, sendo provável que o juro básico da economia, a Selic, volte para a casa de um dígito ao final do ano de 2024.



Para as carteiras dos planos PS-I e PS-II, considerando o cenário e as taxas dos títulos públicos (NTN-Bs) acima da meta atuarial, seguimos ao longo de 2023 a estratégia de aproveitar a janela de oportunidade e aumentamos a participação da carteira de títulos públicos, que no encerramento de 2023 constituíam mais de 2/3 da carteira de ambos os planos.

Com relação à carteira de fundos de ações, o Ibovespa tem passado por bastante volatilidade. Por um lado, as ações foram beneficiadas pela melhora da percepção do risco Brasil, com o ceticismo do início do ano dando lugar a uma visão mais construtiva, principalmente depois de vitórias importantes do governo no Supremo e no Congresso e seus potenciais impactos positivos na área fiscal, como as aprovações do novo arcabouço e da reforma tributária.

Embora com retorno de +22,3% em 2023, o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, encontra-se bastante descontado quando avaliamos alguns de seus principais indicadores, como o indicador P/L (Preço / Lucro - indica quantos anos são necessários para a empresa gerar lucro suficiente para pagar o preço da ação). Esse indicador, considerando a média das empresas que compõem o Ibovespa, se encontra abaixo do patamar histórico; isso indica que há espaço para valorização das ações considerando a expectativa de lucros das empresas.

Com relação aos fundos multimercados, apesar da diversificação das estratégias, em 2023 foram impactados principalmente pelos juros altos nos países desenvolvidos; os gestores montaram estratégias que apostavam no início do ciclo de redução dos juros ainda no primeiro semestre, o que não ocorreu. Apesar da expectativa de manutenção, em nível global, dos juros altos por um período maior, as taxas de longo prazo têm espaço para cair em 2024, o que seria benéfico para as carteiras.

Observados os limites de alocação da Política de Investimento e as diretrizes estabelecidas nos Estudos de Macroalocação, seguiremos monitorando a evolução das taxas de juros e dos ativos de renda variável. As propostas de desinvestimento e de alocação devem ter o objetivo de aproveitar janelas de oportunidade caso se apresentem, considerando a estratégia seguida em 2023 e a alocação atual mais focada em títulos públicos atrelados à inflação.



• Limites Utilizados nas Políticas do PS-I

META ATUARIAL	
PLANOS	META ATUARIAL
Plano Serpro I - PS-I	INPC + 5,08% a.a.

ALOCAÇÃO POR SEGMENTO				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	82,64%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	8,65%	0,00%	22,00%
Estruturados	20,00%	3,73%	0,00%	18,00%
Exterior	10,00%	1,59%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20,00%	2,64%	0,00%	6,00%
Operação com Participantes	15,00%	0,75%	0,00%	15,00%

ALOCAÇÃO POR EMISSOR		
ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
Tesouro Nacional	100,00%	100,00%
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20,00%	20,00%
Tesouro Estadual ou Municipal	10,00%	0,00%
Companhias abertas com registro na CVM	10,00%	10,00%
Organismo multilateral	10,00%	0,00%
Companhias securitizadoras	10,00%	10,00%
Patrocinador do Plano de Benefícios	10,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	10,00%	1,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Companhias Abertas	10,00%	1,00%
Investimento classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	10,00%	10,00%
Sociedades de Propósito Específico – SPE	10,00%	4,00%
FI/FIC Classificados no Segmentos de Investimentos Estruturados	10,00%	10,00%
FIP	10,00%	3,00%
Outros	10,00%	0,00%



LIMITE DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil	25,00%	25,00%
FIDC ou FICFIDC	25,00%	25,00%
Fundo de índice de renda fixa e fundo de índice referenciado em ações de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluindo o fundo de índice exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil	25,00%	25,00%
Fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundo de investimento classificados no segmento estruturado	25,00%	25,00%
FII ou FICFII	25,00%	25,00%
Fundo de investimento constituídos no Brasil de que tratam os incisos III e V do caput do art. 26 (Segmento Exterior)	25,00%	25,00%
Do Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário.	25,00%	25,00%
Do Fundo de Investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art.26	15,00%	15,00%
Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21 - debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado.	15,00%	15,00%
De uma mesma série de ativos financeiros de renda fixa	25,00%	25,00%
De uma mesma classe de cotas de FIDC	25,00%	25,00%

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	25%	25,0%
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	25%	25,0%
% de um mesmo empreendimento imobiliário	25%	25,0%



MODALIDADE DE INVESTIMENTO		
MODALIDADE DE INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
RENTA FIXA	100,00%	100,00%
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna.	100,00%	100,00%
Cotas de fundo de índice de renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida pública federal interna.	100,00%	100,00%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	80,00%	80,00%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras.	80,00%	20,00%
Cotas de fundo de índice de renda fixa, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.	80,00%	20,00%
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais, desde que emitidos antes da vigência da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014 e obrigações de organismos multilaterais no País.	20,00%	0,00%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas de crédito, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	20,00%	10,00%
Debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.	20,00%	0,00%
Cotas de classe de fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) e cotas de fundo de investimento em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios (FICFIDC), cédulas de crédito bancário (CCB), certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB).	20,00%	0,20%
Cédulas de produtor rural (CPR), certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA), certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) e warrant agropecuário (WA).	20,00%	0,00%
RENTA VARIÁVEL	70,00%	22,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em segmento especial, instituído em bolsa de valores.	70,00%	22,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores e que não estejam em segmento especial.	50,00%	22,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III, em BDR lastreado em fundo de índice, e em cotas de fundo de índice do exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).	10,00%	10,00%



INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20,00%	18,00%
Cotas de Fundos de investimento em participações (FIP).	15,00%	3,00%
Cotas de Fundos de investimento multimercado (FIM) e em cotas de Fundos de Investimento em Cotas de FIM (FICFIM).	15,00%	15,00%
Cotas de fundos de investimento classificados como 'Ações - Mercado de Acesso', observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.	15,00%	0,00%
Certificados de operações estruturadas (COE)	10,00%	0,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10,00%	10,00%
Cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa"	10,00%	10,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior	10,00%	10,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	10,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificado como nível I e cotas dos fundos da classe "Ações – BDR Nível I", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	10,00%
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que não estejam previstos nos incisos anteriores	10,00%	10,00%
IMOBILIÁRIO	20,00%	6,00%
Cotas de Fundos de investimento imobiliário (FII) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundo de investimento imobiliário (FICFII).	20,00%	6,00%
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI).	20,00%	0,00%
Cédulas de crédito imobiliário (CCI).	20,00%	0,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15,00%	15,00%
Empréstimos pessoais concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos.	15,00%	15,00%



META ATUARIAL	
PLANOS	META ATUARIAL
Plano Serpro II (PS-II)	INPC + 5,08% a.a.

ALOCAÇÃO POR SEGMENTO				
PS-II - CONSOLIDADO				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	77,00%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	7,00%	0,00%	25,00%
Estruturados	20,00%	10,00%	0,00%	20,00%
Exterior	10,00%	4,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20,00%	1,00%	0,00%	2,00%
Operação com Participantes	15,00%	1,00%	0,00%	15,00%
PS-II - BD				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	82,93%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	4,67%	0,00%	25,00%
Estruturados	20,00%	8,21%	0,00%	20,00%
Exterior	10,00%	3,67%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20,00%	0,31%	0,00%	1,00%
Operação com Participantes	15,00%	0,21%	0,00%	15,00%
PS-II - CD				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	73,24%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	8,17%	0,00%	25,00%
Estruturados	20,00%	10,99%	0,00%	20,00%
Exterior	10,00%	5,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20,00%	0,00%	0,00%	2,00%
Operação com Participantes	15,00%	2,60%	0,00%	15,00%



ALOCAÇÃO POR EMISSOR

ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	PS-II
Tesouro Nacional	100,00%	100,00%
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20,00%	20,00%
Tesouro Estadual ou Municipal	10,00%	0,00%
Companhias abertas com registro na CVM	10,00%	10,00%
Organismo multilateral	10,00%	0,00%
Companhias securitizadoras	10,00%	10,00%
Patrocinador do Plano de Benefícios	10,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	10,00%	1,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Companhias Abertas	10,00%	1,00%
Investimento classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	10,00%	10,00%
Sociedades de Propósito Específico – SPE	10,00%	4,00%
FI/FIC Classificados no Segmentos de Investimentos Estruturados	10,00%	10,00%
FIP	10,00%	3,00%
Outros	10,00%	0,00%



LIMITE DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil	25,00%	25,00%
FIDC ou FICFIDC	25,00%	25,00%
Fundo de índice de renda fixa e fundo de índice referenciado em ações de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluindo o fundo de índice exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil	25,00%	25,00%
Fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundo de investimento classificados no segmento estruturado	25,00%	25,00%
FII ou FICFII	25,00%	25,00%
Fundo de investimento constituídos no Brasil de que tratam os incisos III e V do caput do art. 26 (Segmento Exterior)	25,00%	25,00%
Do Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário.	25,00%	25,00%
Do Fundo de Investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art.26	15,00%	15,00%
Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21 - debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado.	15,00%	15,00%
De uma mesma série de ativos financeiros de renda fixa	25,00%	25,00%
De uma mesma classe de cotas de FIDC	25,00%	25,00%

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO

PS-II - BD e PS-II - CD

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	25%	25,0%
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	25%	25,0%
% de um mesmo empreendimento imobiliário	25%	25,0%



MODALIDADE DE INVESTIMENTO

MODALIDADE DE INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
RENDA FIXA	100,00%	100,00%
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna.	100,00%	100,00%
Cotas de fundo de índice de renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida pública federal interna.	100,00%	100,00%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	80,00%	80,00%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras.	80,00%	20,00%
Cotas de fundo de índice de renda fixa, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.	80,00%	20,00%
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais, desde que emitidos antes da vigência da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014 e obrigações de organismos multilaterais no País.	20,00%	0,00%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas de crédito, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	20,00%	10,00%
Debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.	20,00%	0,00%
Cotas de classe de fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) e cotas de fundo de investimento em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios (FICFIDC), cédulas de crédito bancário (CCB), certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB).	20,00%	0,20%
Cédulas de produtor rural (CPR), certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA), certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) e warrant agropecuário (WA).	20,00%	0,00%



RENDA VARIÁVEL	70,00%	25,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em segmento especial, instituído em bolsa de valores.	70,00%	25,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores e que não estejam em segmento especial.	50,00%	25,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III, em BDR lastreado em fundo de índice, e em cotas de fundo de índice do exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).	10,00%	10,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20,00%	20,00%
Cotas de Fundos de investimento em participações (FIP).	15,00%	5,00%
Cotas de Fundos de investimento multimercado (FIM) e em cotas de Fundos de Investimento em Cotas de FIM (FICFIM).	15,00%	15,00%
Cotas de fundos de investimento classificados como 'Ações - Mercado de Acesso', observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.	15,00%	0,00%
Certificados de operações estruturadas (COE)	10,00%	0,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10,00%	10,00%
Cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa"	10,00%	10,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior	10,00%	10,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	10,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificado como nível I e cotas dos fundos da classe "Ações – BDR Nível I", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	10,00%
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que não estejam previstos nos incisos anteriores	10,00%	10,00%



IMOBILIÁRIO	20,00%	2,00%
Cotas de Fundos de investimento imobiliário (FII) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundo de investimento imobiliário (FICFII).	20,00%	2,00%
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI).	20,00%	0,00%
Cédulas de crédito imobiliário (CCI).	20,00%	0,00%
Operações com participantes	15,00%	15,00%
Empréstimos pessoais concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos.	15,00%	15,00%

- **Limites Utilizados nas Políticas do PGA**

META DE RETORNO	
PLANOS	ÍNDICE DE REFERÊNCIA
Plano de Gestão Administrativa - PGA	100% CDI

ALOCAÇÃO POR SEGMENTO				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	83,79%	75,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	2,13%	0,00%	5,00%
Estruturados	20,00%	14,08%	0,00%	15,00%



ALOCAÇÃO POR EMISSOR

ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLITICA
Tesouro Nacional	100,00%	100,00%
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20,00%	20,00%
Tesouro Estadual ou Municipal	10,00%	0,00%
Companhias abertas com registro na CVM	10,00%	10,00%
Organismo multilateral	10,00%	0,00%
Companhias securitizadoras	10,00%	10,00%
Patrocinador do Plano de Benefícios	10,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	10,00%	0,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Companhias Abertas	10,00%	5,00%
Investimento classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	10,00%	0,00%
Sociedades de Propósito Específico – SPE	10,00%	0,00%
FI/FIC Classificados no Segmentos de Investimentos Estruturados	10,00%	10,00%
FIP	10,00%	0,00%
Outros	10,00%	0,00%



LIMITE DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil	25,00%	25,00%
FIDC ou FICFIDC	25,00%	0,00%
Fundo de índice de renda fixa e fundo de índice referenciado em ações de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluindo o fundo de índice exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil	25,00%	25,00%
Fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundo de investimento classificados no segmento estruturado	25,00%	25,00%
FII ou FICFII	25,00%	0,00%
Fundo de investimento constituídos no Brasil de que tratam os incisos III e V do caput do art. 26 (Segmento Exterior)	25,00%	0,00%
Do Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário.	25,00%	0,00%
Do Fundo de Investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art.26	15,00%	0,00%
Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21 - debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado.	15,00%	0,00%
De uma mesma série de ativos financeiros de renda fixa	25,00%	25,00%
De uma mesma classe de cotas de FIDC	25,00%	0,00%

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	25%	25,0%
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	25%	0,0%
% de um mesmo empreendimento imobiliário	25%	0,0%



MODALIDADE DE INVESTIMENTO		
MODALIDADE DE INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLITICA
RENDA FIXA	100,00%	100,00%
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna.	100,00%	100,00%
Cotas de fundo de índice de renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida pública federal interna.	100,00%	100,00%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	80,00%	80,00%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras.	80,00%	20,00%
Cotas de fundo de índice de renda fixa, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.	80,00%	0,00%
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais, desde que emitidos antes da vigência da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014 e obrigações de organismos multilaterais no País.	20,00%	0,00%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas de crédito, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	20,00%	0,00%
Debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.	20,00%	0,00%
Cotas de classe de fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) e cotas de fundo de investimento em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios (FICFIDC), cédulas de crédito bancário (CCB), certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB).	20,00%	0,00%
Cédulas de produtor rural (CPR), certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA), certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) e warrant agropecuário (WA).	20,00%	0,00%
RENDA VARIÁVEL	70,00%	5,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em segmento especial, instituído em bolsa de valores.	70,00%	5,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores e que não estejam em segmento especial.	50,00%	5,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III, em BDR lastreado em fundo de índice, e em cotas de fundo de índice do exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).	10,00%	5,00%



INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20,00%	15,00%
Cotas de Fundos de investimento em participações (FIP).	15,00%	0,00%
Cotas de Fundos de investimento multimercado (FIM) e em cotas de Fundos de Investimento em Cotas de FIM (FICFIM).	15,00%	15,00%
Cotas de fundos de investimento classificados como 'Ações - Mercado de Acesso', observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.	15,00%	0,00%
Certificados de operações estruturadas (COE)	10,00%	0,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10,00%	0,00%
Cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa"	10,00%	0,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior	10,00%	0,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	0,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificado como nível I e cotas dos fundos da classe "Ações – BDR Nível I", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	0,00%
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que não estejam previstos nos incisos anteriores	10,00%	0,00%
IMOBILIÁRIO	20,00%	0,00%
Cotas de Fundos de investimento imobiliário (FII) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundo de investimento imobiliário (FICFII).	20,00%	0,00%
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI).	20,00%	0,00%
Cédulas de crédito imobiliário (CCI).	20,00%	0,00%

- Limites Utilizados nas Políticas do Ser+**

META DE RETORNO	
PLANOS	ÍNDICE DE REFERÊNCIA
Plano Ser+	100% CDI



ALOCAÇÃO POR SEGMENTO

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
RENDA FIXA	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

ALOCAÇÃO POR EMISSOR

ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLITICA
Tesouro Nacional	100,00%	100,00%
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20,00%	20,00%
Tesouro Estadual ou Municipal	10,00%	0,00%
Companhias abertas com registro na CVM	10,00%	10,00%
Organismo multilateral	10,00%	0,00%
Companhias securitizadoras	10,00%	10,00%
Patrocinador do Plano de Benefícios	10,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	10,00%	0,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Companhias Abertas	10,00%	0,00%
Investimento classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	10,00%	0,00%
Sociedades de Propósito Específico – SPE	10,00%	0,00%
FI/FIC Classificados no Segmentos de Investimentos Estruturados	10,00%	0,00%
FIP	10,00%	0,00%
Outros	10,00%	0,00%



LIMITE DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLITICA
Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil	25,00%	25,00%
FIDC ou FICFIDC	25,00%	0,00%
Fundo de índice de renda fixa e fundo de índice referenciado em ações de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluindo o fundo de índice exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil	25,00%	25,00%
Fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundo de investimento classificados no segmento estruturado	25,00%	0,00%
FII ou FICFII	25,00%	0,00%
Fundo de investimento constituídos no Brasil de que tratam os incisos III e V do caput do art. 26 (Segmento Exterior)	25,00%	0,00%
Do Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário.	25,00%	0,00%
Do Fundo de Investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art.26	15,00%	0,00%
Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21 - debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado.	15,00%	0,00%
De uma mesma série de ativos financeiros de renda fixa	25,00%	25,00%
De uma mesma classe de cotas de FIDC	25,00%	0,00%

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	25%	25,0%
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	25%	0,0%
% de um mesmo empreendimento imobiliário	25%	0,0%



MODALIDADE DE INVESTIMENTO		
MODALIDADE DE INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLITICA
RENDA FIXA	100,00%	100,00%
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna.	100,00%	100,00%
Cotas de fundo de índice de renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida pública federal interna.	100,00%	100,00%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	80,00%	80,00%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras.	80,00%	20,00%
Cotas de fundo de índice de renda fixa, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.	80,00%	0,00%
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais, desde que emitidos antes da vigência da Lei Complementar n° 148, de 25 de novembro de 2014 e obrigações de organismos multilaterais no País.	20,00%	0,00%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas de crédito, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	20,00%	0,00%
Debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado nos termos do art. 2° da Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011.	20,00%	0,00%
Cotas de classe de fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) e cotas de fundo de investimento em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios (FICFIDC), cédulas de crédito bancário (CCB), certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB).	20,00%	0,00%
Cédulas de produtor rural (CPR), certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA), certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) e warrant agropecuário (WA).	20,00%	0,00%



RENDA VARIÁVEL	70,00%	0,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em segmento especial, instituído em bolsa de valores.	70,00%	0,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores e que não estejam em segmento especial.	50,00%	0,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III, em BDR lastreado em fundo de índice, e em cotas de fundo de índice do exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).	10,00%	0,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20,00%	0,00%
Cotas de Fundos de investimento em participações (FIP).	15,00%	0,00%
Cotas de Fundos de investimento multimercado (FIM) e em cotas de Fundos de Investimento em Cotas de FIM (FICFIM).	15,00%	0,00%
Cotas de fundos de investimento classificados como 'Ações - Mercado de Acesso', observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.	15,00%	0,00%
Certificados de operações estruturadas (COE)	10,00%	0,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10,00%	0,00%
Cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa"	10,00%	0,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior	10,00%	0,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	0,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificado como nível I e cotas dos fundos da classe "Ações – BDR Nível I", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	0,00%
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que não estejam previstos nos incisos anteriores	10,00%	0,00%



IMOBILIÁRIO	20,00%	0,00%
Cotas de Fundos de investimento imobiliário (FII) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundo de investimento imobiliário (FICFII).	20,00%	0,00%
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI).	20,00%	0,00%
Cédulas de crédito imobiliário (CCI).	20,00%	0,00%

7.2 Mensagem da Diretoria sobre o retorno dos investimentos

Resultado é alcançado tanto nos investimentos quanto no resultado contábil dos Planos PS-I, PS-II e na meta do PGA

Qual a diferença entre o resultado dos investimentos e o resultado contábil?

Lei [aqui](#) a matéria completa e veja o vídeo que a diretoria preparou sobre o assunto.





7.3 Governança de Investimentos

Ciente de sua responsabilidade perante a sociedade e o mercado de capitais, o Serpros acredita que a adoção de boas práticas de governança de investimento colabora para a longevidade e a sustentabilidade da carteira de investimentos dos planos de benefícios administrados pelo Serpros. Um dos instrumentos para isso, o exercício de direito de voto, é uma ferramenta essencial desse processo e permite que o Serpros se posicione sobre uma variedade de questões relevantes para a estratégia e o melhor desempenho dos investimentos.

Desta forma, o Serpros impacta diretamente, de maneira positiva, sua performance enquanto investidor institucional e, conseqüentemente, o retorno financeiro necessário para o cumprimento de seu dever fiduciário, ou seja, o pagamento de benefícios a seus associados.

O Serpros cumpre seu dever de diligência em conformidade com seus normativos internos e em consonância com a legislação vigente, sempre em linha com as melhores práticas de governança de investimentos, realizando o acompanhamento contínuo da carteira de investimentos, desde o aporte até o vencimento e/ou desinvestimento de cada ativo/fundo, tais como: (i) acompanhamento da performance do ativo/fundo; (ii) participação das assembleias; (iii) monitoramento do enquadramento da carteira de investimentos; (iv) monitoramento do risco; (v) acompanhamento de fatos relevantes e notícias na mídia, envolvendo o fundo/ativo, prestadores de serviços e executivos; (vi) acompanhamento dos relatórios elaborados periodicamente pelos prestadores de serviços contratados (gestores, administradores, auditores independentes, empresas de avaliação especializadas, entre outros); (vii) realiza diligência de prospecção e anual; (viii) avaliação trimestral (resultado) e semestral (governança de investimentos) dos prestadores de serviços (gestores, administradores, agente fiduciário e escritórios jurídicos) envolvidos no ativo/fundo; (ix) acompanhamento das despesas de operacionais dos fundos; e (x) elaboração de relatório mensais para prestação de contas.

Em relação à participação do Serpros em assembleias e reuniões de investimento, é importante destacar que todas as matérias relativas aos ativos/fundos são analisadas criteriosamente e são discutidas no Comitê de Aplicações (CAP), onde são solicitados pareceres técnicos da Gerência de Governança de Investimentos (Gegoi); Gerência Jurídica (Gejur), da Gerência de Investimentos (Gerin), da Gerência de Controle e Riscos de Investimentos (Gecor) e do Comitê de Risco de Investimento (COR), quando necessário, visando o assessoramento à deliberação da Diretoria Executiva (DE), sempre na busca da defesa dos melhores interesses para os participantes dos planos administrados. Todo processo decisório dos investimentos é composto pelas análises das áreas técnicas, pareceres, relatórios dos gestores e prestadores de serviços contratados e é devidamente registrado e arquivado, permitindo segurança e transparência nas deliberações de investimentos.



7.3.1 Participação em Assembleias e Reuniões de Investimentos

O quadro a seguir apresenta a quantidade de assembleias que foram realizadas no exercício de 2023, como se pode observar, foram realizadas um total de 133 assembleias dos ativos/fundos da carteira de investimentos dos planos de benefícios.

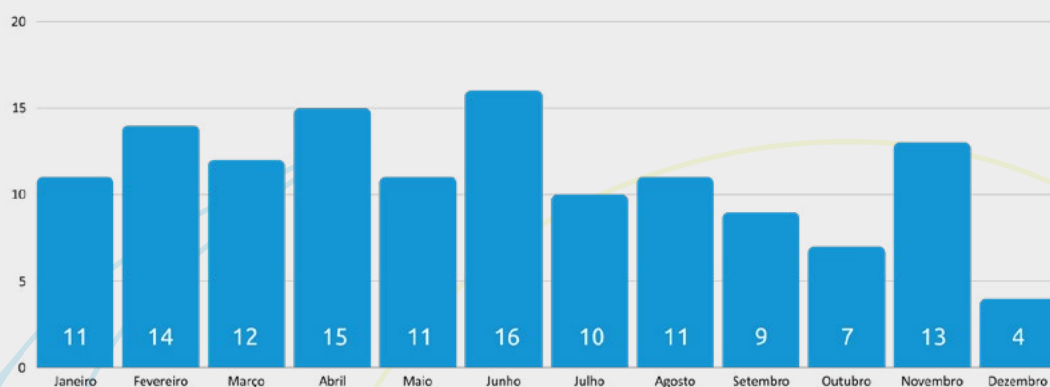
7.3.1.1 Quadro de assembleias dos ativos/fundos

ATIVO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CE. SÃO LUIZ				1							1		2
CE. VARIG					1						1	1	3
COND. TRANSATLÂNTICO	1				1			1					3
DEBÊNTURE BINGEN			1			1					1		3
DEBÊNTURE BRASIL SOLAIR					1								1
DEBÊNTURE BRAZPEIXES				1									1
DEBÊNTURE GSP		1	2	1				3					7
DEBÊNTURE INEPAR		2											2
DEBÊNTURE TIETÊ		10	4	5	5	10	5	5	5	5	5		59
DEBÊNTURE XNICE	1												1
FIA KENOBI						1				1			2
FIA MEARAS				1		1							2
FIA MEARAS						1				1			2
AZ QUEST SMALL FIC FIA												1	1
CONSTANCIA FIA	1												1
ICATU FIA	1			1									2
OCCAM FIC FIA	1												1
NEO NAVITAS FIC FIA				2									2
NEO PROVECTUS I FIC FIM											1		1
PATRIA PIPE FIC FIA	1												1
VINCI MOSAICO FIC FIA				1									1
IBIUNA HEDGE STH FICFIM	1						1						2
IBIUNA HEDGE FICFIM							1				1		2
FIDC MASTER III			1				1	1					3
GAUS ADVISORY FICFIM						1						1	2
GAVEA MACRO FICFIM				1									1

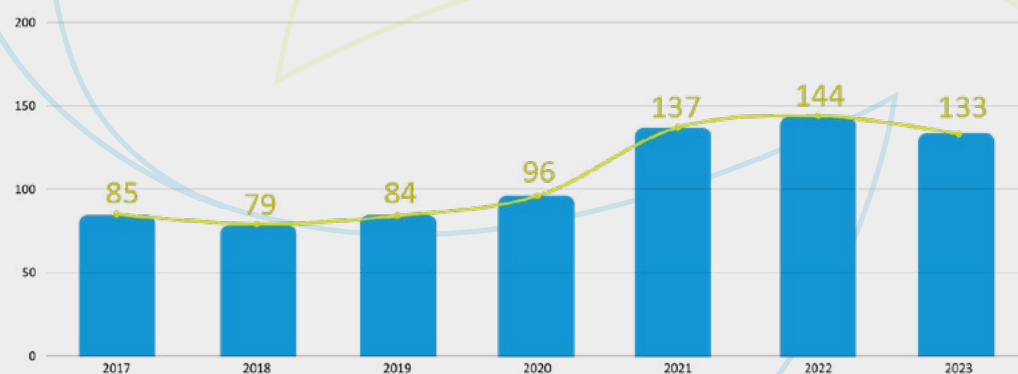


GAVEA MACRO PLUS II												1	1
GUEPARDO					1								1
BOTAFOGO FIM	2		1										3
FIM CREDIT	1	1											2
FIM CP HUNGRIA							1						1
FIM PGA									1				1
STARK II FIM				1									1
STARK FII			1		1		1						3
FIP ETB											1		1
FIP GERAÇÃO DE ENERGIA										1			1
FIP INFRA SETORIAL	1					1				2			4
FII MACAM SHOPPING			1				1				1		3
FIP LSH			1							1	1		3
TOTAL	11	14	12	15	11	16	10	11	9	7	13	4	133

📅 Assembleias por mês



📅 Evolução das Assembleias no Ano de 2023





7.3.2 Princípios de Investimento Responsável – PRI

O ESG é uma sigla em inglês que significa Environmental, Social and Governance, o qual pode ser traduzido como ASG correspondendo às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização e estão relacionados às ações de sustentabilidade. As empresas que observam estes quesitos têm maior probabilidade de permanecerem produtivas no longo prazo, além de estarem menos expostas a passivos jurídicos, advindos de ações ambientais, trabalhistas e sociais, e riscos de imagem da instituição.

O Serpros no ano de 2021, se tornou signatário do PRI – Principles for Responsible Investment, o qual é um programa ou iniciativa de investidores ao redor do mundo em parceria com a UNEP Finance Initiative e a UN Global Compact. Destacamos que os Princípios de Investimentos Responsáveis são em geral classificados com os aspectos do “ASG” uma vez que estes são pioneiros no estudo e implementação nos princípios de investimento responsável, e são o ente de maior reconhecimento nesse sentido.

Sendo signatário do PRI e como Investidor Institucional, o Serpros busca investimentos que, além de retornos financeiros, também contribuam com externalidades positivas para a sociedade, neste sentido: (i) iniciamos a implementação de novas práticas e métricas de avaliação ASG com relação aos ativos/fundos investidos; (ii) participamos de consultas formais do PRI e reuniões sobre novas iniciativas e projetos; (iii) realizamos diligência com os gestores dos fundos terceirizados para mapeamento dos processos relacionados ao ASG da gestora; (iv) no processo de prospecção do Serpros, foram implementadas novas práticas e métricas de avaliação incluindo o tema ASG; e (v) foram realizadas reuniões com empresas especializadas no setor de ASG para contratação de prestador de serviço de assessoramento para analisar nossas práticas e políticas para elaboração de diagnóstico visando alteração do corpo normativo e da cultura da Entidade e de seus colaboradores; e (vi) elaborado Manual e Política ASG para investimentos.

As ações tomadas pelo Serpros nesse tema significam que a Entidade se comprometeu a seguir os seis princípios do PRI, que são:

- Incorporar os temas ASG às análises de investimento e aos processos de tomada de decisão;
- Ser proativo e incorporar os temas ASG às políticas e práticas da propriedade de seleção de ativos;
- Buscar sempre fazer com que as empresas nas quais se investe divulguem suas ações relacionadas aos temas ASG;
- Promover a implementação dos princípios dentro do setor de investimento;
- Ampliar a eficácia na implementação dos princípios;



- Divulgar relatórios sobre atividades e progresso da implementação dos princípios;

No ano de 2023, foi realizada atualização do Manual ASG do Serpros com o objetivo de reafirmar e guiar o compromisso do Serpros com o desenvolvimento sustentável, estabelecendo as diretrizes para o mapeamento junto a emissoras/gestores nos aspectos sociais, ambientais, de direitos humanos e de governança, os quais estão contemplados nas práticas ASG de seus negócios, bem como, acompanhar a evolução com diligências anuais onde ficam registrados os temas considerados como relevantes sob a ótica ASG:

- Uso de Recursos Naturais;
- Emissão de Carbono;
- Eficiência Energética;
- Poluição;
- Tecnologia Limpa;
- Direitos Humanos;
- Privacidade e Segurança de Dados;
- Treinamentos e Aprimoramentos dos Colaboradores;
- Política de Inclusão e Diversidade;
- Políticas e Relações de Trabalho; (xi) Independência do Conselho;
- Diversidade na Composição do Conselho;
- Remunerações;
- Ética;
- Transparência.

Importante destacar que o referido manual ASG incluiu nas práticas do Serpros a verificação de fatores ASG, tanto no processo de prospecção quanto no acompanhamento e monitoramento dos ativos/fundos da carteira de investimentos dos planos de benefícios, de forma cíclica em conjunto com due diligence, por meio de questionário de informações ASG a ser preenchido pelo gestor ou emissor do ativo, conforme o caso. Quando da prospecção será atribuída pontuação específica que compõe parte da avaliação de oportunidade



e viabilidade do investimento, em outros termos, o Serpros leva em consideração os princípios ASG em seus investimentos confirmando seu compromisso com o futuro de seus participantes, dependentes, bem como com as gerações futuras.

No ano de 2023 foi elaborado e aprovado a Política ASG para Investimentos com o objetivo de estabelecer diretrizes que orientam a equipe de investimentos do Serpros em relação aos temas ASG nas análises de investimento e nos processos de tomada de decisão, de forma que sejam observados os interesses de seus participantes, assistidos e instituídos, em conjunto com as regras estabelecidas nas Políticas de Investimento bem como nas diretrizes estratégicas. As diretrizes instituídas na Política ASG para Investimentos trabalham tanto no processo de investimento, como também, nos processos decisórios e de monitoramento de seus ativos investidos.

Sendo assim, na gestão terceirizada dos recursos, buscamos cada vez mais escolher gestores com iniciativas de ASG incorporadas no seu processo de investimentos, principalmente para os de fundos de ações. No processo interno de seleção, avaliação e habilitação dos gestores, a adoção de práticas ASG configura um diferencial da instituição em relação aos concorrentes.

O Serpros conquistou pela segunda vez consecutiva o Selo de Autorregulação em Governança de Investimento, da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), evidenciando o compromisso com as melhores práticas e o aperfeiçoamento contínuo da governança.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	TOTAL		
	FINANCEIRO	%	% 12 MESES
RENDA FIXA	R\$ 6.082.975.564,81	76,77%	11,16%
CARTEIRA PRÓPRIA	R\$ 6.082.784.414,60	76,76%	10,98%
CARTEIRA TERCEIRIZADA	R\$ 191.150,21	0,00%	2806,69%
RENDA VARIÁVEL	R\$ 925.210.964,15	11,68%	22,18%
ESTRUTURADOS	R\$ 701.800.758,41	8,86%	5,06%
FIPS	R\$ 171.518.548,43	2,16%	-8,78%
FIMS ABERTOS	R\$ 530.282.209,98	6,69%	8,99%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - EMPRÉSTIMOS	R\$ 67.751.608,80	0,86%	16,23%
IMÓVEIS	R\$ 146.200.036,30	1,85%	13,23%
FII	R\$ 58.160.294,14	0,73%	35,97%
CARTEIRA	R\$ 88.039.742,16	1,11%	-1,79%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	R\$ 7.923.938.932,47	100,00%	11,93%



7.4 Resultado dos Investimentos

No encerramento de 2023, os recursos garantidores encontravam-se enquadrados perante a legislação vigente e as Políticas de Investimento.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	PSI		PSII BD		PSII CD		PGA		SER+	
	FINANCEIRO	%	FINANCEIRO	%	FINANCEIRO	%	FINANCEIRO	%	FINANCEIRO	%
RENDA FIXA	R\$ 2.067.677.926,77	77,49%	R\$ 1.712.562.589,02	76,93%	R\$ 2.223.200.776,49	75,63%	R\$ 67.131.123,75	86,89%	R\$ 12.403.148,78	100,00%
CARTEIRA PRÓPRIA	R\$ 2.067.582.675,11	77,49%	R\$ 1.712.562.589,02	76,93%	R\$ 2.223.104.877,94	75,62%	R\$ 67.131.123,75	86,89%	R\$ 12.403.148,78	100,00%
CARTEIRA TERCEIRIZADA	R\$ 95.251,66	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ 95.898,55	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%
RENDA VARIÁVEL	R\$ 290.753.475,59	10,90%	R\$ 246.259.577,64	11,06%	R\$ 386.337.857,47	13,14%	R\$ 1.860.053,45	2,41%	R\$ -	0,00%
ESTRUTURADOS	R\$ 208.290.704,64	7,81%	R\$ 247.794.670,59	11,13%	R\$ 237.446.294,24	8,08%	R\$ 8.269.088,94	10,70%	R\$ -	0,00%
FIPS	R\$ 17.693.070,53	0,66%	R\$ 89.869.303,12	4,04%	R\$ 63.956.174,78	2,18%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%
FIMS ABERTOS	R\$ 190.597.634,11	7,14%	R\$ 157.925.367,47	7,09%	R\$ 173.490.119,46	5,90%	R\$ 8.269.088,94	10,70%	R\$ -	0,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES EMPRÉSTIMOS	R\$ 19.673.367,26	0,74%	R\$ 5.502.875,22	0,25%	R\$ 42.575.366,32	1,45%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%
IMÓVEIS	R\$ 81.939.875,49	3,07%	R\$ 14.107.071,10	0,63%	R\$ 50.153.089,72	1,71%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%
FII	R\$ 26.298.758,44	0,99%	R\$ 7.680.169,92	0,34%	R\$ 24.181.365,78	0,82%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%
CARTEIRA	R\$ 55.641.117,05	2,09%	R\$ 6.426.901,18	0,29%	R\$ 25.971.723,94	0,88%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	R\$ 2.668.335.349,75	100,00%	R\$ 2.226.226.783,57	100,00%	R\$ 2.939.713.384,24	100,00%	R\$ 77.260.266,14	100,00%	R\$ 12.403.148,78	100,00%



PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	TOTAL		% 12 MESES
	FINANCEIRO	%	
RENDA FIXA	R\$ 6.082.975.564,81	76,77%	11,16%
CARTEIRA PRÓPRIA	R\$ 6.082.784.414,60	76,76%	10,98%
CARTEIRA TERCEIRIZADA	R\$ 191.150,21	0,00%	2806,69%
RENDA VARIÁVEL	R\$ 925.210.964,15	11,68%	22,18%
ESTRUTURADOS	R\$ 701.800.758,41	8,86%	5,06%
FIPS	R\$ 171.518.548,43	2,16%	-8,78%
FIMS ABERTOS	R\$ 530.282.209,98	6,69%	8,99%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - EMPRÉSTIMOS	R\$ 67.751.608,80	0,86%	0,00%
IMÓVEIS	R\$ 146.200.036,30	1,85%	13,23%
FII	R\$ 58.160.294,14	0,73%	35,97%
CARTEIRA	R\$ 88.039.742,16	1,11%	-1,79%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	R\$ 7.923.938.932,47	100,00%	11,93%



	PSI		PSII - BD		PSII - CD		PS II		PGA		SER+		TOTAL	
	FINANCEIRO	% PLANO	FINANCEIRO	% PLANO	FINANCEIRO	% PLANO	FINANCEIRO	% PLANO	FINANCEIRO	% PLANO	FINANCEIRO	% PLANO	FINANCEIRO	% PLANO
CARTEIRA PRÓPRIA	2.668.335.349,75	100,00%	2.226.226.783,57	100,00%	2.939.713.384,24	100,00%	5.165.940.167,80	100,00%	77.260.266,14	100,00%	12.403.148,78	100,00%	7.923.938.932,47	100,00%
RENDA FIXA - CARTEIRA PRÓPRIA	2.067.582.675,11	77,49%	1.712.562.589,02	76,93%	2.223.104.877,94	75,62%	3.935.667.466,96	76,18%	67.131.123,75	86,89%	12.403.148,78	100,00%	6.082.784.414,60	76,76%
FIM STARK II	2.067.105.850,04	77,47%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	2.067.105.850,04	26,09%
FIM CREDIT CP	-	0,00%	1.711.480.713,80	76,88%	2.222.684.094,46	75,61%	3.934.164.808,26	76,16%	-	0,00%	-	0,00%	3.934.164.808,26	49,65%
FIM BOTAFOGO	476.825,07	0,02%	1.081.875,22	0,05%	420.783,48	0,01%	1.502.658,70	0,03%	-	0,00%	-	0,00%	1.979.483,77	0,02%
FIM PGA SERPROS CP	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	65.947.479,39	85,36%	-	0,00%	65.947.479,39	0,83%
PEGASUS SER+ FIM	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	1.183.644,36	1,53%	12.403.148,78	100,00%	13.586.793,14	0,17%
RENDA VARIÁVEL	290.753.475,59	10,90%	246.259.577,64	11,06%	386.337.857,47	13,14%	632.597.435,11	12,25%	1.860.053,45	2,41%	-	0,00%	925.210.964,15	11,68%
PATRIA PIPE FEEDER INSTITUCIONAL FIC FIA	15.748.795,21	0,59%	12.514.994,56	0,56%	16.732.767,99	0,57%	29.247.762,55	0,57%	-	0,00%	-	0,00%	44.996.557,76	0,57%
GUEPA INST FIC FIA	34.006.235,38	1,27%	44.752.705,79	2,01%	86.124.157,25	2,93%	130.876.863,04	2,53%	-	0,00%	-	0,00%	164.883.098,42	2,08%
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	15.352.018,07	0,58%	12.230.081,99	0,55%	16.280.808,72	0,55%	28.510.890,71	0,55%	-	0,00%	-	0,00%	43.862.908,78	0,55%
OCCAM FIC FIA	37.227.329,85	1,40%	32.733.094,31	1,47%	27.823.396,23	0,95%	60.556.490,54	1,17%	-	0,00%	-	0,00%	97.783.820,39	1,23%
VINCI MOSAICO FIA	31.488.918,55	1,18%	27.626.362,95	1,24%	23.595.639,97	0,80%	51.222.002,92	0,99%	-	0,00%	-	0,00%	82.710.921,47	1,04%
CONSTANCIA FUNDAMENTO FIA	37.779.946,89	1,42%	30.101.464,84	1,35%	40.061.293,67	1,36%	70.162.758,51	1,36%	1.034.506,08	1,34%	-	0,00%	108.977.211,48	1,38%
NEO NAVITAS FIC FIA	-	0,00%	11.428.623,62	0,51%	13.337.797,38	0,45%	24.766.421,00	0,48%	825.547,37	1,07%	-	0,00%	25.591.968,37	0,32%



AZ QUEST SMALL MID CAPS INST FIC FIA	31.518.910,49	1,18%	25.067.561,90	1,13%	33.467.557,58	1,14%	58.535.119,48	1,13%	-	0,00%	-	0,00%	90.054.029,97	1,14%
FIA KENOBI	28.587.476,06	1,07%	16.897.631,90	0,76%	43.793.717,50	1,49%	60.691.349,40	1,17%	-	0,00%	-	0,00%	89.278.825,46	1,13%
FIA MEARAS	30.592.210,59	1,15%	16.264.552,04	0,73%	41.463.406,03	1,41%	57.727.958,07	1,12%	-	0,00%	-	0,00%	88.320.168,66	1,11%
FIA GERIBA	28.451.634,50	1,07%	16.642.503,74	0,75%	43.657.315,15	1,49%	60.299.818,89	1,17%	-	0,00%	-	0,00%	88.751.453,39	1,12%
RENDA FIXA - CARTEIRA TERCEIRIZADA	95.251,66	0,00%	-	0,00%	95.898,55	0,00%	95.898,55	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	191.150,21	0,00%
FIDC BVA MASTER III	95.251,66	0,00%	-	0,00%	95.898,55	0,00%	95.898,55	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	191.150,21	0,00%
ESTRUTURADOS - FIPS	17.693.070,53	0,66%	89.869.303,12	4,04%	63.956.174,78	2,18%	153.825.477,90	2,98%	-	0,00%	-	0,00%	171.518.548,43	2,16%
FIP ATICO ENERGIA	-571.370,57	-0,02%	-909.580,32	-0,04%	238.994,47	-0,01%	-1.148.574,79	-0,02%	-	0,00%	-	0,00%	-1.719.945,36	-0,02%
FIP ATICO FLORESTAL	4.402.408,54	0,16%	7.502.738,09	0,34%	11.120.544,20	0,38%	18.623.282,29	0,36%	-	0,00%	-	0,00%	23.025.690,83	0,29%
FIP ETB	92.578,17	0,00%	475.245,09	0,02%	89.224,08	0,00%	564.469,17	0,01%	-	0,00%	-	0,00%	657.047,34	0,01%
FIP INFRA SANEAMENTO	-	0,00%	44.281.145,11	1,99%	32.386.637,13	1,10%	76.667.782,24	1,48%	-	0,00%	-	0,00%	76.667.782,24	0,97%
FIP LSH	-	0,00%	13.265.766,10	0,60%	9.402.970,44	0,32%	22.668.736,54	0,44%	-	0,00%	-	0,00%	22.668.736,54	0,29%
FP2 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO	13.769.454,39	0,52%	25.253.989,05	1,13%	11.195.793,40	0,38%	36.449.782,45	0,71%	-	0,00%	-	0,00%	50.219.236,84	0,63%
ESTRUTURADOS - MULTIMERCADOS	190.597.634,11	7,14%	157.925.367,47	7,09%	173.490.119,46	5,90%	331.415.486,93	6,42%	8.269.088,94	10,70%	-	0,00%	530.282.209,98	6,69%
GAVEA MACRO FIC FIM	29.368.447,34	1,10%	12.853.022,74	0,58%	28.529.789,41	0,97%	41.382.812,15	0,80%	2.669.858,85	3,46%	-	0,00%	73.421.118,34	0,93%
GAVEA M P II FICFIM	21.942.432,43	0,82%	11.737.286,18	0,53%	21.176.362,47	0,72%	32.913.648,65	0,64%	-	0,00%	-	0,00%	54.856.081,08	0,69%
IBIUNA LONG SHORT STLS FIC FIM	27.466.113,28	1,03%	23.789.629,86	1,07%	20.227.889,74	0,69%	44.017.519,60	0,85%	-	0,00%	-	0,00%	71.483.632,88	0,90%



IBIUNA HEDGE FIC FIM	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	3.407.674,78	4,41%	-	0,00%	3.407.674,78	0,04%
GAUSS ADV FIC FIM	30.681.774,40	1,15%	29.308.133,61	1,32%	25.480.749,25	0,87%	54.788.882,86	1,06%	2.191.555,31	2,84%	-	0,00%	87.662.212,57	1,11%
NEO PROPECTUS I FICM	27.163.585,16	1,02%	21.794.919,08	0,98%	18.950.458,66	0,64%	40.745.377,74	0,79%	-	0,00%	-	0,00%	67.908.962,90	0,86%
IBIUNA HEDGE STH FIC FIM	53.975.281,50	2,02%	58.442.376,00	2,63%	59.124.869,93	2,01%	117.567.245,93	2,28%	-	0,00%	-	0,00%	171.542.527,43	2,16%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - EMPRÉSTIMOS	19.673.367,26	0,74%	5.502.875,22	0,25%	42.575.366,32	1,45%	48.078.241,54	0,93%	-	0,00%	-	0,00%	67.751.608,80	0,86%
IMÓVEIS	81.939.875,49	3,07%	14.107.071,10	0,63%	50.153.089,72	1,71%	64.260.160,81	1,24%	-	0,00%	-	0,00%	146.200.036,30	1,85%
FII	26.298.758,44	0,99%	7.680.169,92	0,34%	24.181.365,78	0,82%	31.861.535,70	0,62%	-	0,00%	-	0,00%	58.160.294,14	0,73%
CARTEIRA	55.641.117,05	2,09%	6.426.901,18	0,29%	25.971.723,94	0,88%	32.398.625,11	0,63%	-	0,00%	-	0,00%	88.039.742,16	1,11%

Alocação	PS-I			PS-II BD			PS-II CD			PSII Consolidado			PGA			SER+			TOTAL			
	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	
29/12/23																						
Total de RF	2.255.700.299,00	-187.977.954,03	2.067.722.344,98	2.109.205.392,36	-400.136.124,59	1.709.069.267,77	2.454.867.089,03	-236.213.090,48	2.218.653.998,55	4.564.072.481,39	-636.349.215,06	3.927.723.266,32	67.136.992,66	-	67.136.992,66	12.410.772,58	-	12.410.772,58	6.899.320.545,63	-	824.327.169,09	6.074.993.376,54
Títulos Públicos	2.066.621.725,26	-	2.066.621.725,26	1.708.413.219,49	-	1.708.413.219,49	2.217.706.096,19	-	2.217.706.096,19	3.926.119.315,68	-	3.926.119.315,68	67.136.992,66	-	67.136.992,66	12.410.772,58	-	12.410.772,58	6.072.288.806,18	-	-	6.072.288.806,18
Títulos Privados	189.078.573,75	-187.977.954,03	1.100.619,72	400.792.172,87	-400.136.124,59	656.048,28	237.160.992,83	-236.213.090,48	947.902,36	637.953.165,70	-636.349.215,06	1.603.950,64	-	-	-	-	-	-	827.031.739,45	-824.327.169,09	2.704.570,36	

Alocação	PS-I			PS-II BD			PS-II CD			PSII Consolidado			PGA			SER+			TOTAL			
	29/12/23	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido
Títulos Públicos		2.066.621.725,26	-	2.066.621.725,26	1.708.413.219,49	-	1.708.413.219,49	2.217.706.096,19	-	2.217.706.096,19	3.926.119.315,68	-	3.926.119.315,68	67.136.992,66	-	67.136.992,66	12.410.772,58	-	12.410.772,58	6.072.288.806,18	-	6.072.288.806,18
NTN-C (IGP-M)		476.086.386,23	-	476.086.386,23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	476.086.386,23	-	476.086.386,23
NTN-B (IPCA)		1.485.632.763,52	-	1.485.632.763,52	1.543.979.123,75	-	1.543.979.123,75	2.005.151.336,43	-	2.005.151.336,43	3.549.130.460,18	-	3.549.130.460,18	32.427.669,39	-	32.427.669,39	-	-	-	5.067.190.893,09	-	5.067.190.893,09
LFT		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromissada		104.902.575,51	-	104.902.575,51	164.434.095,74	-	164.434.095,74	212.554.759,77	-	212.554.759,77	376.988.855,50	-	376.988.855,50	34.709.323,27	-	34.709.323,27	12.410.772,58	-	12.410.772,58	529.011.526,86	-	529.011.526,86
Títulos Privados		189.078.573,75	-187.977.954,03	1.100.619,72	400.792.172,87	-400.136.124,59	656.048,28	237.160.992,83	-236.213.090,48	947.902,36	637.953.165,70	-636.349.215,06	1.603.950,64	-	-	-	-	-	827.031.739,45	-824.327.169,09	2.704.570,36	
Debêntures		132.034.942,90	-132.034.942,90	-	312.476.599,08	-312.476.599,08	-	187.695.821,99	-187.695.821,99	-	500.172.421,07	-500.172.421,07	-	-	-	-	-	-	632.207.363,97	-632.207.363,97	-	
INEPAR		18.277.126,24	-18.277.126,24	-	41.469.233,09	-41.469.233,09	-	16.129.002,58	16.129.002,58	-	57.598.235,66	-57.598.235,66	-	-	-	-	-	-	75.875.361,90	-75.875.361,90	-	
BINGEN		8.690.806,75	-8.690.806,75	-	2.520.509,24	-2.520.509,24	-	3.273.361,93	-3.273.361,93	-	5.793.871,17	-5.793.871,17	-	-	-	-	-	-	14.484.677,92	-14.484.677,92	-	
SIFCO		14.383.984,56	-14.383.984,56	-	32.636.028,26	-32.636.028,26	-	12.693.424,61	-12.693.424,61	-	45.329.452,88	-45.329.452,88	-	-	-	-	-	-	59.713.437,44	-59.713.437,44	-	
BRAZPEIXES		17.430.223,80	-17.430.223,80	-	39.547.684,02	-39.547.684,02	-	15.381.637,18	-15.381.637,18	-	54.929.321,20	-54.929.321,20	-	-	-	-	-	-	72.359.545,00	-72.359.545,00	-	
BRAZAL - BFG		27.668.240,38	-27.668.240,38	-	62.776.866,26	-62.776.866,26	-	24.416.372,39	-24.416.372,39	-	87.193.238,65	-87.193.238,65	-	-	-	-	-	-	114.861.479,03	-114.861.479,03	-	



Performance Global das Carteiras de Investimentos do SERPROS	2022	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23	2023
SERPROS	9,03%	1,11%	0,01%	0,96%	1,16%	1,37%	1,61%	0,71%	-0,21%	0,26%	0,04%	2,60%	1,72%	11,93%
PSI	8,93%	1,05%	0,01%	0,86%	0,95%	1,17%	1,43%	0,80%	-0,19%	0,31%	-0,14%	2,44%	1,66%	10,82%
PSII	9,05%	1,15%	0,00%	1,01%	1,27%	1,47%	1,71%	0,66%	-0,22%	0,24%	0,13%	2,70%	1,75%	12,50%
PSII BD	8,78%	1,11%	0,10%	1,05%	1,26%	1,42%	1,61%	0,87%	-0,19%	0,25%	0,15%	2,48%	1,73%	12,45%
PSII CD	9,26%	1,19%	-0,08%	0,98%	1,28%	1,51%	1,79%	0,50%	-0,24%	0,23%	0,12%	2,86%	1,77%	12,53%
PGA	10,30%	0,77%	0,73%	1,61%	1,41%	2,08%	1,80%	0,87%	0,19%	-0,15%	-0,06%	1,99%	1,90%	13,90%
SER+	-	-	-	-	-1,05%	-0,91%	0,97%	1,05%	1,13%	0,97%	0,99%	0,90%	0,85%	4,98%
META ATUARIAL - PSI	11,37%	1,11%	0,88%	1,19%	1,06%	0,95%	0,78%	0,31%	0,32%	0,61%	0,52%	0,53%	0,51%	9,13%
META ATUARIAL - PSII	11,37%	1,11%	0,88%	1,19%	1,06%	0,95%	0,78%	0,31%	0,32%	0,61%	0,52%	0,53%	0,51%	9,13%
Índice Referencial - PGA	9,19%	1,13%	0,90%	1,21%	1,08%	0,97%	0,80%	0,34%	0,35%	0,64%	0,55%	0,56%	0,54%	9,46%
Índice Referencial - CDI SER+	-	-	-	-	0,25%	1,12%	1,07%	1,07%	1,14%	0,97%	1,00%	0,92%	0,90%	8,76%
CDI	12,38%	1,12%	0,92%	1,17%	0,92%	1,12%	1,07%	1,07%	1,14%	0,97%	1,00%	0,92%	0,89%	13,04%
IBOVESPA	4,68%	3,37%	-7,49%	-2,91%	2,50%	3,74%	9,00%	3,27%	-5,09%	0,71%	-2,93%	12,54%	5,38%	22,28%



RENTABILIDADE POR SEGMENTOS	JAN/23	FEV/23	MAR/23	ABR/23	MAI/23	JUN/23	JUL/23	AGO/23	SET/23	OUT/23	NOV/23	DEZ/23	2023
RENDA FIXA	0,88%	0,97%	1,59%	1,03%	0,89%	0,77%	0,35%	0,56%	0,43%	0,83%	1,07%	1,24%	11,16%
FIM BOTAFOGO	0,28%	111,11%	-1,02%	-0,26%	-1,73%	-0,15%	-1,43%	-0,11%	-0,26%	-0,25%	-0,32%	-0,39%	99,47%
FIM CREDIT	0,93%	0,98%	1,69%	1,16%	0,98%	0,96%	0,28%	0,58%	0,39%	0,97%	1,08%	1,24%	11,83%
FIM STARK II	0,80%	0,84%	1,43%	0,81%	0,71%	0,43%	0,49%	0,54%	0,47%	0,57%	1,04%	1,25%	9,78%
FIM PGA	0,66%	1,04%	1,87%	1,42%	2,09%	1,67%	0,86%	0,43%	-0,08%	0,14%	1,75%	1,70%	14,38%
FIDC MASTER III	4,80%	-20,02%	-33,02%	25,12%	-52,45%	125,55%	87,31%	16,36%	1504,61%	10,02%	-5,84%	6,49%	2806,69%
ESTRUTURADOS	0,88%	-0,10%	-0,14%	0,76%	0,51%	-0,19%	0,76%	-0,53%	-0,40%	-1,07%	1,98%	2,56%	5,06%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES	-0,12%	0,33%	-0,03%	-0,03%	-0,03%	-8,00%	-0,76%	-0,04%	0,39%	-0,49%	-0,03%	-0,03%	-8,78%
FIP ATICO ENERGIA	-19,14%	-0,53%	-0,44%	-0,49%	-0,53%	-0,58%	-0,56%	-1,25%	-0,53%	-49,01%	-0,26%	-0,09%	-60,88%
FIP ATICO FLORESTAL	-0,03%	-0,03%	-0,03%	-0,03%	-0,03%	-0,03%	-0,03%	-0,02%	-0,03%	-0,03%	-0,03%	-0,03%	-0,36%
FIP ETB	-1,81%	-3,61%	-1,67%	-1,76%	-1,72%	-1,84%	-94,20%	-28,74%	1837,21%	-2,38%	-2,38%	-1,97%	-34,04%
FIP LA SHOPPING CENTERS	-0,14%	3,51%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,36%
FIP INFRA SANEAMENTO	-0,01%	0,00%	0,00%	0,01%	0%	-12,13%	0,00%	0,00%	-0,22%	0,00%	0,01%	0,01%	-12,30%
FIP LSH	-0,06%	-0,06%	-0,06%	-0,06%	-0,08%	-0,08%	-0,06%	-0,06%	-0,06%	-0,06%	-0,06%	-0,06%	-0,75%
FP2 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO	0,01%	-0,04%	-0,01%	-0,01%	-0,01%	-0,01%	-0,01%	-0,01%	-0,01%	-0,01%	0,00%	0,17%	0,03%
FIMS ABERTOS	1,31%	-0,29%	-0,17%	0,97%	0,66%	1,93%	1,13%	-0,65%	-0,59%	-1,22%	2,47%	3,18%	8,99%
IBIUNA HEDGE STH FIC FIM	1,41%	-1,56%	-1,48%	1,29%	0,09%	2,21%	1,09%	-0,99%	-1,69%	-0,88%	2,65%	4,54%	6,66%
IBIUNA LONG SHORT STLS FIC FIM	-1,11%	3,16%	-1,89%	-0,01%	-2,26%	6,23%	2,53%	-0,40%	1,39%	-1,10%	-1,21%	4,36%	9,70%
IBIUNA HEDGE FIC FIM	1,25%	-0,78%	-0,65%	1,11%	0,37%	1,79%	1,03%	-0,34%	-0,87%	-0,32%	2,02%	3,30%	8,08%
GAVEA MACRO FIC FIM	2,05%	1,13%	-0,19%	0,22%	0,99%	-0,01%	1,09%	0,50%	-0,94%	-1,03%	4,23%	2,42%	10,86%
GAVEA M P II FICFIM	2,56%	1,27%	-0,72%	-0,06%	0,99%	-0,47%	1,18%	0,26%	-1,82%	-1,91%	5,97%	3,24%	10,71%
GAUSS ADV FIC FIM	0,06%	-1,59%	1,81%	1,97%	2,71%	2,98%	-0,46%	-2,29%	0,17%	-0,96%	-0,06%	1,99%	6,35%
NEO PROPECTUS I FICM	3,54%	-1,62%	3,09%	1,57%	1,81%	-0,45%	1,93%	0,23%	0,42%	-2,16%	4,73%	0,89%	14,66%
RENDA VARIÁVEL	3,11%	-6,74%	-2,66%	2,64%	5,90%	9,20%	3,14%	-4,90%	-0,32%	-4,45%	12,07%	5,04%	22,18%
FIA GERIBA	3,67%	-8,68%	-1,40%	0,83%	7,07%	7,41%	2,30%	-6,01%	-1,37%	-5,04%	14,40%	6,28%	18,53%
FIA KENOBI	4,05%	-7,73%	-3,72%	3,28%	4,25%	9,55%	3,85%	-4,72%	-0,15%	-4,87%	10,32%	4,98%	18,69%
FIA MEARAS	4,18%	-8,58%	-4,28%	2,25%	4,41%	7,79%	3,72%	-3,28%	-0,83%	-2,61%	11,23%	5,59%	19,39%
OCCAM FIC FIA	2,75%	-6,44%	-2,80%	1,14%	0,44%	10,15%	2,85%	-5,77%	0,79%	-2,37%	10,65%	4,89%	15,74%
VINCI MOSAICO FIA	3,24%	-6,47%	-3,37%	1,89%	6,14%	10,33%	3,90%	-4,62%	-0,03%	-5,44%	12,82%	5,25%	23,85%
CONSTANCIA FUNDAMENTO FIA	3,83%	-6,16%	-2,82%	3,00%	6,03%	8,16%	1,45%	-4,87%	-1,00%	-4,68%	10,25%	6,50%	19,59%
NEO NAVITAS FIC FIA	3,85%	-7,76%	-2,27%	2,48%	6,79%	10,40%	2,43%	-6,75%	-1,69%	-7,01%	13,75%	6,68%	19,84%



AZ QUEST SMALL MID CAPS INST FIC FIA	2,66%	-5,11%	-2,97%	1,75%	4,56%	8,74%	3,63%	-5,79%	-1,06%	-6,30%	10,45%	4,61%	14,35%
PATRIA PIPE FEEDER INSTITUCIONAL FIC FIA	6,87%	-8,45%	-1,55%	6,05%	13,70%	11,59%	-0,20%	-3,71%	-0,25%	-3,72%	18,33%	5,41%	49,18%
GUEPA INST FIC FIA	-0,91%	-3,69%	-1,04%	5,91%	10,28%	9,56%	5,32%	-3,35%	1,50%	-3,10%	13,15%	2,69%	40,60%
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	3,34%	-6,90%	-3,20%	0,40%	3,15%	8,13%	3,27%	-4,01%	0,58%	-2,90%	9,13%	5,80%	16,58%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,76%	3,48%	4,51%	5,94%	6,49%	7,32%	8,49%	9,46%	10,78%	13,49%	14,88%	16,23%	16,23%
IMÓVEIS	0,01%	1,69%	0,02%	-0,06%	-0,23%	0,10%	0,00%	-0,11%	-0,07%	-0,09%	14,57%	-2,40%	13,23%
META ATUARIAL - PSI	1,11%	0,88%	1,19%	1,06%	0,95%	0,78%	0,31%	0,32%	0,61%	0,52%	0,53%	0,51%	9,13%
META ATUARIAL - PSII	1,11%	0,88%	1,19%	1,06%	0,95%	0,78%	0,31%	0,32%	0,61%	0,52%	0,53%	0,51%	9,13%
ÍNDICE REFERENCIAL - PGA	1,13%	0,90%	1,21%	1,08%	0,97%	0,80%	0,34%	0,35%	0,64%	0,55%	0,56%	0,54%	9,46%
ÍNDICE REFERENCIAL - CDI SER+	-	-	-	0,25%	1,12%	1,07%	1,07%	1,14%	0,97%	1,00%	0,92%	0,90%	8,76%
CDI	1,12%	0,92%	1,17%	0,92%	1,12%	1,07%	1,07%	1,14%	0,97%	1,00%	0,92%	0,89%	13,04%
IBOVESPA	3,37%	-7,49%	-2,91%	2,50%	3,74%	9,00%	3,27%	-5,09%	0,71%	-2,93%	12,54%	5,38%	22,28%

	PGA	PSI	PSII	SER+	CONSOLIDADO
Taxa de Administração Fundos	-R\$ 1.489,01	-R\$ 263.497,12	-R\$ 177.547,38	-R\$ 20,33	-R\$ 442.553,84
Carteira Própria	-R\$ 1.489,01	-R\$ 262.314,25	-R\$ 175.135,46	-R\$ 20,33	-R\$ 438.959,05
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 1.182,88	-R\$ 2.411,91	R\$ -	-R\$ 3.594,79
Taxa de Controladoria	-R\$ 4.408,81	-R\$ 136.182,20	-R\$ 256.356,62	-R\$ 231,26	-R\$ 397.178,89
Carteira Própria	-R\$ 4.408,81	-R\$ 131.703,53	-R\$ 247.219,25	-R\$ 231,26	-R\$ 383.562,85
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 4.478,67	-R\$ 9.137,37	R\$ -	-R\$ 13.616,04
Gestão Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 821.097,82	-R\$ 1.675.201,48	R\$ -	-R\$ 2.496.299,30
Carteira Própria	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 821.097,82	-R\$ 1.675.201,48	R\$ -	-R\$ 2.496.299,30
Agente Custodiante	-R\$ 2.779,94	-R\$ 239.374,43	-R\$ 220.170,40	-R\$ 154,18	-R\$ 462.478,95
Carteira Própria	-R\$ 2.779,94	-R\$ 234.338,36	-R\$ 210.209,24	-R\$ 154,18	-R\$ 447.481,72
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 5.036,07	-R\$ 9.961,16	R\$ -	-R\$ 14.997,23
Taxa Performance Renda Variável	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Carteira Própria	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Auditoria Contábil/Gestão	-R\$ 6.179,00	-R\$ 28.921,13	-R\$ 26.329,10	R\$ -	-R\$ 61.429,23
Carteira Própria	-R\$ 6.179,00	-R\$ 24.538,57	-R\$ 17.379,68	R\$ -	-R\$ 48.097,25
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 4.382,56	-R\$ 8.949,42	R\$ -	-R\$ 13.331,98
Imóveis	R\$ -	-R\$ 13.552,61	-R\$ 9.600,00	R\$ -	-R\$ 23.152,61
Carteira Própria	R\$ -	-R\$ 13.552,61	-R\$ 9.600,00	R\$ -	-R\$ 23.152,61



Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Taxa CVM	-R\$ 12.993,50	-R\$ 77.284,82	-R\$ 84.782,46	-R\$ 3.608,50	-R\$ 178.669,28
Carteira Própria	-R\$ 12.993,50	-R\$ 64.798,10	-R\$ 59.321,76	-R\$ 3.608,50	-R\$ 140.721,86
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 12.486,72	-R\$ 25.460,70	R\$ -	-R\$ 37.947,42
Despesa BOVESPA	R\$ -	-R\$ 16.433,80	-R\$ 31.298,10	R\$ -	-R\$ 47.731,90
Carteira Própria	R\$ -	R\$ -	-R\$ 39,74	R\$ -	-R\$ 39,74
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 16.433,80	-R\$ 31.258,36	R\$ -	-R\$ 47.692,16
CETIP	-R\$ 28.046,48	-R\$ 332.587,40	-R\$ 524.432,75	-R\$ 1.386,94	-R\$ 886.453,58
Carteira Própria	-R\$ 28.046,48	-R\$ 315.275,40	-R\$ 489.132,90	-R\$ 1.386,94	-R\$ 833.841,73
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 17.312,00	-R\$ 35.299,85	R\$ -	-R\$ 52.611,85
SELIC	-R\$ 3.152,42	-R\$ 71.807,78	-R\$ 98.255,48	-R\$ 437,48	-R\$ 173.653,16
Carteira Própria	-R\$ 3.152,42	-R\$ 71.035,53	-R\$ 96.673,48	-R\$ 437,48	-R\$ 171.298,91
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 772,25	-R\$ 1.582,00	R\$ -	-R\$ 2.354,25
Taxa ANBIMA	-R\$ 2.666,18	-R\$ 10.378,80	-R\$ 12.436,20	-R\$ 1.657,57	-R\$ 27.138,75
Carteira Própria	-R\$ 2.666,18	-R\$ 7.493,89	-R\$ 6.537,11	-R\$ 1.657,57	-R\$ 18.354,75
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 2.884,91	-R\$ 5.899,09	R\$ -	-R\$ 8.784,00
IOF	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-R\$ 2.306,99	-R\$ 2.306,99
Carteira Própria	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-R\$ 2.306,99	-R\$ 2.306,99
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Despesas Jurídicas	R\$ -	-R\$ 65.471,45	-R\$ 145.700,95	R\$ -	-R\$ 211.172,40
Carteira Própria	R\$ -	-R\$ 64.016,16	-R\$ 142.733,58	R\$ -	-R\$ 206.749,74
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 1.455,29	-R\$ 2.967,37	R\$ -	-R\$ 4.422,66
Outras despesas (Cartório, publicação etc.)	-R\$ 22,66	-R\$ 527,32	-R\$ 410,12	-R\$ 40,86	-R\$ 1.000,96
Carteira Própria	-R\$ 22,66	-R\$ 479,63	-R\$ 312,63	-R\$ 40,86	-R\$ 855,78
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 47,69	-R\$ 97,49	R\$ -	-R\$ 145,18



8. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS



8.1 Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL DEZEMBRO / 2023 EM REAIS MIL

CONSOLIDADO							
ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
DISPONÍVEL	5	33.696	212	EXIGÍVEL OPERACIONAL	10	235.039	180.758
				Gestão Previdencial		187.244	165.458
REALIZÁVEL		8.298.023	7.603.781	Gestão Administrativa		37.352	3.880
Gestão Previdencial	6	69.464	58.618	Investimentos		10.443	11.420
Gestão Administrativa	7	333	660				
Investimentos	8	8.228.226	7.544.503	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	11	15.172	16.123
Fundos de Investimento		7.717.928	7.051.920	Gestão Previdencial		11.858	12.809
Investimentos em Imóveis		88.110	91.337	Investimentos		3.314	3.314
Operações com Participantes		68.642	53.197				
Depósitos Judiciais / Recursais		683	640				
Recursos a Receber - Precatórios		351.873	318.463	PATRIMÔNIO SOCIAL		8.097.066	7.423.194
Outros Realizáveis		990	28.946	Patrimônio de Cobertura do Plano		7.687.850	7.043.885
				Provisões Matemáticas	12	7.612.709	7.114.453
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL		15.558	16.082	Benefícios Concedidos		4.170.788	3.954.439
Imobilizado	9	15.408	15.870	Benefícios a Conceder		3.550.077	3.274.348
Intangível		150	212	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(108.156)	(114.334)
				Equilíbrio Técnico	13	75.141	(70.568)
				Resultados Realizados		75.141	(70.568)
				Superávit Técnico Acumulado		199.983	139.518
				(-) Déficit Técnico Acumulado		(124.842)	(210.086)
				Fundos	14	409.216	379.309
				Fundos Previdenciais		307.359	277.210
				Fundos Administrativos		89.286	91.295
				Fundos para Garantia das Operações com Participantes		12.571	10.804
TOTAL DO ATIVO		8.347.277	7.620.075	TOTAL DO PASSIVO		8.347.277	7.620.075

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – (DMPS) DEZEMBRO / 2023 EM REAIS MIL

		CONSOLIDADO		
DESCRIÇÃO		31/12/2023	31/12/2022	Variação no Exercício (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício		7.423.194	6.883.660	7,84%
1. Adições		1.280.851	1.125.981	13,75%
(+)	Contribuições Previdenciais	259.869	234.556	10,79%
(+)	Portabilidade	13.479	-	100,00%
(+)	Migração entre Planos	52.987	56.892	-6,86%
(+)	Outras Adições Previdenciais	51.085	87.957	-41,92%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	867.717	714.965	21,36%
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	950,00	-	100,00%
(+)	Receitas Administrativas	22.884	22.087	3,61%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	10.113	7.814	29,42%
(+)	Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	1.767	1.710	3,33%
2. Destinações		(606.979)	(586.447)	3,50%
(-)	Benefícios	(372.734)	(347.217)	7,35%
(-)	Resgates	(66.967)	(80.713)	-17,03%
(-)	Portabilidade	(15.812)	-	100,00%
(-)	Migração entre Planos	(52.987)	(56.891)	-6,86%
(-)	Outras Destinações	(63.474)	(65.280)	-2,77%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(3.202)	0,00%
(-)	Despesas Administrativas	(35.005)	(33.144)	5,61%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)		673.872	539.534	24,90%
(+/-)	Provisões Matemáticas	498.256	512.460	-2,77%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	145.709	8.913	1534,79%
(+/-)	Fundos Previdenciais	30.149	19.693	53,10%
(+/-)	Fundos Administrativos	(2.009)	(3.242)	-38,03%
(+/-)	Fundos para Garantia das Operações com Participantes	1.767	1.710	3,33%
4. Outros Eventos do Patrimônio Social		-	-	-
(+/-)	Outros Eventos do Patrimônio Social	-	-	-
5. Operações Transitórias		-	-	-
(+/-)	Operações Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4+5)		8.097.066	7.423.194	9,08%

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA DEZEMBRO / 2023 EM REAIS MIL

CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	Varição no Exercício (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	91.295	94.537	-3,43%
1. Custeio da Gestão Administrativa	32.997	29.902	10,35%
1.1 Receitas	32.997	29.902	10,35%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	-	2	-100,00%
Custeio Administrativo dos Investimentos	21.301	19.976	6,63%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1.553	1.101	41,05%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	10.113	7.814	29,42%
Outras Receitas	30	1.009	-97,03%
2. Despesas Administrativas	35.006	33.144	5,62%
2.1 Administração Previdencial	34.526	32.964	4,74%
Pessoal e Encargos	25.122	22.987	9,29%
Treinamentos / congressos e seminários	328	369	-11,11%
Viagens e estadias	476	156	205,13%
Serviços de terceiros	5.132	5.757	-10,86%
Despesas gerais	1.040	1.364	-23,75%
Depreciações e amortizações	247	316	-21,84%
Tributos	2.181	2.015	8,24%
Outras despesas	-	-	-
2.2 Provisão para Perdas Estimadas	-	-	-
2.3 Administração da Gestão Assistencial	-	-	-
2.4 Remuneração - Antecipação de Contribuições Patrocinadores	-	-	-
2.5 Fomento	-	-	-
2.6 Outras Despesas	480	180	166,67%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	0,00%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(2.009)	(3.242)	-38,03%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(2.009)	(3.242)	-38,03%
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	89.286	91.295	-2,20%

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO 2023 - EM REAIS MIL

PLANO BD - PSI			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	Variação no Exercício (%)
1. Ativos	2.933.899	2.831.888	3,60%
Disponível	48	4	1100,00%
Recebível	41.699	44.512	-6,32%
Investimento	2.892.152	2.787.372	3,76%
Fundos de Investimento	2.579.251	2.479.179	4,04%
Investimentos em Imóveis	55.685	57.725	-3,53%
Empréstimos e Financiamentos	22.093	21.238	4,03%
Depósitos Judiciais / Recursais	214	171	25,15%
Recursos a Receber - Precatórios	234.285	210.803	11,14%
Outros Realizáveis	624	18.256	-96,58%
2. Obrigações	13.454	15.301	-12,07%
Operacional	9.502	9.966	-4,66%
Contingencial	3.952	5.335	-25,92%
3. Fundos Não Previdenciais	42.895	44.905	-4,48%
Fundos Administrativos	35.795	38.563	-7,18%
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	7.100	6.342	11,95%
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	2.877.550	2.771.682	3,82%
Provisões Matemáticas	3.002.393	2.981.768	0,69%
Superávit/Déficit Técnico	(124.843)	(210.086)	-40,58%
Fundos Previdenciais	-	-	-
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(13.379)	(104.635)	-87,21%
a) Equilíbrio Técnico	(124.843)	(210.086)	-40,58%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	111.464	105.451	5,70%
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(13.379)	(104.635)	-87,21%

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2023 - EM REAIS MIL

PLANO BD - PSI				
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	Variação no Exercício	
A) Ativo Líquido - início do exercício	2.771.682	2.638.352	5,05	
1. Adições	346.426	356.626	-2,86	
(+) Contribuições	56.445	52.931	6,64	
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	288.576	303.579	-4,94	
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	1.382	37	3.635,14	
(+) Outras Adições	23	79	-70,89	
2. Destinações	(240.558)	(223.296)	7,73	
(-) Benefícios	(240.426)	(222.794)	7,91	
(-) Resgates	(103)	(121)	-14,88	
(-) Outras Destinações	(29)	(381)	-92,39	
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	105.868	133.330	-20,60	
(+/-) Provisões Matemáticas	20.625	103.237	-80,02	
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	85.243	30.093	183,27	
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	0,00	
(+/-) Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	0,00	
5. Operações Transitórias	-	-	0,00	
(+/-) Operações Transitórias	-	-	0,00	
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	2.877.550	2.771.682	3,82	
C) Fundos não previdenciais	(2.010)	(2.046)	-1,76	
(+/-) Fundos Administrativos	(2.768)	(3.062)	-9,60	
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	758	1.016	-25,39	

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas
As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2023 - EM REAIS MIL

PLANO BD - PSI			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	Variação no Exercício (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.898.105	2.793.325	4
1. Provisões Matemáticas	3.002.393	2.981.769	0,69
1.1. Benefícios Concedidos	2.476.430	2.345.963	5,56
Benefício Definido	2.476.430	2.345.963	5,56
1.2. Benefício a Conceder	634.119	750.140	-15,47
Benefício Definido	634.119	750.140	-15,47
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(108.156)	(114.334)	-5,40
(-) Serviço passado	0	0	0,00
(-) Déficit equacionado	(108.156)	(114.334)	-5,40
(-) Patrocinador(es)	(54.078)	(57.167)	-5,40
(-) Participantes	(11.619)	(14.583)	-20,33
(-) Assistidos	(42.459)	(42.584)	-0,29
(+/-) Por ajustes das contribuições extraordinárias	0	0	0
2. Equilíbrio Técnico	(124.842)	(210.086)	-40,58
2.1. Resultados Realizados	(124.842)	(210.086)	-40,58
Superávit técnico acumulado	0	0	0,00
(-) Déficit técnico acumulado	(124.842)	(210.086)	-40,58
3. Fundos	7.100	6.342	11,95
3.1. Fundos Previdenciais	-	-	0,00
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	7.100	6.342	11,95
4. Exigível Operacional	9.502	9.966	-4,66
4.1. Gestão Previdencial	3.162	3.236	-2,29
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6.340	6.730	-5,79
5. Exigível Contingencial	3.952	5.334	-25,91
5.1 Gestão Previdencial	2.325	3.707	-37,28
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	1.627	1.627	0,00

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

Déficit que deverá se equacionado:

PM BD

Duration



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL (PARCELA BD) DEZEMBRO / 2023 EM REAIS MIL

PLANO BD - PSII			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	Variação no Exercício (%)
1. Ativos	2.246.959	2.076.126	8,23%
Disponível	29	-	100,00%
Recebível	23.162	24.344	-4,86%
Investimento	2.223.768	2.051.782	8,38%
Fundos de Investimento	2.189.043	2.017.167	8,52%
Derivativos	0	-	-
Investimentos em Imóveis	6.432	6.668	-3,54%
Empréstimos e Financiamentos	4.607	4.193	9,87%
Depósitos Judiciais / Recursais	150	150	0,00%
Recursos a Receber - Precatórios	23.464	21.483	9,22%
Outros Realizáveis	72	2.121	-96,61%
2. Obrigações	35.317	33.123	6,62%
Operacional	25.014	23.252	7,58%
Contingencial	10.303	9.871	4,38%
3. Fundos Não Previdenciais	20.703	21.148	-2,10%
Fundos Administrativos	19.991	20.633	-3,11%
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	712	515	38,25%
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	2.190.939	2.021.855	8,36%
Provisões Matemáticas	1.684.953	1.608.476	4,75%
Superávit/Déficit Técnico	199.983	139.518	43,34%
Fundos Previdenciais	306.003	273.861	11,74%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	295.331	224.768	31,39%
a) Equilíbrio Técnico	199.983	139.518	43,34%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	95.348	85.250	11,85%
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	295.331	224.768	31,39%

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL (PARCELA BD) DEZEMBRO / 2023 EM REAIS MIL

PLANO BD - PSII				
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	Variação no Exercício (%)	
A) Ativo Líquido - início do exercício	2.021.855	1.904.137	6,18%	
1. Adições	301.941	249.920	20,82%	
(+) Contribuições	6.734	6.729	0,07%	
(+) Migração entre Planos	52.987	56.892	100%	
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	242.165	186.186	30,07%	
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	100,00%	
(+) Outras Adições	55	113	100%	
2. Destinações	(132.857)	(132.202)	0,50%	
(-) Benefícios	(130.333)	(124.423)	4,75%	
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(432)	(3.239)	0,00%	
(-) Outras Destinações	(2.092)	(4.540)	100%	
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	169.084	117.718	43,63%	
(+/-) Provisões Matemáticas	76.477	120.503	-36,54%	
(+/-) Fundos Previdenciais	32.142	18.395	74,73%	
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	60.464	(21.180)	-385,48%	
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-	
(+/-) Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-	
5. Operações Transitórias	-	-	-	
(+/-) Operações Transitórias	-	-	-	
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	2.190.939	2.021.855	8,36%	
C) Fundos não previdenciais	(445)	(24)	1754,17%	
(+/-) Fundos Administrativos	(642)	(250)	156,80%	
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	197	226	-12,83%	

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas
As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – DPT (PARCELA BD) DEZEMBRO / 2023 EM REAIS MIL

PLANO BD - PSII			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	Variação no Exercício (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.226.969	2.055.493	8,34%
1.Provisões Matemáticas	1.684.953	1.608.476	4,75%
1.1.Benefícios Concedidos	1.684.953	1.608.476	4,75%
Benefício Definido	1.684.953	1.608.476	4,75%
2.Equilíbrio Técnico	199.983	139.518	43
2.1.Resultados Realizados	199.983	139.518	43
Superávit técnico acumulado	199.983	139.518	43,34%
Reserva de contingência	199.983	139.518	43,34%
3. Fundos	306.715	274.376	11,79%
3.1. Fundos Previdenciais	306.003	273.860	11,74%
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	712	516	37,98%
4. Exigível Operacional	25.015	23.252	7,58%
4.1. Gestão Previdencial	24.199	22.505	7,53%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	816	747	9,24%
5. Exigível Contingencial	10.303	9.871	4,38%
5.1 Gestão Previdencial	9.533	9.101	4,75%
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	770	770	0,00%

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL (PARCELA CD) DEZEMBRO / 2023 EM REAIS MIL

PLANO CD - PSII			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	Variação no Exercício (%)
1. Ativos	3.116.662	2.708.179	15,08%
Disponível	132	74	78,38%
Recebível	93.890	81.056	15,83%
Investimento	3.022.640	2.627.049	15,06%
Fundos de Investimento	2.859.971	2.477.274	15,45%
Investimentos em Imóveis	25.992	26.944	-3,53%
Empréstimos e Financiamentos	41.941	27.765	51,06%
Depósitos Judiciais / Recursais	319	319	0,00%
Recursos a Receber - Precatórios	94.123	86.177	9,22%
Outros Realizáveis	294	8.570	-96,57%
2. Obrigações	164.072	144.576	13,48%
Operacional	163.156	143.660	13,57%
Contingencial	916	916	0,00%
3. Fundos Não Previdenciais	38.259	36.045	6,14%
Fundos Administrativos	33.500	32.099	4,36%
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	4.759	3.946	20,60%
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	2.914.331	2.527.558	15,30%
Provisões Matemáticas	2.912.975	2.524.209	15,40%
Fundos Previdenciais	1.356	3.349	-59,51%

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL (PARCELA CD) DEZEMBRO / 2023 EM REAIS MIL

PLANO CD - PSII				
DESCRIÇÃO		31/12/2023	31/12/2022	Variação no Exercício (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	2.527.558	2.237.540	12,96%
	1. Adições	583.789	487.863	19,66%
(+)	Contribuições	196.330	174.899	12,25%
(+)	Portabilidade	30	-	100,00%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	336.422	225.200	49,39%
(+)	Outras Adições	51.007	87.764	100%
	2. Destinações	(197.016)	(197.845)	-0,42%
(-)	Resgates	(66.864)	(80.592)	-17,03%
(-)	Portabilidade	(15.812)	-	
(-)	Migração de Planos	(52.987)	(56.892)	-6,86%
(-)	Provisão para Perdas Estimadas	-	-	#DIV/0!
(-)	Custeio Administrativo	-	(2)	-100,00%
(-)	Outras Destinações	(61.353)	(60.359)	1,65%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	386.773	290.018	33,36%
(+/-)	Provisões Matemáticas	388.766	288.719	34,65%
(+/-)	Fundo Previdencial	(1.993)	1.299	-253,43%
	4. Outros Eeventos do Ativo Líquido	-	-	-
(+/-)	Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
	5. Operações Transitórias	-	-	-
(+/-)	Operações Transitórias	-	-	-
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	2.914.331	2.527.558	15,30%
	C) Fundos não previdenciais	2.214	537	312,29%
(+/-)	Fundos Administrativos	1.401	70	1901,43%
(+/-)	Fundos para Garantia das Operações com Participantes	813	467	74,09%

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – DPT (PARCELA CD) DEZEMBRO / 2023 EM REAIS MIL

PLANO CD - PSII			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	Variação no Exercício (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	3.083.163	2.676.080	15,21%
1.Provisões Matemáticas	2.912.975	2.524.209	15,40%
Contribuição Definida	-	-	-
1.2.Benefício a Conceder	2.912.975	2.524.209	15,40%
Contribuição Definida	2.912.975	2.524.209	15,40%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	1.184.457	1.000.275	18,41%
Saldo de contas - parcela participantes	1.728.518	1.523.934	13,42%
2.Equilíbrio Técnico	-	-	-
2.1.Resultados Realizados	-	-	-
3. Fundos	6.115	7.295	-16,18%
3.1. Fundos Previdenciais	1.356	3.349	-59,51%
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes	4.759	3.946	20,60%
4. Exigível Operacional	163.157	143.660	13,57%
4.1. Gestão Previdencial	159.869	139.717	14,42%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3.288	3.943	-16,61%
5. Exigível Contingencial	916	916	0,00%
5.1 Gestão Previdencial	-	-	-
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	916	916	0,00%

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL DEZEMBRO / 2023 EM REAIS MIL

PLANO SER +			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	Variação no Exercício (%)
1. Ativos	12.404	-	100,00%
Disponível	1	-	100,00%
Investimento	12.403	-	100,00%
Fundos de Investimento	12.403	-	100,00%
2. Obrigações	15	-	100,00%
Operacional	15	-	100,00%
3. Fundos Não Previdenciais	-	-	100,00%
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	12.389	-	100,00%
Provisões Matemáticas	12.389	-	100,00%

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL DEZEMBRO / 2023 EM REAIS MIL

PLANO SER+				
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	Variação no Exercício (%)	
A) Ativo Líquido - início do exercício	0	0	100,00%	
1. Adições	14.365	-	100,00%	
(+) Contribuições	360	-	100,00%	
(+) Portabilidade	13.450	-	100,00%	
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	555	-	100,00%	
2. Destinações	(1.976)	-	100,00%	
(-) Benefícios	(1.976)	-	100,00%	
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	12.389	-	100,00%	
(+/-) Provisões Matemáticas	12.389	-	100,00%	
(+/-) Fundo Previdencial	-	-	100,00%	
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-	
(+/-) Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-	
5. Operações Transitórias	-	-	-	
(+/-) Operações Transitórias	-	-	-	
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	12.389	-	100,00%	
C) Fundos não previdenciais	-	-	-	
(+/-) Fundos Administrativos	-	-	-	
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	-	-	-	

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – DPT DEZEMBRO / 2023 EM REAIS MIL

PLANO SER+			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	Variação no Exercício (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	12.403	-	-
1. Provisões Matemáticas	12.388	-	-
Contribuição Definida	9.405	-	-
1.2. Benefício a Conceder	2.983	-	-
Contribuição Definida	2.983	-	-
Saldo de contas - parcela participantes	2.983	-	-
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	-	-	-
4. Exigível Operacional	15	-	-
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As rubricas com saldos nulos foram suprimidas.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



8.1.1 Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O SERPROS Fundo Multipatrocinado, instituído em outubro de 1977, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, de personalidade jurídica de direito privado, patrocinado pelo SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados e pelo próprio SERPROS, com a finalidade de instituir e administrar planos de benefícios, conforme as normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Os recursos de que a Entidade dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de seus Patrocinadores que firmaram convênios de adesão com os Planos, de seus Participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimento, em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Na qualidade de entidade multipatrocinada o SERPROS é responsável pela administração de Planos de Benefícios nas modalidades de Benefício Definido, de Contribuição Variável e Contribuição Definida.

2. PLANOS ADMINISTRADOS

2.1. O Plano de Benefícios SERPRO I – PSI, de caráter previdenciário, está estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujos benefícios têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado atuarialmente de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Está registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) da PREVIC sob o nº 1980001618 e CNPJ 48.306.622/0001-79. Este Plano está fechado a novas adesões desde 1996, com posterior implantação do Plano de Benefícios SERPRO II e opção de migração. Em 1º de abril de 2013 o plano foi saldado.

Os benefícios do Plano PSI são avaliados pelo regime financeiro de capitalização conjugado com o método agregado, buscando relacionar os compromissos e as obrigações na data de avaliação, estando adequado aos critérios técnicos do plano e legislação vigente.

Desde o saldamento do plano, em 1º de abril de 2013, não há mais adoção de premissa de crescimento salarial e não é aplicado ao participante ativo a contribuição normal, somente contribuição extraordinária. O participante detentor do Benefício Proporcional Acumulado (BPA) cessou as suas contribuições normais ao plano até o início do recebimento do BPA. A partir do início do recebimento do benefício, o participante efetuará as contribuições previstas no Regulamento na mesma proporção dos assistidos.

2.2. O Plano de Benefícios SERPRO II – PSII, de caráter previdenciário, está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo de Contribuição Definida na fase de acumulação dos benefícios programados



– PSII CD e de Benefício Definido para os benefícios de riscos e na fase de recebimento dos benefícios – PSII BD, e possui as Provisões Matemáticas avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização. Está registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) da PREVIC sob o nº 19980077-74 e no CNPJ 48.307.027/0001-58.

A metodologia utilizada na avaliação do PSII pautou-se no regime de capitalização e método de capitalização financeira para os benefícios a conceder de aposentadoria programada e sua respectiva reversão em pensão por morte, de aposentadoria por invalidez e de pensão por morte de ativo, bem como para os institutos de Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

O valor da diferença de compromisso necessário ao pagamento da garantia do valor mínimo de aposentadoria por Invalidez e pensão por Morte de ativo, bem como o compromisso com a reversão em pensão da aposentadoria por Invalidez e o pecúlio por morte de futuro assistido Inválido são avaliados pelo método de repartição de capitais de cobertura.

Os benefícios de auxílio-doença, de auxílio-reclusão e de pecúlio por morte de ativo são avaliados pelo regime de repartição simples. O pecúlio por morte de futuro assistido válido é avaliado pelo regime de capitalização e pelo método de crédito unitário projetado.

2.3. O Plano SER+, é um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, que adota o método de capitalização financeira, visto que os benefícios são obtidos a partir da capitalização das contribuições efetuadas no período decorrido entre a data de ingresso do participante no plano e a data de concessão da renda. As provisões matemáticas correspondem aos saldos de contas formados pelas contribuições de participantes e de terceiros, seja do instituidor ou das pessoas físicas ou jurídicas a ele vinculadas, acrescidos do retorno dos investimentos deduzidos de eventuais resgates parciais, benefícios temporários e, após a concessão do benefício, dos valores pagos de rendas mensais.

2.4. O Plano de Gestão Administrativa (PGA), é um plano que tem a finalidade de registrar as atividades inerentes a Gestão Administrativa da Entidade, em conformidade com seu regulamento, aprovado pelo Conselho Deliberativo, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa dos planos de benefícios de responsabilidade do **SERPROS**.

O patrimônio do **PGA** é constituído por recursos provenientes de receitas previdenciais, de investimento e diretas, conforme fontes de custeio aprovadas anualmente, resultado positivo ou negativo dos investimentos do PGA, deduzidas das administrativas. Os resultados são alocados ou revertidos ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício previdencial, caracterizando obrigações ou direitos da entidade.



As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA em conformidade com a Resolução CNPC N° 48, de 8 de dezembro de 2021 e são aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo.

3. DADOS PREVIDENCIÁRIOS – ESTATÍSTICA DE PARTICIPANTES, ASSISTIDOS E DEPENDENTES

Por Plano de Benefícios – 31.12.2023 e 31.12.2022

PLANO PS I	31/12/2023	31/12/2022	PLANO PS II	31/12/2023	31/12/2022	PLANO SER+	31/12/2023	31/12/2022
População Total	16.533	16.655	População Total	20.581	20.788	População Total	152	-
Saldados	1.220	1.519	Ativos + Migrados	4.753	4.879	Auto Patrocinado	-	-
Autopatrocinaados	8	9	Ativos oriundos do PSI	1.011	1.246	Participante Vinculado	142	-
Auxílio doença	-	-	Auto Patrocinado	53	33	Assistidos	5	-
Aposentadoria Programada	3.432	3.183	Auxílio doença	24	17	Renda Mensal	5	-
Invalidez	391	401	Aposentadoria Programada	885	813			
Pensão por morte	708	686	Invalidez	82	83			
Peculio Morte	55	54	Pensão por morte	183	167			
Pensionistas	764	745	Peculio Morte	22	25			
Dependentes	10.663	10.744	Pensionistas	238	227			
			Dependentes	13.513	13.465			

4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e diretrizes contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (**EFPC**), instituídas pela Interpretação Técnica Geral – ITG 2001, do Conselho Federal de Contabilidade, e de normativos do sistema de previdência complementar, em especial, a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as Gestões Previdencial e Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, estão em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (R5), ativos e passivos apresentados por ordem de liquidez.

A sistemática contábil, além das características já descritas, apresenta a segregação dos registros em duas gestões distintas, previdencial e administrativa, conforme a natureza e a finalidade das operações.



As demonstrações contábeis são apresentadas na forma consolidada e individual, por Plano de Benefícios e PGA, em conformidade com a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023.

Balço Patrimonial (Consolidado) - os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (Consolidada) - as modificações ocorridas no patrimônio social dos planos.

Demonstração do Ativo Líquido - DAL (Por plano de benefícios) - a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (Por plano de benefícios) - as mutações ocorridas no ativo líquido ao final do exercício.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (Consolidada) - o resultado das atividades administrativas da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT (Por plano de benefícios) - a composição das provisões técnicas.

5. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS PELO SERPROS

5.1 Apuração das Mutações patrimoniais e resultados

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência, exceto nos casos das contribuições dos autopatrocinados, vinculados a Planos de Benefícios do tipo Contribuição Definida ou Contribuição Variável e contribuições do plano SER+ que são registrados pelo regime de caixa.

5.2 Premissas das Mutações patrimoniais e resultados

As estimativas contábeis são adotadas com base no julgamento da Administração para determinação de uma mensuração razoável a ser registrada nas demonstrações contábeis, cuja metodologia envolvem fatores objetivos e subjetivos.

Os principais itens sujeitos a essas estimativas e premissas: vida útil do ativo imobilizado; avaliação do ativo financeiro, quando precificado por meio de laudo de avaliação econômica, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para demandas judiciais e as provisões matemáticas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas podem resultar eventualmente valores diferentes daqueles estimados, requerendo um acompanhamento permanente dessas estimativas e se necessário, revisão da metodologia e alteração de premissas.



O SERPROS possui política contábil aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, considerando suas peculiaridades, bem como a natureza de suas operações que são efetuadas observando critérios consistentes e verificáveis, em consonância com às Normas Brasileiras de Contabilidade, observadas as particularidades previstas nas Resoluções emitidas pelo CNPC e pela Previc, contemplando as características da gestão de riscos e do tratamento das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes.

5.3 Realizável - Gestão Previdencial

Representa os recursos a receber de cada Plano de Benefícios, relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio vigente, assim como depósitos judiciais/recursais efetuados relacionados as contingências da Gestão Previdencial.

5.4 Realizável - Gestão Administrativa

Representa os valores de contribuições pertinentes ao custeio de despesas administrativas efetuadas pela patrocinadora, participantes, assim como os valores depositados em juízo relativos aos processos judiciais.

5.5 Investimentos

As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios Previdenciais e PGA, elaboradas sob os preceitos legais da Resolução do CMN nº 4.994, de 24/03/2022.

A atividade de custódia dos ativos mobiliários é exercida primordialmente pelo Banco Bradesco S/A. A entidade também é responsável pela política de apreçamento (atribuição de valor aos ativos financeiros) da Entidade. A metodologia está disponível em manual de precificação e segue as melhores práticas de apreçamento existente.

5.5.1 Títulos públicos, créditos privados e depósitos

Em atendimento ao artigo 30 da Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria e da carteira dos fundos de investimentos exclusivos são registrados pelo valor efetivamente pagos, acrescidos dos valores de corretagem e emolumentos, e estão classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente de prazo decorrente da data de aquisição e são ajustados a valor de mercado em periodicidade mensal.



Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção de mantê-los na carteira até o vencimento, com vista a necessidade de liquidez para assegurar os direitos dos participantes e atendimento do perfil do exigível atuarial dos Planos. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, apropriados no resultado.

5.5.1.1 Valor justo dos ativos financeiros

Os critérios adotados para o valor justo dos títulos e valores mobiliários seguem as orientações estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46 (R2), que dispõe sobre a mensuração do valor justo e define a hierarquia de valor justo mediante classificação em três níveis de informações específicas. A definição dessa hierarquia tem o propósito de estabelecer as técnicas apropriadas para avaliações dos ativos.

5.5.2 Fundos de investimento

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua mensuração inicial. Estão representados pelo valor de suas cotas na data do encerramento do exercício e, quando exclusivo, os ativos financeiros que compõe a carteira dos fundos são precificados em conformidade com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

5.5.3 Investimentos Imobiliários

Os imóveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção. As reavaliações da carteira imobiliária são realizadas anualmente conforme define a Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, alterada pela Instrução Previc nº 44, de 23/11/2021, a valor justo do investimento.

O resultado da reavaliação, positivo ou negativo é contabilizado no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir, em contrapartida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”.

5.5.4 Operações com participantes (empréstimos e financiamentos)

Correspondem aos empréstimos concedidos aos Participantes e Assistidos acrescidos dos rendimentos auferidos, deduzidas as amortizações e, quando aplicável, da provisão de direitos creditórios de liquidação duvidosa em função do atraso de recebimento. Conforme disposto no contrato de mútuo, nas operações de concessão dos empréstimos é descontada a taxa denominada de Quota de Quitação por Morte (QQM). Essa taxa é calculada atuarialmente variando em função do risco envolvido em cada operação, sendo destinada à formação de um fundo para cobrir eventuais perdas com a quitação dos saldos devedores dos



empréstimos daqueles participantes ou assistidos que vierem a falecer durante a vigência do contrato.

5.6 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas em função do atraso no recebimento do valor principal, de parcela ou de encargos da operação. Essas provisões são contabilizadas em conta de mutações patrimoniais e resultados, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os direitos a receber sujeitos à provisão para liquidação duvidosa são apresentados pelo seu valor líquido, conforme critérios definidos na Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, os quais se encontram discriminados a seguir.

Atrasos (em dias)		Faixa de Provisionamento
De	Até	
31	60	1%
61	90	5%
91	120	10%
121	180	25%
181	240	50%
241	360	75%
>361		100%

5.7 Ativo imobilizado e Intangível

Estão contabilizados no Plano de Gestão Administrativa e seus valores são registrados pelo custo de aquisição, ajustados pela depreciação, calculada pela taxa estabelecida conforme tempo de vida útil de cada grupo de bens.

São classificados como:

IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS

São formados pelo conjunto de bens necessários à manutenção das atividades administrativas da entidade como computadores, móveis, utensílios, máquinas etc. As depreciações foram calculadas pelo método linear. As taxas são fixadas por espécie de bens em razão do tempo de vida útil, conforme disposto a seguir: Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos - 10% a.a. e Equipamentos de Informática e Veículos - 20% a.a.



IMOBILIZADO - BENS IMÓVEIS

Edificação e terreno adquiridos com recursos do Plano de Gestão Administrativa para uso operacional da Entidade.

INTANGIVEL - Estão registrados os gastos com desenvolvimento de software, considerando sua capacidade gerar benefícios econômicos para a Entidade, estão amortizados à taxa de 20% a. a., reconhecidas em despesas no Plano de Gestão Administrativa. Também estão registrados os gastos com fomento, cuja amortização será efetuada em 60 meses a partir do início do plano.

5.8 Exigível Operacional

Representam as obrigações com terceiros, ao valor presente, provenientes de compromissos com os assistidos, participantes, impostos e contribuições a recolher, folha de pagamento e operações financeiras.

5.9 Ativos e Passivos Contingentes

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. A Provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme descrito abaixo:

(I) Ativos Contingentes (quando aplicável): São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

(II) Passivos Contingentes: são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, e discriminados em notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.



(III) Obrigações Legais: originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso.

5.10 Provisão Matemática

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas mensalmente e representam os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder. As provisões matemáticas são calculadas de acordo com as regras dos regulamentos dos planos de benefícios, com as premissas aprovadas anualmente pelos órgãos estatutários da entidade, adequados ao perfil da massa de participantes e assistidos dos respectivos planos de benefícios. O cálculo da provisão matemática das parcelas de Benefício Definido está fundamentado nas premissas e hipóteses atuariais, através da aplicação de método atuarial que utiliza conceitos financeiros, econômicos, demográficos e probabilísticos para dimensionar o montante de recursos financeiros e de contribuições previdenciárias necessárias para o pagamento de benefícios futuros dos participantes e assistidos da Entidade.

Por ser calculado atuarialmente, o valor da provisão matemática pode sofrer variações em razão de mudanças na expectativa de vida, taxa de juros, composição familiar do participante e assistido, regras da previdência social, dentre outras.

As premissas e hipóteses atuariais são pressuposições assumidas nos cálculos com o objetivo de realizar as projeções atuariais futuras de longo prazo. Assim, com base em cenários e estudos estatísticos, são respondidas questões como: **a.** a perspectiva de ascensão salarial dos funcionários, **b.** quais serão seus salários no momento de uma aposentadoria, **c.** o benefício estimado na aposentadoria, **d.** com que idade se aposentarão, **e.** por quanto tempo pagarão contribuições, **f.** por quanto tempo sobreviverão e receberão benefícios, **g.** quanto custa a pensão por morte paga às famílias, **h.** qual o risco de uma invalidez ou óbito antes de se aposentar, **i.** quanto os recursos financeiros do plano vão render, **j.** qual o impacto da inflação futura nos salários e benefícios, entre outras.

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas com base em cálculos atuariais e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder, trazidos a valor presente. A avaliação atuarial é o estudo técnico utilizado pela Contabilidade para registrar as provisões matemáticas.

As provisões matemáticas das parcelas de Contribuição Definida possuem cálculo financeiro, correspondem aos saldos de contas formados pelas contribuições de participantes e de Terceiros, seja do Instituidor ou das pessoas físicas ou jurídicas a ele vinculadas, acrescidos do retorno dos investimentos deduzidos de eventuais resgates parciais, benefícios temporários e, após a concessão do benefício, dos valores pagos de rendas mensais.



5.11 Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano e as Provisões Matemáticas, o Superávit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite legalmente estabelecido. Os valores que ultrapassam este limite são registrados em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina a legislação vigente. O Déficit Técnico Acumulado demonstra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios, e devem ser equacionados em conformidade com a legislação vigente.

5.12 Fundos

5.12.1 – Gestão Previdencial

Registra os fundos constituídos para atender à Gestão Previdencial dos Planos de Benefícios, previstos nos seus Regulamentos e, por consequência, nas respectivas Notas Técnicas Atuariais os quais preveem as condições de constituição, manutenção e sua destinação.

5.12.2 – Gestão Administrativa

O Fundo Administrativo é constituído pela diferença positiva entre os recursos destinados para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Entidade na administração dos Planos de Benefícios. Os Fundos de Garantia de Custeio Administrativo são constituídos para cada Plano, em conformidade com seu Regulamento, para assegurar a manutenção da estrutura administrativa da Entidade.

5.12.3 – Investimentos

Composto exclusivamente pelo Fundo de Garantia de Empréstimos, que representa os recursos necessários à cobertura de possíveis perdas decorrentes de morte de mutuários. Esses fundos são registrados e controlados por plano de benefícios previdenciais, denominada de Quota de Quitação por Morte (QQM) e Fundo de Oscilação de Risco, conforme descrito na nota 14.3.



6. DISPONÍVEL

Saldo por Planos dos recursos financeiros disponíveis em contas correntes bancárias e não vinculados a linhas de crédito ou financiamento:

(Valores apresentados em R\$ mil)

PLANOS	31.12.2023	31.12.2022
PS I	48	4
PS II	161	75
PGA	33.486	133
SER+	1	-
TOTAL	33.696	212

A variação no ativo disponível se comparados os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, ocorreu em virtude do recebimento do depósito efetuado pelo patrocinador SERPRO no final dia 29 de dezembro de 2023, último dia de expediente bancário do ano, relativo ao repasse das contribuições de

dezembro de 2023 e contribuições sobre 13º salário no valor de R\$ 33.237 mil.

7. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Nesse grupo estão registrados os recebíveis previdenciais e os depósitos judiciais e recursais de natureza previdencial.

7.1 Contribuições Normais

(Valores apresentados em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	2023	2022
Contribuições do mês	2.867	1.062	31.434	-	35.363	32.428
Patrocinadora	2.437	527	15.676	-	18.640	17.132
Participantes	426	527	15.709	-	16.662	15.248
Autopatrocinaados	4	8	49	-	61	48
Contribuições contratadas	-	(1)	(0)	-	(1)	(1)
Parcela a amortizar Dotação Inicial	850	184	794	-	1.828	1.828
Parcela a amortizar Lei 8.020	-	185	801	-	986	986
Parcela a amortizar Aporte	-	78	32	-	110	109
Parcela a amortizar Aporte (Reintegração)	-	7.524	2.061	-	9.585	9.585
Prestação + Encargos - PCLD	(850)	(7.972)	(3.688)	-	(12.510)	(12.509)
Adiantamentos	285	-	-	-	285	195
Depósitos Judiciais/Recursais	2.752	2.107	365	-	5.224	5.992
Outros Realizáveis	-	2	28.591	-	28.593	20.004
Outros	-	2	28.591	-	28.593	20.004
Total	5.904	3.170	60.389	-	69.464	58.618



As contribuições do Plano SER+ são registradas através do regime de caixa e baixadas dentro do próprio mês de origem, não gerando valores a receber ao final do exercício de 2023.

7.2 Contribuições Contratadas

Em decorrência da suspensão das parcelas dos contratos, por força do Acórdão do TCU nº 6.928/2009, as parcelas de 12/2009 a 06/2010 foram repassadas com atraso. Na retomada dos pagamentos, o SERPRO, alegando que a dívida foi contraída por determinação do Tribunal de Contas da União, não quitou o valor integral da dívida. Sendo assim, no exercício de 2016, objetivando o recebimento dos encargos contratualmente previstos (percentual de juros, taxa atuarial e atualização monetária), o SERPROS ajuizou a Ação Ordinária de Cobrança nº 12357-70.2016.4.01.3400, em trâmite na 9ª Vara Federal do DF.

(Valores apresentados em R\$ mil)

ENCARGOS E PCLD	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	2023	2022
Dotação Inicial	-	-	-	-	-	-
Encargos	850	184	794	-	1.828	1.828
PCLD	(850)	(184)	(794)	-	(1.828)	(1.828)
Lei 8.020	-	-	-	-	-	-
Encargos	-	185	801	-	986	986
PCLD	-	(185)	(801)	-	(986)	(986)
Aporte	-	-	-	-	-	-
Encargos	-	7.524	2.061	-	9.585	9.585
PCLD	-	(7.524)	(2.061)	-	(9.585)	(9.585)
Encargos	850	7.893	3.656	-	12.399	12.399
PCLD	(850)	(7.893)	(3.656)	-	(12.399)	(12.399)

7.3 Depósitos Judiciais/Recursais

Valores depositados judicialmente em todo território nacional, na primeira e segunda instância para a garantia de execução de ações, cujos objetos são referentes a participantes que migraram do PSI para o PSII e pleitearam expurgos inflacionários ou são de reintegração à patrocinadora com pedido de migração para o PSII.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Depósitos Judiciais Gestão Previdencial	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	2023	2022
Expurgos Inflacionários	303	2.017	-	-	2.320	2.926
Demais ações previdenciais	2.449	90	365	-	2.904	3.066
Total	2.752	2.107	365	-	5.224	5.992



7.4 Outros Realizáveis

Representa bloqueios judiciais de ações da gestão previdencial, tributos a recuperar e valores a classificar nos planos previdenciais administrados pelo **SERPROS**.

(Valores apresentados em R\$ mil)

HISTÓRICOS	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	2023	2022
Bloqueio Judicial	-	2	-		2	53
Tributos a Recuperar	-	-	18		18	-
Valores a Classificar	-	-	28.573		28.573	19.952
Total	-	2	28.591		28.593	20.005

8. REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Nesse grupo estão registrados os recursos administrativos, os depósitos judiciais recursais de natureza administrativa e despesas pagas antecipadamente, apropriadas no resultado, por regime de competência.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Descrição	2023	2022
Despesas antecipadas	41	41
Seguros	41	41
Depósitos Judiciais/Recursais	12	41
Trabalhistas	12	41
Outros realizáveis	280	619
Total	333	660

8.1 Outros Realizáveis

A composição dos valores que se encontram registrados no grupo de outros realizáveis da gestão administrativa estão discriminados a seguir.

(Valores apresentados em R\$ mil)

PCLD ATUALIZAÇÕES MONETÁRIAS DE CONTRIBUIÇÕES NÃO REPASSADAS PELO PATROCINADOR SERPRO	2.023	2.022
Adiantamento de Férias	100	144
Adiantamento de 13º Salário	-	-
Adiantamento a Fornecedores	-	2
Nota de Débito/Crédito	146	111
Tributos a recuperar	31	31
Valores a Apropriar	-	-
Bloqueio Judicial	3	331
Total	280	619



9. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Os investimentos são geridos com base nas boas práticas de gestão divulgadas pela PREVIC e seguem as diretrizes apresentadas nas Políticas de Investimentos, elaboradas sob as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 4.994 de 24/03/2022.

9.1 Investimentos - por plano e consolidado

(Valores apresentados em R\$ mil)

HISTÓRICO - POSIÇÃO CONTÁBIL	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	PGA	2023	2022
Fundos de Investimento	2.579.252	2.189.044	2.859.970	12.403	77.260	7.717.929	7.051.919
Ações	290.753	246.260	386.338	-	1.860	925.211	800.370
Multimercado	2.258.180	1.870.488	2.396.595	12.403	75.400	6.613.066	6.078.734
Direitos Creditórios	95	-	96	-	-	191	44
Participações	3.925	64.616	52.760	-	-	121.301	155.569
Imobiliário	26.299	7.680	24.181	-	-	58.160	17.202
Investimentos Imobiliários	55.685	6.432	25.992	-	-	88.109	91.338
Empréstimos e Financiamentos	22.093	4.607	41.941	-	-	68.641	53.196
Recursos a Receber - Precatórios	234.285	23.464	94.124	-	-	351.874	318.463
Depósitos Judiciais/ Recursais	214	150	319	-	-	683	640
Outros	624	72	294	-	-	990	28.947
TOTAL	2.892.153	2.223.769	3.022.640	12.403	77.260	8.228.226	7.544.503

9.1.1 Títulos Públicos e Privados

Em observância a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, apresentamos a seguir o demonstrativo dos títulos alocados em “Fundos de Investimento Exclusivos”, dos Planos de Benefícios e do PGA.

(Valores apresentados em R\$ mil)

PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	Ser+	2023	2022
2.066.733	1.708.413	2.217.706	67.137	12.411	6.072.400	5.560.414
-	-	-	-	-	-	18.924
2.066.733	1.708.413	2.217.706	67.137	12.411	6.072.400	5.579.337



TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO MERCADOS A MERCADO

Em conformidade ao artigo 31 da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, a Entidade classificou sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos para Negociação”, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo em relação da data de aquisição, os quais são avaliados ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

Esses títulos totalizaram em 31/12/2023 R\$ 1.555.116 mil e em 31/12/2022 R\$ 1.719.770 mil.



(Valores apresentados em R\$ mil)

					SEGREGAÇÃO POR PLANO											
		Vencimento	Valor de aquisição	Valor de mercado atual	PS I		PS II BD		PS II CD		SER+		PGA		2023	2022
					Valor de aquisição	Valor de mercado atual	Valor de aquisição	Valor de mercado atual	Valor de aquisição	Valor de mercado atual	Valor de aquisição	Valor de mercado atual	Valor de aquisição	Valor de mercado atual		
Títulos Públicos	Indexador		1.338.475	1.555.116	406.515	408.691	377.905	464.557	489.788	602.321	64.267	67.137	12.411	12.411	1.555.116	1.700.846
NTN-B - Total	IPCA		724.331	939.328	204.069	217.011	213.471	300.122	277.233	389.766	29.558	32.428	-	-	939.328	1.286.030
NTN-B	IPCA	15/05/2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	675.872
NTN-B	IPCA	15/08/2028	248.049	254.675	-	-	104.678	107.341	135.945	139.403	7.425	7.931	-	-	254.675	-
NTN-B	IPCA	15/08/2030	12.993	13.372	-	-	-	-	-	-	12.993	13.372	-	-	13.372	12.221
NTN-B	IPCA	15/05/2035	280.536	423.499	100.670	105.733	74.271	133.398	96.455	173.243	9.140	11.125	-	-	423.499	380.537
NTN-B	IPCA	15/05/2045	182.753	247.782	103.398	111.278	34.522	59.383	44.833	77.121	-	-	-	-	247.782	217.400
NTN-C - Total	IGP-M		97.432	86.666	97.432	86.666	-	-	-	-	-	-	-	-	86.666	90.644
NTN-C	IGP-M	01/01/2031	97.432	86.666	97.432	86.666	-	-	-	-	-	-	-	-	86.666	90.644
LFT - Total	SELIC		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	142.634
LFT	SELIC	01/03/2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.263
LFT	SELIC	01/09/2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	141.371
Over (Compromissadas)	Pré-Fixada	02/01/2024	529.123	529.123	105.014	105.014	164.434	164.434	212.555	212.555	34.709	34.709	12.411	12.411	529.123	181.538
Títulos Privados			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.924
Debêntures - Total			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.924
Debêntures GSP PROPERTIES		06/09/2025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.924
TOTAL			1.338.475	1.555.116	406.515	408.691	377.905	464.557	489.788	602.321	64.267	67.137	12.411	12.411	1.555.116	1.719.770



TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO MARCADOS NA CURVA

Em conformidade ao artigo 32 da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, a Entidade classificou sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos mantidos Até o Vencimento”. Os referidos títulos são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e reconhecidos no resultado do exercício.

Esses títulos totalizaram em 31/12/2023, R\$ 4.517.284 mil e em 31/12/2022, R\$ 3.859.567 mil.

(Valores apresentados em R\$ mil)

			SEGREGAÇÃO POR PLANO									
		Vencimento	Valor de aquisição	Valor de curva atual	PS I		PS II BD		PS II CD		2023	2022
					Valor de aquisição	Valor de mercado atual	Valor de aquisição	Valor de mercado atual	Valor de aquisição	Valor de mercado atual		
Títulos Públicos	Indexador		3.596.202	4.517.284	1.517.080	1.658.042	904.481	1.243.857	1.174.641	1.615.385	4.517.284	3.859.563
NTN-B - Total	IPCA		3.212.662	4.127.863	1.133.540	1.268.621	904.481	1.243.857	1.174.641	1.615.385	4.127.863	3.446.339
NTN-B	IPCA	15/05/2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.009
NTN-B	IPCA	15/08/2024	36.059	74.824	14.323	17.770	9.456	24.820	12.280	32.234	74.824	70.655
NTN-B	IPCA	15/08/2028	72.021	75.799	-	-	31.331	32.975	40.690	42.824	75.799	72.254
NTN-B	IPCA	15/08/2030	288.823	466.843	60.635	72.790	99.269	171.425	128.920	222.628	466.843	445.176
NTN-B	IPCA	15/08/2032	40.642	43.371	-	-	17.681	18.868	22.962	24.503	43.371	41.488
NTN-B	IPCA	15/05/2033	38.617	39.168	-	-	16.800	17.039	21.818	22.129	39.168	
NTN-B	IPCA	15/05/2035	698.492	741.939	241.094	271.706	198.982	204.566	258.416	265.668	741.939	525.695
NTN-B	IPCA	15/08/2040	581.149	752.997	220.645	238.999	156.830	223.605	203.674	290.394	752.997	483.932
NTN-B	IPCA	15/05/2045	713.795	876.524	335.587	372.963	164.532	219.064	213.676	284.497	876.524	824.823
NTN-B	IPCA	15/08/2050	504.834	752.706	175.150	191.597	143.423	244.099	186.262	317.010	752.706	684.200
NTN-B	IPCA	15/05/2055	238.228	303.691	86.106	102.798	66.177	87.395	85.944	113.499	303.691	290.107
NTN-C - Total	IGP-M		383.540	389.421	383.540	389.421	-	-	-	-	389.421	413.224
NTN-C	IGP-M	01/01/2031	383.540	389.421	383.540	389.421	-	-	-	-	389.421	413.224
TOTAL			3.596.202	4.517.284	1.517.080	1.658.042	904.481	1.243.857	1.174.641	1.615.385	4.517.284	3.859.567



9.1.2 Fundos de Investimentos

Os Fundos de Investimentos estão custodiados em instituições financeiras, na central de custódia e liquidação de títulos privados - CETIP, no sistema especial de liquidação e custódia - SELIC e na companhia brasileira de liquidação e custódia - CBLC.

O quadro a seguir apresenta a posição dos fundos de investimentos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, segregados pelos seguintes segmentos: Ações, multimercado, direitos creditórios, participações e imobiliários.

	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	PGA	2023	2022	
Fundos de Investimento	2.579.251	2.189.043	2.859.971	12.403	77.260	7.717.928	7.051.920	
Ações	290.753	246.261	386.338	-	1.860	925.212	800.375	
FIA GERIBA (CARTEIRA PRÓPRIA)	28.452	16.643	43.657	-	-	88.752	74.876	
FIA MEARAS (CARTEIRA PRÓPRIA)	30.592	16.265	41.463	-	-	88.320	73.977	
FIA KENOBI (CARTEIRA PRÓPRIA)	28.587	16.898	43.794	-	-	89.279	75.220	
OCCAM FIC FIA	37.227	32.733	27.823	-	-	97.783	84.483	
VINCCI MOSAICO	31.489	27.626	23.596	-	-	82.711	66.786	
CONSTANCIA FUNDAMENTO FIA	37.780	30.101	40.061	-	1.034	108.976	91.128	
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS	15.352	12.230	16.281	-	-	43.863	37.625	
NEO NAVITAS	-	11.429	13.338	-	826	25.593	90.191	
AZ QUEST SMALL MID CAPS INST. FIC FIA	31.519	25.068	33.468	-	-	90.055	78.757	
PATRIA PIPE FEEDER INSTITUCIONAL FIC FIA	15.749	12.515	16.733	-	-	44.997	30.162	
GUEPA INST FIC FIA	34.006	44.753	86.124	-	-	164.883	97.170	
Multimercado	2.258.180	1.870.488	2.396.595	12.403	75.400	6.613.066	6.078.732	
FIM BOTAFOGO	477	1.082	421	-	-	1.980	7.642	
FIM CREDIT CP	-	1.711.481	2.222.684	-	-	3.934.165	3.501.557	
FIM PGA SERPROS CP	-	-	-	-	65.947	65.947	69.124	
IBIUNA HEDGE STH FIC FIM	53.975	58.442	59.125	-	-	171.542	160.827	
IBIUNA LONG SHORT STLS FIC FIM	27.466	23.790	20.228	-	-	71.484	65.164	
IBIUNA HEDGE FIC FIM	-	-	-	-	3.408	3.408	3.153	
GAVEA MACRO FIC FIM	29.368	12.853	28.530	-	2.669	73.420	66.229	
GAVEA MP II FIC FIM	21.942	11.737	21.176	-	-	54.855	49.549	
FIM STARK II	2.067.106	-	-	-	-	2.067.106	2.013.832	
GAUSS ADV FIC FIM	30.682	29.308	25.481	-	2.192	87.663	82.431	
NEO PROVECTUS I FICM	27.164	21.795	18.950	-	-	67.909	59.224	
C.P. - PEGASUS SER+ FIM	-	-	-	12.403	1.184	13.587	-	
Direitos Creditórios	95	-	96	-	-	191	44	
FIDC BVA MASTER III	95	-	96	-	-	191	44	
Participações	3.924	64.614	52.761	-	-	121.299	155.567	
FIP ATICO ENERGIA	-	571	-	910	-	-	1.720	919
FIP ATICO FLORESTAL	-	-	-	-	-	-	20.182	
FIP LSH	4.402	7.503	11.121	-	-	23.026	23.108	
FIP ETB	-	13.265	9.403	-	-	22.668	22.841	
FIP INFRA SANEAMENTO	93	475	89	-	-	657	1.094	
FIP REALESIS USINA INVEST MALLS	-	-	-	-	-	-	-	
FIP INFRA	-	44.281	32.387	-	-	76.668	87.423	
FIP FP2	-	-	-	-	-	-	-	



Imobiliários	26.299	7.680	24.181	0	-	58.160	17.202
FIDC BVA MASTER III	26.299	7.680	24.181	0	-	58.160	17.202

9.1.2.1 Fundos de Investimentos em Ações - FIA

Os Fundos de Investimento em Ações são exclusivos e a carteira é terceirizada, mediante a contratação de gestores especializados. Os ganhos ou perdas são auferidos com base nos ajustes de cotação do valor de mercado. O fluxo financeiro é realizado pelos pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio pagos pelos emissores do título. Os quadros a seguir apresentam a abertura dos fundos de ações que compõem a carteira própria do SERPROS.

(Valores apresentados em R\$ mil)

FIA GERIBA							
GESTOR		FRANKLIN TEMPLETON					
ADMINISTRADOR		BEM DTVM					
Ações			Financeiro				
Código	Papel	Qtd. Disponível	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	TOTAL
AMZO34	AMAZON DRN MB	32	387	226	594	-	1.207
BPAC11	BTGP BANCO UNT N2	144	1.733	1.013	2.659	-	5.405
BRFS3	BRF FOODS ON NM	122	538	315	826	-	1.679
BRIT3	BRISANET ON	518	616	360	945	-	1.921
CBAV3	CBA ON	384	628	367	964	-	1.959
CMIG4	CEMIGPN N1	113	414	242	635	-	1.292
CPFE3	CPFL ENERGIAON NM	136	1.677	981	2.572	-	5.230
CURY3	CURY CONSTR E INCORPORADORA	57	326	191	501	-	1.018
CXSE3	CAIXA SEGURION NM	330	1.366	799	2.096	-	4.261
DIRR3	DIRR - DIRECIONAL ON	155	1.115	652	1.712	-	3.479
ENGI11	ENERGISA UNT	41	709	415	1.088	-	2.212
GMAT3	GRUPO MATEUS S.A. ON	368	846	495	1.298	-	2.639
ITUB4	ITAU UNIBANCO PN N1	230	2.509	1.468	3.850	-	7.827
LREN3	LOJAS RENNERN ON NM	276	1.541	901	2.364	-	4.806
MRFG3	MARFRIG ON	311	968	566	1.486	-	3.021
MSFT34	MICROSOFT DRN MB	41	985	576	1.511	-	3.072
ONCO3	ONCOCLÍNICAS ON	236	984	576	1.510	-	3.071
PRI03	PETRORIO ON NM	103	1.521	889	2.334	-	4.744
RENT1	RENT1 DIR ON	0	2	1	2	-	5
RENT3	LOCALIZAON NM	69	1.397	817	2.143	-	4.357
SBSP3	SABESPON * NM	54	1.300	760	1.995	-	4.055
STBP3	SANTOS BRP ON N2	223	670	392	1.028	-	2.090
TOTS3	TOTVSON ED NM	76	818	479	1.256	-	2.553
VALE3	VALE R DOCEON N1	80	1.972	1.154	3.027	-	6.153
VBBR3	VIBRA ON NM	120	873	510	1.339	-	2.722
XPBR31	XP INC DR1	26	1.087	636	1.668	-	3.392
Opções							
Código	Papel	Qtd. Disponível	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	TOTAL
IBOVP105	IBOV IBO	50	-	-	-	-	50
TOTAL		4.243	26.982	15.783	41.403	-	84.168
Over (Compromissadas)		-	1.305	763	2.002	-	4.071
Saldo em Tesouraria		-	0	0	0	-	1
Contas a Pagar/ Receber		-	164	96	252	-	513
Total do Patrimônio			28.452	16.643	43.658	-	88.752

(Valores apresentados em R\$ mil)



FIA MEARAS							
GESTOR	GENIAL INVESTIMENTOS						
ADMINISTRADOR	BEM DTVM						
Ações		QtD. Disponível	Financeiro				TOTAL
Código	Papel	QtD. Disponível	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	TOTAL
ARZZ3	AREZZO ON	30	672	358	911	-	1.942
B3SA3	B3 ON NM	145	731	389	991	-	2.111
BPAC11	BTGP BANCO UNT N2	134	1.751	931	2.374	-	5.056
CCRO3	CCR RODOVIAS ON NM	223	1.096	583	1.485	-	3.164
ELET3	ELETRORASON * N1	101	1.484	789	2.011	-	4.283
EQTL3	EQUATORIALON N2	151	1.868	993	2.532	-	5.394
HAPV3	HAPVIDA ON	928	1.431	761	1.940	-	4.132
IGTI11	IGUATEMI S.AUNT N1	198	1.669	887	2.262	-	4.817
INBR32	INTER CO DR2 ATZ	96	914	486	1.239	-	2.638
ITSA4	ITAUSAPN N1	632	2.269	1.206	3.076	-	6.551
ITUB4	ITAU UNIBANCO PN N1	192	2.261	1.202	3.065	-	6.528
LREN3	LOJAS RENNERON NM	102	614	327	833	-	1.774
PETR4	PETROBRASPN	215	2.769	1.472	3.753	-	7.994
PRI03	PETRORIO ON NM	65	1.036	551	1.405	-	2.992
RAIL3	RUMO SA ON	175	1.391	740	1.886	-	4.016
SMFT3	SMART FIT SMFT-M2 ON	45	405	215	549	-	1.169
TTEN3	3TENTOS ON NM	169	705	375	956	-	2.037
VALE3	VALE R DOCEON N1	91	2.423	1.288	3.284	-	6.994
VAMO3	VAMOS LOC CA, MA E EQ S.A.	409	1.427	758	1.934	-	4.119
VBBR3	VIBRA ON NM	134	1.056	562	1.431	-	3.049
VIVA3	VIVARA ON NM	89	1.052	559	1.425	-	3.036
XPBR31	XP INC DR1	20	877	466	1.189	-	2.532
TOTAL		4.344	29.903	15.898	40.529	-	86.329
Over (Compromissadas)		-	1.625	864	2.202	-	4.691
Saldo em Tesouraria		-	0	0	0	-	1
Contas a Pagar/Receber		-	-936	-497	-1.268	-	-2.701
Total do Patrimônio			30.592	16.265	41.463		88.320

(Valores apresentados em R\$ mil)

GESTOR							
ADMINISTRADOR	BEM DTVM						
Ações		QtD. Disponível	Financeiro				TOTAL
Código	Papel	QtD. Disponível	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	TOTAL
ABEV3	AMBEV ON	189	832	492	1.275	-	2.599
ALOS3	ALOS - ALLOS S.A.	8	69	41	105	-	215
ALUP11	ALUP - ALUPAR	134	1.357	802	2.078	-	4.237
ASAI3	ASSAI ON NM	104	449	265	688	-	1.403
ENEV3	ENEVA S.A. ON	579	2.522	1.491	3.864	-	7.877
ENJU3	ENJOEI ON	113	61	36	93	-	190
EQTL3	EQUATORIALON N2	240	2.743	1.621	4.202	-	8.567
FLRY3	FLRY - FLEURY SA	109	630	372	965	-	1.968
HAPV3	HAPVIDA ON	78	111	66	170	-	347
HBRE3	HBR REALTY EMP IMOB ON	89	172	102	264	-	538
HBSA3	HBSA3	323	408	241	625	-	1.273
ITSA4	ITAUSAPN N1	148	490	290	751	-	1.530
ITUB4	ITAU UNIBANCO PN N1	96	1.039	614	1.592	-	3.245
MELI34	MERCADOIBRE INC	29	592	350	907	-	1.849
PRI03	PETRORIO ON NM	132	1.941	1.147	2.973	-	6.061
RAIL3	RUMO SA ON	294	2.161	1.277	3.310	-	6.748
RENT1	RENT1 DIR ON	0	1	1	2	-	3
RENT3	LOCALIZAON NM	44	896	530	1.373	-	2.799
ROXO34	NU HOLDINGS DRN	492	1.087	642	1.665	-	3.393
SMFT3	SMART FIT SMFT-M2 ON	147	1.223	723	1.873	-	3.819



SOMA3	GRUPO SOMA ON	40	95	56	145	-	296
SRNA3	SERENA ENERGIA	332	1.085	641	1.662	-	3.388
STOC31	STONE CO DR1	6	175	103	268	-	546
VALE3	VALE R DOCEON N1	38	935	553	1.432	-	2.920
VBBR3	VIBRA ON NM	68	499	295	765	-	1.559
VVEO3	CM HOSPITALAR S.A.	106	475	281	728	-	1.485
XPBR31	XP INC DR1	18	734	434	1.124	-	2.292
Código	Papel	Qtd. Disponível	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	TOTAL
IBOVP105	IBOV IBO	0	4	2	5	0	11
VALEM771	VALE ON NM	4	1	0	1	0	2
VALEM781	VALE ON NM	21	4	2	6	0	12
TOTAL		3.979	22.789	13.470	34.910	0	71.169
Over (Compromissadas)		0	3.537	2.091	5.419	0	11.047
Saldo em Tesouraria		0	2	1	2	0	5
Contas a Pagar/ Receber		0	2.260	1.336	3.462	0	7.058
Total do Patrimônio		0	28.587	16.898	43.794	0	89.279

9.1.2.2 FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – FIM

O Fundos de Investimento em Multimercado que compõe a carteira são enquadrados como estruturados e sua gestão é terceirizada.

(Valores apresentados em R\$ mil)

CARTEIRA TERCEIRIZADA MULTIMERCADO						
	PS I	PS II BD	PS II CD	SER+	PGA	TOTAL
GAVEA MACRO FIC FIM	29.368	12.853	28.530	-	2.669	73.420
GAVEA M P II FICFIM	21.942	11.737	21.175	-	-	54.855
IBIUNA LONG SHORT STLS FIC FIM	27.466	23.790	20.228	-	-	71.484
IBIUNA HEDGE FIC FIM	-	-	-	-	3.408	3.408
GAUSS ADV FIC FIM	30.683	29.308	25.481	-	2.192	87.663
NEO PROPECTUS I FICM	27.164	21.795	18.950	-	-	67.909
IBIUNA HEDGE STH FIC FIM	53.975	58.442	59.124	-	-	171.542
TOTAL	190.599	157.925	173.488	-	8.268	530.280



(Valores apresentados em R\$ mil)

CARTEIRA PRÓPRIA						
	PS I	PS II BD	PS II CD	SER+	PGA	TOTAL
FIM BOTAFOGO	477	1.082	421	-	-	1.980
Over (Compromissadas)	482	1.093	425	-	-	2.000
Repactuação Debêntures Inepar	18.277	41.469	16.129	-	-	75.875
Saldo em Tesouraria	0	1	0	-	-	1
Contas a Pagar/Receber	-18.282	-41.481	-16.134	-	-	-75.896
FIM STARK II	2.067.106	-	-	-	-	2.067.106
FIM CP HUNGRIA	1.005	-	-	-	-	1.005
LFT	-	-	-	-	-	-
NTN-B	1.485.633	-	-	-	-	1.485.633
NTN-C	476.086	-	-	-	-	476.086
Over (Compromissadas)	104.421	-	-	-	-	104.421
Saldo em Tesouraria	1	-	-	-	-	1
Contas a Pagar/Receber	-41	-	-	-	-	-41
FIM CREDIT CP	-	1.711.481	2.222.684	-	-	3.934.165
Debêntures GSP PROPERTIES	-	-	-	-	-	-
FIM CP HUNGRIA	-	656	852	-	-	1.508
LFT	-	-	-	-	-	-
NTN-B	-	1.543.979	2.005.151	-	-	3.549.130
IMOVEL CESTO	-	3.532	4.587	-	-	8.119
Over (Compromissadas)	-	163.341	212.130	-	-	375.471
Contas a Pagar/Receber	-	-28	-37	-	-	-65
STARK FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	16.799	-	-	-	-	16.799
Over (Compromissadas)	111	-	-	-	-	111
IMOVEL CESTO	16.715	-	-	-	-	16.715
Saldo em Tesouraria	1	-	-	-	-	1
Contas a Pagar/Receber	-28	-	-	-	-	-28
FIM PGA SERPROS CP	-	-	-	65.947	-	65.947
NTN-B	-	-	-	32.428	-	32.428
Over (Compromissadas)	-	-	-	33.525	-	33.525
Saldo em Tesouraria	-	-	-	1	-	1
Contas a Pagar/Receber	-	-	-	-6	-	-6
PEGASUS SER+ FIM	-	-	-	1.184	12.403	13.587
Over (Compromissadas)	-	-	-	1.184	12.411	13.595
Saldo em Tesouraria	-	-	-	0	0	0
Contas a Pagar/Receber	-	-	-	-1	-8	-8
TOTAL	2.084.382	1.712.563	2.223.105	67.131	12.403	6.099.584

O montante aplicado em Títulos Privados no FIM CREDIT CP em 2022 está líquido da provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa, em função da inadimplência dos ativos integrantes da carteira e outras evidências que requereu o ajuste do saldo pela metodologia aplicada pelo administrador do Ativo. A medida técnica adotada pela entidade foi negociar a debênture com própria emissora, GSP Properties



SEP S.A. A liquidação da operação ocorreu no dia 26/10/2023 no FIM CREDIT sob o valor de R\$18.403 mil, trazendo um resultado positivo em cerca de 0,3773% ao PS-II, sanando a provisão que havia em relação ao ativo, não restando expensas ao plano. Em termos de submassa, para o PS-II CD o valor recebido foi de aproximadamente R\$ 10.330 mil, retorno de 0,3788%, e para o PS-II BD R\$ 8.073 mil, retorno de 0,3754%.

Em relação ao ativo CCI Cesto Participação devido ao inadimplemento e a provisão para perda de 100% do ativo, foram realizadas diversas reuniões entre os credores da operação para aprovação da proposta enviada pela emissora para quitação da dívida através do recebimento de unidades hoteleiras a época denominada Hotel Royal Tulip-BH. O valor correspondente à dívida da emissora com o **SERPROS** foi negociado através da assinatura em 09 de dezembro de 2015 da Escritura Pública de Dação em Pagamento em Bens Imóveis referente ao recebimento de 58 unidades hoteleiras prontas e acabadas localizadas em Belo Horizonte. As unidades hoteleiras foram registradas nos fundos exclusivos do **SERPROS**, FIM Stark e FIM Credit, em outubro de 2018. Para registro do valor justo o administrador dos fundos, BEM DTVM e RJI CTVM, contratam anualmente empresa especializada para avaliar o valor justo das unidades hoteleiras e assim contabilizar os valores correspondentes de cada unidade na carteira de investimentos do **SERPROS**. No final de 2021, houve contratação do escritório de advocacia especializado a fim de implementar estratégia jurídica no sentido de obter a reparação referente aos prejuízos causados.

9.1.2.2.1 Provisões para perdas dos títulos de crédito privado

As Provisões para perdas dos títulos de crédito privado foram constituídas, pelos Administradores dos fundos de investimentos em decorrência da inadimplência da contraparte e por deterioração de ativos, de títulos sem negociação de mercado e baixa liquidez, conforme demonstrativo abaixo:

(Valores apresentados em R\$ mil)

DEMONSTRATIVO HISTÓRICO CONSOLIDADO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS NO PERÍODO DE 24/11/2010 A 31/12/2023						
DESCRIÇÃO	PRINCIPAL		RESGATE	VARIAÇÃO		SALDO ATUAL
	APORTE	APLICAÇÃO		COTA	PERDAS	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	F=A+B+C+D+E
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	3.835.240	7.920.098	-6.019.948	3.129.415	-1.146.877	7.717.928
FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES	632.209	327.439	-251.233	216.796	0	925.211
GERIBÁ - GT	70.000	6.951	-28.104	39.904	0	88.751
MEARAS - GT	70.000	16.646	-44.360	46.034	0	88.320
KENOBI - GT	70.000	8.754	-30.511	41.036	0	89.279
OCCAM	80.000	7.436	-6.733	17.080	0	97.784
VINCI	80.000	6.385	-6.674	3.000	0	82.711
CONSTANCIA	24.000	63.305	-5.273	26.945	0	108.977
ICATU	11.005	29.202	-40.207	0	0	0
NEO	21.010	86.892	-77.766	-4.544	0	25.592
QUEST	53.022	33.264	-5.272	9.040	0	90.054
PIPE	60.000	3.976	-4.088	-14.891	0	44.997
GUEPA	50.000	64.036	-1.554	52.401	0	164.883
ICATU VANGUARDA	43.171	593	-692	791	0	43.863
FUNDO DE INVESTIMENTOS - MULTIMERCADO	2.725.002	7.404.442	-5.488.856	2.726.333	-753.854	6.613.067



BOTAFOGO (INCLUINDO TÍT. PÚBLICO)	20.000	455.509	-474.128	494.784	-494.186	1.979
STARK (INCLUINDO TÍT. PÚBLICO)	358.513	1.528.716	-1.887.230	66.525	-66.525	0
CREDIT - HUNGRIA BVA (INCLUINDO TÍT. PÚBLICO)	1.681.215	2.866.800	-1.979.311	1.558.604	-193.143	3.934.165
PGA (100% TÍT. PÚBLICO)	57.909	252.691	-254.229	9.577	0	65.947
FP1	79.730	48.145	-127.875	0	0	0
ABSOLUTE ALPHA	60.000	5.575	-65.575	0	0	0
STRATEGY II	100.000	5.124	-105.124	0	0	0
IBIUNA	60.000	51.243	-7.964	68.264	0	171.543
SAGA	40.000	278	-40.278	0	0	0
IBIUNA LONG	40.000	4.097	-3.380	30.766	0	71.484
IBIUNA HEDGE FIC FIM	2.500	0	0	908	0	3.408
GAVEA MACRO FIC	55.000	709	-628	18.341	0	73.421
GAVEA M P II FIC FIM	40.000	637	-559	14.777	0	54.856
FIM STARK II	0	2.167.044	-537.646	437.707	0	2.067.106
GAUSS ADV FIC FIM	80.000	1.736	-1.746	7.672	0	87.662
NEO PROVECTUS I FICM	50.000	1.175	-1.047	17.781	0	67.909
PEGASUS SER+ FIM	135	14.962	-2.136	626	0	13.587
FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS	54.360	2	-9.437	-42.541	-2.193	191
BVAM3	45.000	2	-77	-6.339	-2.193	36.393
BVAM3 (AMORTIZAÇÃO)	0	0	0	-36.201	0	-36.201
CPMG	9.360	0	-9.360	0	0	0
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	380.970	188.115	-270.324	213.369	-390.829	121.299
FIP ATICO	24.000	3.326	-4.731	1.405	-25.720	-1.720
PATRIARCA	50.000	130	-50.130	48.290	-48.290	0
REALESIS (LA SHOPPING CENTER)	50.000	3.255	-53.255	8.639	-8.639	0
ATICO FLORESTAL FIP	30.000	3.869	-4.448	579	-6.974	23.026
FIP SEIS BI (LSH)	56.970	12.776	-15.629	2.853	-34.301	22.669
FIP ETB	70.000	5.710	-22.752	17.041	-69.343	657
FIP BIOENERGIA	70.000	5.246	-75.246	69.687	-69.687	0
FIP INFRA SETORIAL	30.000	39.718	-23.398	30.348	0	76.668
FP2	0	114.085	-20.736	34.526	-127.875	0
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	42.700	100	-98	15.459	0	58.160
CARTEIRA DE PARTICIPAÇÃO - FII STARK	19.937	0	0	-3.138	0	16.799
CARTEIRA DE PARTICIPAÇÃO - MACAM SHOPPING FII	22.762	100	-98	18.597	0	41.361

Grande parte dos ativos provisionados para perda foram objeto de verificações e autuações por parte da PREVIC, ensejando, em vários casos, Autos de Infração e punições por gestão temerária. Ao final do período da intervenção o processo decisório, desses investimentos foram referenciados negativamente, fora dos padrões das práticas de gestão, as operações realizadas compreendem o período de 2010 a 2015.

9.1.2.2.2 FIM - Títulos Privados - Ações de Recuperação de Créditos

A Entidade vem adotando as medidas cabíveis para que as garantias sejam executadas, reduzindo os prejuízos causados ao patrimônio dos planos administrados pelo SERPROS, incluindo ações de responsabilização.

I. CCI CTESO

1. Decretado vencimento antecipado na Assembleia Geral de Credores 25/06/2015.
2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.



3. Em Assembleia Geral de Credores foi aprovado a contratação do escritório jurídico especializado, FCDG-Ferro, Castro, Neves, Daltro & Gomide Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão.

4. Posteriormente, houve, em nome exclusivo do SERPROS, a contratação de escritório jurídico especializado, Wambier Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados para habilitação do crédito na massa falida da Stiebler, o que foi realizado em meados de 2023.

II. CCI S&G EMPREENDIMENTOS (STIEBLER)

1. Decretado vencimento antecipado na assembleia de 25/06/2015.

2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.

3. Em Assembleia Geral de Debenturistas “AGD” foi aprovado contratação do escritório jurídico especializado, FCDG-Ferro, Castro, Neves, Daltro & Gomide Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão.

4. Posteriormente, houve, em nome exclusivo do SERPROS, a contratação de escritório jurídico especializado, Wambier Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados para habilitação do crédito na massa falida da Stiebler, o que foi realizado em meados de 2023.

III. DEBÊNTURES SIFCO

1. Decretado vencimento antecipado na AGD de 23/10/2015.

2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.

3. Em Assembleia Geral de Debenturistas “AGD” foi aprovado contratação do escritório jurídico especializado, FCDG-Ferro, Castro, Neves, Daltro & Gomide Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão.

4. Valor recebido/recuperado até dezembro/2022: R\$ 1.271 mil

IV. DEBÊNTURE BINGEN

1. Decretado vencimento antecipado na AGD de 27/10/2015.

2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.



3. Em Assembleia Geral de Debenturistas “AGD” foi aprovada contratação do escritório jurídico especializado, KCB Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão.

4. Consolidado um dos imóveis garantias da emissão e no momento está ocorrendo procedimento judicial para a tomada da posse do mesmo pela comunhão de debenturistas.

5. Valor recebido/recuperado até dezembro/2023: R\$ 1.607 mil.

V. DEBÊNTURE BRAZAL

1. Vencimento antecipado decretado na AGC de 19/11/2015.

2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.

3. Em Assembleia Geral de Debenturistas “AGD” foi aprovada contratação do escritório jurídico especializado, Wambier Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão.

4. Houve a extensão da falência do Grupo Porcão à BRAZAL, em decisão pendente de julgamento pelo STJ.

VI. DEBÊNTURE INEPAR

1. Decretado vencimento antecipado na AGD 16/04/2014.

2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.

3. Em Assembleia Geral de Debenturistas “AGD” foi aprovada a contratação do escritório jurídico especializado, FCDG-Ferro, Castro, Neves, Daltro & Gomide Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão.

4. Os debenturistas aprovaram em AGD realizada em outubro de 2020, negociação da dívida com a emissora, sendo o pagamento em 9 parcelas anuais. Com a celebração do acordo, o processo judicial de execução encontra-se suspenso até o cumprimento de todas as obrigações pela Inepar. Até dezembro de 2023 foram pagas a Amortização Extraordinária, a primeira, segunda, terceira e quarta parcelas da Amortização Programada do Acordo, totalizando o valor recebido/recuperado de R\$ 21.149.143,24 desde a renegociação. Contudo, a Inepar encontra-se inadimplente em relação a parcela vencida em 27/12/2023.

VII. DEBÊNTURES BRAZPEIXES

1. Decretado vencimento antecipado na AGD 03/02/2016.



2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.

3. Em Assembleia Geral de Debenturistas “AGD” foi aprovado a contratação de escritório jurídico especializado, Wambier Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão.

VIII. DEBÊNTURES CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ

1. Decretado vencimento antecipado na AGD 08/11/2019.

2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.

3. Em Assembleia Geral de Debenturistas “AGD” foi aprovado a contratação de escritório jurídico especializado, Felsberg e Pedretti Advogados e Consultores legais, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão e a contratação de assessor financeiro, Starboard Partners, para negociação da dívida.

4. Valor recebido até dezembro/2023: R\$ 33.837.643

5. Em 05/10/2021, o Plano de Recuperação Judicial da Emissora de debêntures foi homologado, oferecendo duas Opções de Pagamento aos Debenturistas:

Opção A: Debêntures de Resultado Perpétuas; ou

Opção B: Subscrição de cotas no Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.

O **SERPROS** escolheu a Opção A e até dezembro de 2023 ainda se aguardava a obtenção da aprovação da operação pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP”) para conclusão do Plano de Recuperação Judicial.

IX. DEBÊNTURES XNICE

1. Decretado vencimento antecipado na AGD 09/07/2018.

2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.

3. Em Assembleia Geral de Debenturistas “AGD” foi aprovado a contratação de escritório jurídico especializado, Vieira, Rezende e Guerreiro Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão.



X. DEBÊNTURES BRASIL SOLAIR

1. Decretado vencimento antecipado na AGD 13/12/2017.

2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.

3. Em Assembleia Geral de Debenturistas “AGD” foi aprovado a contratação de escritório jurídico especializado, Vieira de Castro, Mansur & Faver Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão.

4. Valor recebido/recuperado até dezembro/2023: R\$ 2.572 mil.

9.1.2.2.3 FIRF HUNGRIA - Letra Financeira do Banco BVA

As letras financeiras adquiridas pelo SERPROS, no montante de R\$ 50.000 mil, eram garantidas pela cessão fiduciária de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Hungria na proporção de 165% do valor da letra financeira. Com a liquidação do Banco BVA, essa garantia foi exercida e o SERPROS recebeu a transferência da titularidade das cotas em agosto de 2013, ocasionando um desenquadramento passivo. Em complemento ao processo de recuperação da dívida, em setembro de 2013, o SERPROS habilitou os créditos das letras financeiras junto à massa falida daquele banco.

De acordo com o gestor de crise do FIM Hungria (Vila Rica Capital), as amortizações das cotas estão sendo realizadas conforme o êxito obtido nas negociações junto aos devedores das Cédulas de Certificado Bancário (CCB).

O Valor recuperado representa 62,80% do valor investido pelo SERPROS.

9.1.2.2.4 FIM CREDIT - Bloqueio Judicial das Notas do Tesouro Nacional

Em 31/12/2022 foi mantido o bloqueio das Notas do Tesouro Nacional com valor histórico de R\$ 696.760 mil. Cabe o registro do histórico recente deste procedimento judicial: Em 28 de julho de 2016 foi determinado nos Autos da Reclamação Trabalhista nº 00110829-98.2014.5.01.0033 que tramita perante a 33ª vara do trabalho/RJ, cujo valor da causa é de R\$ 195 mil, a penhora da integralidade das Notas do Tesouro Nacional, série B, vencimentos 2013 e 2050, que integram a carteira do FIM Credit CP, no valor de R\$ 696.760 mil, uma vez que foi alegada eventual responsabilidade solidária da entidade, em razão de suposta formação de Grupo Econômico com a Brazal Alimentos. Foi determinada, ainda, a liquidação monetária dos referidos Títulos bem como, a efetiva transferência para a conta judicial a disposição da 33ª Vara do Trabalho/RJ. Em 30/11/2016, o SERPROS através de seus advogados, impetrou Mandado de Segurança visando impedir a liquidação dos Títulos tendo obtido a respectiva liminar. Em 16/12/2017 foi extinto o Mandado de Segurança por considerar o Juiz que ele teria sido interposto intempestivamente. Em 19/12/2016, a decisão foi reconsiderada reestabelecendo o Mandado de Segurança. Em 20/10/2017, o Juiz, ao analisar os Embargos à Execução opostos pelo SERPROS,



proferiu despacho no sentido de não conhecer tal recurso por serem os mesmos intempestivos. Mais uma vez, em 30/10/2017, o SERPROS recorreu de tal decisão interpondo recurso denominado Agravo de Petição a fim de obter efeito suspensivo para reformar a decisão que determinava a liquidação dos títulos. Em 13/12/2017 ocorre a extinção do Mandado de Segurança e sua respectiva liminar. Assim, em 14/12/2017, o SERPROS entra com ação cautelar para atribuir efeito suspensivo ao anterior recurso de agravo de petição, tendo obtido deferimento, mantendo, mais uma vez a liquidação dos Títulos suspensa. Paralelamente também deu entrada em procedimento de Correção Parcial para atacar, neste caso, o procedimento do juiz com relação à extrapolação quando determinou a penhora de valores tão extraordinariamente superiores às pretensões deduzidas pela Reclamante. Em 26/06/2018 a 3ª Turma do TRT/RJ julgou o Agravo de Petição e deu provimento ao recurso, determinando o recebimento e o processamento dos Embargos à Execução, uma vez que são tempestivos, contudo, foi interposto Agravo em Recurso de Revista pelo Grupo Porcão e pela Reclamante, que foi recebido pelo TST em agosto de 2020 e desprovido em meados de 2021. Em 11/10/2021, formulado pedido à 33ª VT requerendo o desbloqueio dos títulos. Em 16/11/2021, foi publicada sentença favorável à Entidade, que julgou procedentes os Embargos à Execução para o fim de afastar qualquer responsabilidade do SERPROS pela dívida em questão. Determinada, na mesma data, a expedição e Alvará para levantamento do depósito judicial realizado e expedição de Ofício ao Bradesco e ao Fundo Multimercado Credit para que procedam ao desbloqueio dos títulos após o trânsito em julgado. Houve interposição de Agravo de Petição por Bárbara Valéria e Brazal, distribuído à 3ª Turma do TRT, Relatora Cláudia Regina Vianna Marques Barrozo, que foi desprovido em julgamento 07/12/2022. Houve interposição de recurso ao TST no final de 2023, ainda pendente de admissão.

A batalha jurídica travada pelo SERPROS baseia-se no fato de que é necessário que se consolide o entendimento de que o SERPROS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos, não fazendo parte do Grupo Econômico do Grupo Porcão. Seu objetivo único ao investir os recursos garantidores dos planos de benefícios que administra, é o pagamento dos benefícios atuais e futuros com base nos Regulamentos dos planos.

A posição das NTN-Bs. Bloqueadas em 31/12/2023 estavam avaliadas em R\$409.644 mil no P S II BD e R\$ 532.001 mil no P S II CD, em conformidade com o que foi apresentado ao COF durante o exercício de 2023.

Em abril de 2023, os títulos com vencimentos em maio/2023 foram substituídos, por ordem da Juíza da 33 VT/RJ, devidamente realizado pelo custodiante, por outros com vencimentos posteriores, a saber:

(Valores apresentados em R\$ mil)

VENCTO.	QTDE. BLOQUEADA	FINANCEIRO BLOQUEADO		PSII BD		PSII CD	
15/05/2045	42.100	R\$	181.801	R\$	79.089	R\$	102.712
15/08/2050	132.613	R\$	558.952	R\$	243.161	R\$	315.791
15/05/2055	46.300	R\$	200.893	R\$	87.395	R\$	113.499
TOTAL	221.013	R\$	941.646	R\$	409.645	R\$	532.002



9.1.2.3 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Master III

No exercício de 2011, o SERPROS investiu R\$ 45.000 mil em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master III. No exercício de 2012, com a decretação da liquidação do Banco BVA, as empresas, cujo fundo detinha o direito ao crédito, ficaram inadimplentes, levando o administrador a registrar a provisão para crédito de liquidação duvidosa. O Fundo possui a Genial Investimento como o gestor que está em processo de negociação e recuperação dos ativos em default. As amortizações das cotas estão sendo realizadas conforme o êxito obtido nas negociações junto aos devedores das Cédulas de Certificado Bancário (CCB), conforme demonstrado a seguir:

(Valores apresentados em R\$ mil)

2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
26.546	1.781	645	249	2.639	4.167	107	902	4.572	-	1.005	42.613

9.1.2.4 Fundo de Investimento em Participações (FIP)

(Valores apresentados em R\$ mil)

Ativo	Data do Aporte	Data do Vencimento	Valor do Aporte	PSI	PSII BD	PSII CD	2023	2022
(I) FIP ATICO ENERGIA	24.11.2010	30.06.2025	24.000	-571	-909	-238	-1.718	-2.541
(II) FIP LSH	09.04.2013	05.04.2026	56.969	-	13.265	9.402	22.668	23.090
	23.12.2013							-
	11.09.2014							-
(III) FIP ATICO FLORESTAL	26.02.2013	18.01.2031	30.000	4.402	7.502	11.120	23.025	23.196
	27.05.2013							-
(IV) FII MACAM SHOPPING	02.10.2012	13.02.2037	50.000	9.499	7.680	24.181	41.360	10.684
(V) FIP ETB	10.07.2013	27.09.2024	70.000	92	475	89	657	1.054
	21.08.2013							-
(VI) FIP INFRA SANEAMENTO	22.08.2014	28.02.2028	50.000	-	44.281	32.386	76.667	75.303
	23.05.2014							-
Total da Carteira			280.969	13.422	72.294	76.940	162.659	130.786



I. FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO DE ENERGIA (FUNDO EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)

Na AGC de 25/07/2018, os cotistas deliberaram o novo prazo de duração do Fundo para dia 29/06/2019. Na AGC de 24/06/2019 foi aprovado Plano de Encerramento Organizado do Fundo com prazo de duração até 29 de junho de 2021, podendo, a critério do NOVO GESTOR, ser prorrogável até 29 de junho de 2023. Através de Ato da Administradora de 24 de junho de 2021, ficou definido, pelo NOVO GESTOR, a prorrogação do prazo do Fundo, que passa a se encerrar em 29 de junho de 2023.

De acordo com o plano de encerramento organizado do fundo o gestor iniciou o processo de desinvestimento com a alienação das empresas investida pelo fundo. Na AGC do Fundo realizada no dia 13 maio de 2021, foi deliberado a substituição do administrador do fundo para RJI CTVM.

Na consulta formal de 28/10/2022 foi aprovado pelos cotistas o investimento no fundo para financiar a Ação de Responsabilização aos prestadores de serviços que causaram prejuízos aos cotistas do fundo, cuja previsão de início era para o primeiro trimestre de 2023.

Em 27 de janeiro de 2023 foi enviado fato relevante pelo administrador comunicando que houve reajuste na carteira do Fundo, na data de 20 de janeiro de 2023, pelo Comitê de Risco e Precificação interno da RJI CTVM, onde foi observada a variação na carteira do Fundo, em virtude da reprecificação da sua investida, no importe de -18,44% (menos dezoito vírgula quarenta e quatro por cento), tendo em vista a apresentação de um novo laudo de avaliação.

Em fevereiro de 2023, foi informado também pelo gestor que o investidor interessado no processo decidiu não prosseguir com o financiamento da ação de responsabilização, em virtude de um redirecionamento estratégico.

Em 21 de setembro de 2023, foi realizada assembleia que deliberou: (i) aprovação do Plano de Encerramento do Fundo, bem como a postergação do seu prazo de duração por mais 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado ainda por mais 2 (dois) anos, conforme condições previstas no Plano de Encerramento; e (ii) Condições mínimas, elencadas no material de apoio, para celebração de um Contrato Definitivo com um terceiro investidor para o processo de responsabilização.

Em 22 de novembro de 2023, foi enviado fato relevante comunicando que houve reajuste na carteira Precificação interno da RJI, onde foi observada a variação na precificação das cotas no importe de -48,33% (menos quarenta e oito vírgula trinta e três por cento), na investida do Fundo.

Situação atual do percentual referente ao aporte do SERPROS no fundo: Desvalorização de cotas de -107,17% devido a precificação das empresas investidas pelo Fundo - ref.: dez/2023.



II. FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES FIP LSH (FUNDO EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO/DESINVESTIMENTO)

O FIP LSH foi mencionado no procedimento investigatório criminal nº 1.16.000.003635/2016-19, de responsabilidade do Ministério Público Federal, devido aos investimentos realizados pelos fundos de pensão na bandeira hoteleira Trump. Em 25 de julho de 2017, a Entidade tomou ciência do ofício PREVIC referente ao processo nº 44011.005366/2017-78, relativo ao Auto de Infração (AI) nº 043/17, que diz respeito a aquisição de cotas do FIP LSH, aprovada pela Diretoria Executiva do SERPROS em março de 2013, em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Em janeiro de 2018, os cotistas deliberaram a substituição da administração do fundo que era exercida pela Orla DTVM e passou a ser realizada pela RJI Corretora de Valores. Mediante determinação dada através da ICVM 579/16 o ativo (empresa investida) foi reespecificado e houve desvalorização de 58,83% quando comparado ao valor aportado pelo **SERPROS**. Em abril de 2018, a empresa investida LSH, foi mencionada na Operação Rizoma que é desdobramento das operações Eficiência, Hic et Ubique e Unfair Play, tendo como finalidade aprofundar as investigações dos investimentos feitos pelos fundos de pensão. Como fato subsequente ressalta-se que o fundo foi citado na operação Circus Maximus deflagrada em janeiro de 2019 pela Polícia Federal (PF).

Em janeiro de 2019, foi dada entrada no pedido de recuperação judicial da empresa investida e Plano de Recuperação Judicial foi protocolado no dia 03/06/2019. A RJI está com gestão interina do fundo desde a renúncia da Roma Asset, assumiu o cargo de Gestão do Fundo em 31 de dezembro de 2018. Em 2020 devido a situação atual do evento de pandemia acarretado pela COVID-19 o hotel fechou a operação. Em AGC realizada em maio de 2021 foi aprovada pela maioria dos cotistas a contratação da OWN MANAGEMENT ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA LTDA. (“OWN”), para assumir a administração hoteleira da empresa investida LSH BARRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. em recuperação judicial. Após a deliberação em assembleia o hotel foi reaberto para operação em 29 de outubro de 2021, com a nova administração hoteleira exercida pela OWN MANAGEMENT ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA LTDA. (“OWN”).

Na AGC de 05/04/2022 foi aprovado o plano de desinvestimento e liquidação do fundo com o prazo máximo de 48 meses (4 anos). Destaque-se que o SERPROS, após a decisão do CRPC (fruto do auto de infração da PREVIC), moveu ação de reparação contra os ex-dirigentes (condenados pela PREVIC), bem como estrutura demanda arbitral de reparação, a ser iniciada em janeiro/2023, contra os ex-prestadores de serviços do Fundo.

Em 08.10.2023, foi enviado fato relevante pela RJI CTVM informando que o Contrato de Administração Hoteleira com a Empresa hoteleira foi rescindido em 25 de setembro de 2023, tendo em vista os descumprimentos de diversas cláusulas contratuais, e que, no dia 27 de setembro de 2023, foi assinado um novo Contrato de Administração Hoteleira com a outra empresa hoteleira que tem como condição de eficácia, de acordo com o item 2.3 do referido instrumento, a aprovação dos cotistas em assembleia. Realizada assembleia de cotistas em 06/11/2023, que deliberou a aprovação do Contrato de Administração Hoteleira com a nova empresa hoteleira.



Situação atual do percentual referente ao aporte do SERPROS no fundo: Desvalorização de cotas de -59,46% devido a precificação das empresas investidas pelo Fundo – ref.: dez/2023.

III. FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ÁTICO FLORESTAL (FUNDO EM FASE DE LIQUIDAÇÃO/DESINVESTIMENTO)

Na AGC de 26/03/2019 foi aprovado pelos cotistas a substituição da gestora para QUELUZ Gestão de Recursos Financeiros Ltda. Na AGC de 16/09/2019 foi aprovado pelos cotistas o Plano de Liquidação do fundo. Na AGC 18/09/2020 os cotistas aprovaram a prorrogação do prazo do Plano de Liquidação apresentado pela Gestora do Fundo, para que passe a prever o prazo de duração indicado para a finalização em 21 de setembro de 2021. O gestor iniciou o processo de desinvestimento do fundo com a alienação das empresas investidas. Na AGC de 03/09/2021 os cotistas aprovaram alienação de 100% da principal empresa investida pelo fundo e a nova prorrogação do Plano de liquidação do fundo para 15/01/2031 para que o prazo do Plano de Liquidação seja até o fim do prazo de pagamento previsto na proposta de alienação de ações. Na AGC de 23 de agosto de 2022 o gestor apresentou a situação da empresa investida pelo fundo e informou aos cotistas sobre o avanço dos trabalhos de reestruturação, com previsão de conclusão em dezembro de 2023, momento que será possível verificar a sua viabilidade econômica da empresa.

Situação atual do percentual referente ao aporte do SERPROS no fundo: Desvalorização de cotas de -23,25% devido a precificação das empresas investidas pelo Fundo – ref.: dez/2023.

IV. FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES LA SHOPPING, ATUAL FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIOS MACAM – (FUNDO EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)

Na AGC realizada em maio de 2018, foi aprovada a distribuição de cotas do Fundo e de acordo com o Gestor, o valor arrecado seria destinado a aplicação na empresa investida do Fundo, no qual, foi adquirido novo ativo, Shopping Praça das Dunas, selecionado como “ativo alvo” do Fundo, que está localizado em Parnamirim – RN. Importante destacar que o empreendimento de Pampulha ainda não foi desenvolvido. Desde o início, o fundo tem acumulado uma desvalorização de 36,71%. Na AGC de 27 de maio de 2019, foi aprovada a substituição dos prestadores de serviço de administração, custódia, controladoria, escrituração de cotas. Foi indicada para a prestação de serviços de administração a Daycoval Asset Management e para a prestação de serviços de custódia, controladoria e escrituração de cotas o Banco Daycoval. Também foi deliberada a substituição da forma de gestão do fundo, passando a ser realizada exclusivamente pela gestora Legatus. Em 03 de dezembro de 2021, foi enviado fato relevante pelo administrador informando que decidiu contratar a empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda (“E&Y”) para realização de nova avaliação do valor justo dos imóveis relacionados dos referidos Empreendimentos. A E&Y apresentou uma análise detalhada dos referidos Imóveis e do estudo da viabilidade do empreendimento a ser construído. Em 27 de dezembro de 2021, foi enviado comunicado ao mercado onde o administrador Banco Daycoval informa sobre a sua renúncia devido a divergência com o gestor no processo de apuração de valor justo dos ativos integrantes da carteira do Fundo.



Na AGC de 05/04/2022 foi aprovado pelos cotistas a transferência da administração do fundo da Daycoval Asset para BTG Pactual Serviços Financeiros S.A e a custódia e tesouraria para o Banco BTG Pactual.

Na AGC de 20/10/2022 foi aprovado pelos cotistas: (i) alteração do tipo do fundo de Fundo de Investimento em Participações - FIP para Fundo de Investimentos Imobiliário-FII; (ii) alteração da denominação do fundo para FII Macam Shopping; (iii) autorização para negociação das cotas do fundo na B3. e (iv) substituição dos serviços de gestão da Legatus Gestora para Trustree DTVM.

Em 01 de fevereiro de 2023, enviado fato relevante, informando que remarcação dos ativos investido pelo fundo, resultou em um impacto positivo no patrimônio do Fundo no valor de R\$ 151.744 mil, passando de R\$ 154.584 mil para R\$ 306.329 mil, e representando uma variação positiva de 98,16%. De acordo com o gestor a reavaliação dos ativos do Fundo foi embasada em laudo de avaliação elaborado pela JLL Valuation & Advisory Services, emitido em 31 de dezembro de 2022, e estão refletidos na cota disponibilizada a partir do dia 12 de janeiro de 2023. Em 13 de fevereiro de 2023, foi constituído o FII Macam, alterando o segmento do fundo de FIP para fundo imobiliário e alterando o nome para Fundo de Investimento Imobiliário MACAM Shopping, conforme aprovada na assembleia realizada em 22.10.2022. Em março de 2023 foi realizada assembleia, para deliberar sobre a alteração do gestor do fundo para MASTER CAPITAL ASSET MANAGEMENT LTDA, a alteração da taxa de gestão e emissão de novas cotas. O SERPROS reprovou todos os itens devido à falta de material para subsidiar as análises e das explicações da estratégia e do plano de ação do fundo e das empresas investidas. Contudo as matérias foram aprovadas pela maioria dos cotistas. Enviada notificação cobrando do gestor esclarecimentos da verdadeira situação do fundo e das empresas, solicitadas pelo SERPROS desde janeiro/2023, em 29/09/2023 através do ofício DP 034/2023. Em 30 de novembro de 2023, foi realizada nova assembleia para deliberar sobre a aprovação de nova emissão de cotas do Fundo. A matéria foi aprovada pela maioria dos cotistas. O SERPROS reprovou a matéria devido à falta de material e informações para subsidiar as análises.

Situação atual do percentual referente ao aporte do SERPROS no fundo: Desvalorização de cotas de -17,28% devido a situação atual das empresas investidas pelo Fundo – ref.: dez/2023.

V. FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ETB (FUNDO EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)

Em 01/11/2019, foi enviado Fato Relevante comunicando, aos cotistas do ETB FIP – Multiestratégia, que a Única Administração e Gestão de Recursos Ltda, teve o seu registro cancelado enquanto administrador de carteira, conforme decisão proferida no Processo CVM nº19957.008972/2019-90. Na AGC 20/03/2020 os cotistas do fundo deliberaram a substituição do administrador e gestor, sendo: (i) serviços de administração, custódia, controladoria e escrituração para a RJI CTVM Ltda e (ii) para os serviços de gestão RJI Gestão e Investimentos Ltda. Na AGC de 10/08/2020 foi deliberado pela prorrogação do fundo pelo período de anos, podendo ser prorrogado por mais dois anos. Em dezembro de 2020 em nova AGC foi aprovado a substituição do gestor do fundo para Angra Partners com o objetivo de reestruturar o fundo e as empresa investidas contratando com o administrador empresas especializadas para realizarem diligências no fundo e nas



empresas investidas para mapeamento da verdadeira situação. Destaque-se que o SERPROS, após a decisão do CRPC (fruto do auto de infração da PREVIC), moveu ação de reparação contra os ex-dirigentes (condenados pela PREVIC), bem como aguarda o desfecho das ações reparatórias já promovidas.

Em 2 de fevereiro de 2023, ocorreu o fechamento e liquidação financeira da operação de aporte primário do novo investidor da empresa investida pelo fundo. A operação envolveu subscrição de novas ações de emissão da empresa investida. Em 19 de setembro de 2023, foi enviado novo fato relevante em relação a precificação da carteira do fundo, informando que houve reprocessamento, de modo a retificar a última precificação ocorrida, retroagindo a carteira para o dia 28 de fevereiro de 2023, com uma nova variação na precificação das cotas, no importe de – 20,95% (menos vinte vírgula noventa e cinco por cento). Diante do ocorrido, a Administradora informou que a retificação ocorreu pelas seguintes razões: (i) Erro sistêmico que prejudicou o cálculo, anteriormente apresentado, ocasionando uma provisão nas causa trabalhistas maior do que a realidade; (ii) Não aplicação do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamento Contábeis nº 25 (CPC 25), de acordo com o determinado no artigo 18, inciso XXIII, da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 579, de 30 de agosto de 2016; e (iii) Não aproveitamento do provisionamento da investida do Fundo, realizado nos mesmos processos trabalhistas. A PDD Final (Provisão de Devedores Duvidosos) foi de R\$ 4.405 mil.

Situação atual do percentual referente ao aporte do SERPROS no fundo: Desvalorização de cotas de -99,06% devido a precificação das empresas investidas pelo Fundo – ref.: dez/2023.

VI. FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRA SETORIAL (FUNDO EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)

Na AGC de junho de 2018 foi aprovado pelos cotistas a substituição do administrador do fundo, deixando de ser a Gradual Investimento, passando a ser a RJI CTVM. Em 12 de novembro de 2021, em assembleia geral de cotistas foi aprovada a reestruturação da empresa investida com a entrada de novo investidor. Em 10/02/2022 enviado comunicado informando que foi concluída a etapa prevista de investimentos do novo Cotista no Fundo e na CONASA, conforme estabelecido no Acordo de Investimentos aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do Fundo realizada em 12/11/2021. O gestor do fundo após a entrada do novo investidor enviou fato relevante informando da aquisição de diversos ativos/projetos através das empresas investidas pelo fundo. Em assembleia de cotista, realizada em 03/05/2023, foi aprovada a prorrogação do prazo do Fundo em 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 5 do Regulamento, a partir de 28 de fevereiro de 2023.

Em 05/06/2023, o fundo teve a carteira reprocessada no fechamento dia 02/07/23, no qual foi observada a variação na precificação das cotas no importe de -12,12% em razão da avaliação da KPMG Brasil, datada dez/22 o qual verificou a diminuição do percentual de participação do Fundo na empresa investida, que anteriormente era de 82,48% para 70,83% tendo em vista o aumento das ações preferenciais da empresa em circulação, com a consequentemente redução dos preços.



Enviado fato relevante em 13/09/2023, comunicando que com base nas Demonstrações Financeiras de uma das empresas investidas pelo fundo, referentes ao exercício findo em 31/12/2022, o valor patrimonial da Companhia marcado no Fundo em 05/09/2023, validado pela área de Precificação do Administrador, é de R\$ 28.889 mil, ou (-7,37%) em relação à marcação do exercício anterior (R\$ 31.189 mil).

Situação atual do percentual referente ao aporte do SERPROS no fundo: Valorização de cotas de 50,60% referente a precificação das empresas investidas pelo Fundo – ref.: dez/2023.

VII. FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES FP2 (100 % PROVISIONADO) - (FUNDO EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO/DESINVESTIMENTO)

Devido a renúncia da LAD Capital, em AGC realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovada a substituição da administradora pela ORLA DTVM e a gestão pela FL Gestora. Até 31 de dezembro de 2020 não houve substituição do administrador do Fundo, permanecendo a LAD Capital. Na AGC de 07/07/2022 foi deliberado a substituição da Administradora e Gestora, sendo aprovado a contratação da BFL Administração de Recursos LTDA como nova administradora e Arena Capital Asset como nova gestora. Na AGC de 22/09/20222 foi deliberado a aprovação o Plano de Liquidação do Fundo com prazo de 2 anos. O gestor passa trimestralmente informações atualizadas aos cotistas sobre o acompanhamento do plano de liquidação do fundo

Situação atual do percentual referente ao aporte do SERPROS no fundo: Desvalorização de cotas de 100% devido a situação atual das empresas investidas pelo Fundo – ref.: dez/2022.

9.1.3 Investimentos Imobiliários

Em 31/12/2023 a carteira imobiliária encerrou com montante de R\$ 88.110 mil (R\$ 91.337 mil em 2022) como segue:

CARTEIRA IMOBILIÁRIA	PSI	PSII BD	PSII CD	2023	2022
Locados ao Patrocinador	13.935	1.610	6.505	22.050	20.482
Belém (PA)	13.935	1.610	6.505	22.050	20.482
Locados a Terceiros	41.750	4.822	19.487	66.060	70.855
Centro Empresarial Transatlântico (SP)	2.807	324	1.310	4.442	5.128
Centro Empresarial VARIG (DF)	23.028	2.660	10.749	36.437	38.358
Condomínio São Luiz (SP)	15.871	1.833	7.408	25.112	27.300
Aluguéis a receber	44	5	20	69	69
Total	55.685	6.432	23.819	88.110	91.337

O montante a receber de aluguéis Locados a Terceiros é de R\$ 7.392 mil, sendo que R\$ 7.360 mil estão provisionados como crédito de liquidação duvidosa em razão das inadimplências dos locatários: Grupo OK, Meireles, Codunas, Brascol, Coperdata, Forma Audiovisual e Fernandez. Na tentativa de rever os valores a receber, o SERPROS moveu ações judiciais contra esses locatários. As ações estão em fase executória, com atualização dos valores e busca de bens passíveis de constrição judicial.



Em outubro, novembro e dezembro de 2023, foram registradas reavaliações patrimoniais dos investimentos imobiliários discriminados a seguir.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Imóvel	Data Reavaliação	Avaliador Responsável	CNPJ do Avaliador	Valor Contábil na data da Reavaliação	Valor Reavaliação	Resultado Reavaliação	Vida Útil	Conta Contábil Relacionada
Regional Belém	dez/23	Core Brasil Negócios Imobiliários LTDA (Newmark)	19.510.198/0001-81	20.482	22.049	1.567	Vida útil remanescente de 40 anos	1.02.03.07.04.02.04
Centro Empresarial Varig	dez/23	Core Brasil Negócios Imobiliários LTDA (Newmark)	19.510.198/0001-81	38.358	36.437	-1.921	Vida útil remanescente de 45 anos	1.02.03.07.04.03.04
Centro Empresarial Transatlântico	nov/23	Core Brasil Negócios Imobiliários LTDA (Newmark)	19.510.198/0001-81	5.128	4.442	-686	Vida útil remanescente de 35 anos	1.02.03.07.04.03.04
Edifício São Luiz	out/23	Core Brasil Negócios Imobiliários LTDA (Newmark)	19.510.198/0001-81	27.300	25.112	-2.188	Vida útil remanescente de 30 anos	1.02.03.07.04.03.04
Total				91.268	88.040	-3.228		

O Edifício Lucas Lopes, localizado em Belo Horizonte, foi desapropriado pela Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais em 2008. Em 2009 o SERPROS registrou a baixa do investimento e adotou as medidas para levantar o crédito. Em 2010 foi disponibilizado o alvará para levantamento de 80% do montante depositado em juízo, no valor de R\$ 9.399 mil, depositado na conta do SERPROS em 14/05/2010. Em maio de 2020, o saldo de R\$986 mil, foi reclassificado como “Outros Realizáveis, assim provisionado para perda.

9.1.4 Operações com Participantes - Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

a- Empréstimos Simples - As Operações com Participantes correspondem a Empréstimos e Financiamentos Imobiliários e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária na data de encerramento das demonstrações contábeis.

Em 31/12/2023 o saldo de R\$ 65.621 mil (R\$ 50.176 mil em 2022) está líquido da provisão crédito de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 6.304 mil (R\$ 5.883 mil em 2022), registrada em função da inadimplência. O SERPROS, para a recuperação dos créditos, contratou escritório jurídico especializado e mantém procedimentos administrativos de registro de inclusão nos órgãos de proteção ao crédito.

b- Financiamentos Imobiliários - Em 31/12/2023 o saldo de R\$ 3.020 mil (R\$ 3.020 mil em 2022), refere-se aos contratos do Sistema Financeiro Habitacional (SFH) que estão em posição de Relação de Contratos Não Validados (RNV) junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O SERPROS corrige o saldo através de relatório emitido pela Caixa Econômica Federal. Após a validação dos valores serão emitidos títulos de securitizados pelo Tesouro Nacional com registro escritural na CETIP.



9.1.5 Precatórios a Receber

LETRAS DO TESOURO DE SANTA CATARINA - LTSC

O Precatório n.º 0000779-13.2013.8.24.0500 é resultante da Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo n.º 0385848-57.2006.8.24.0023), decorrente da falta de cumprimento do vencimento dos títulos (Letra Financeira de Santa Catarina), adquiridos em novembro e dezembro 1996, com vencimento previsto para maio de 2001.

Na ocasião do vencimento, a Diretoria Executiva decidiu pelo provisionamento da perda deste título, conforme determina a legislação e adotou as medidas judiciais para a recuperação do valor investido.

Em 2013, considerando o posicionamento da Gerência Jurídica e do escritório de advocacia externo, tendo como base o acompanhamento processual elaborado pelo patrono do SERPROS, em razão da sentença transitada em julgado favorável, a Diretoria Executiva decidiu reverter a provisão para perda e contabilizar o montante incontroverso de R\$ 145.363 mil. A título de histórico, em dezembro de 2020 o Precatório do SERPROS estava posicionado em 2.253º na lista de preferência. Cumpre informar que como a lista tem prioridades, o andamento dela é irregular.

Na época o valor atualizado do Precatório era de R\$ 205.206 mil, conforme informação da página oficial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. O valor do precatório é atualizado automaticamente pelo sistema do Tribunal de Justiça de Santa Catarina todo o dia primeiro de cada mês, nos termos da metodologia fixada no julgamento da ADIs n.º 4357/DF e 4225/DF e RE 579.431/RS, conforme Ato normativo TJ N.º 18/2018 do TJ RJ, de 27 de dezembro de 2018.

O Estado de Santa Catarina reconhece como devido o precatório, mas não aceita a atualização do valor que originou o precatório, uma vez que o acórdão fixou a SELIC como critério para atualização do valor originário. Nessa esteira, o Estado interpôs Agravo de Instrumento n.º 4015442-65.2018.8.24.0000, desprovido, tendo sido interposto Agravo em Recurso Especial n.º 1.637.565/RJ, que também restou desprovido em outubro de 2020.

É importante destacar que sobre o valor do crédito que será recebido pelo SERPROS incidirão honorários advocatícios, a razão de 3% (três por cento), conforme estabelecido do contrato de prestação de serviços, provisionados no Exigível da Gestão Previdencial no montante de R\$ 5.753 mil. Do crédito a receber, deduzindo os honorários, o SERPRO fará jus ao montante a ser calculado no percentual de 42,72499%, conforme previsto no contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo).

O crédito atualizado do Precatório até 31/12/2023 é de R\$ 275.219 mil e a posição na lista de recebimento de precatórios do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é de 205º. Os valores dos precatórios de Santa Catarina relacionados a cada plano de benefícios administrado pelo SERPROS estão apresentados no quadro a seguir:



LETRAS DE SANTA CATARINA	PSI	PSII BD	PSII CD	2023	2022
Valor Incontroverso (Ativo)	157.632	23.464	94.123	275.219	251.984
(-) Honorários Advocatícios (Passivo)	(4.729)	(704)	(2.824)	(8.258)	(7.560)
(-) Reversão do Contrato do Aporte (Passivo)	-	(20.839)	(83.592)	(104.431)	(104.431)
Valor Líquido a Receber	152.903	1.921	7.707	162.530	139.993

PRECATÓRIO GOVERNO FEDERAL - OFND - OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

O SERPROS, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do Decreto-Lei nº 2.288, de 24/07/1986 foi obrigado a adquirir, no exercício de 1986, até 30% das suas reservas técnicas nos títulos denominados Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND's), com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN). Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, a Lei nº 7.738 de 09/03/1989, extinguiu a OTN e adotou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) como parâmetro de atualização monetária. O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), em 04/06/1990, informou às entidades de previdência complementar que o rendimento das OFND's, indexado ao valor do BTN, deixaria de acompanhar a variação do IPC. Foi ainda expedida a Portaria nº 948/911 para impedir que as entidades fechadas recorressem ao Judiciário com o intuito de fazer prevalecer o IPC como índice de atualização e para não poderem utilizar as OFND's como meio de pagamento em processo licitatório do Programa Nacional de Desestatização.

Em virtude da expressa violação de direitos configurada, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), em nome de suas associadas, ajuizou ação cautelar (processo nº 91.0106582-3 perante a 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro) e ação ordinária (processo nº 91.0123902-3 que tramitou perante a 23ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro) contra a UNIÃO FEDERAL, o BNDES e o FND visando receber a devida remuneração pelos títulos obrigatoriamente adquiridos. Este processo transitou em julgado, sendo que a decisão reconheceu que os títulos OFND's deveriam ser corrigidos pelo IPC ao invés da BTN, assegurando os direitos do SERPROS, como das demais associadas.

Com os direitos judicialmente assegurados, no exercício de 2010, a Diretoria Executiva procedeu ao registro contábil do êxito na demanda judicial sobre os expurgos inflacionários nas OFND's no PSI. Tal decisão baseou-se nos pareceres externos emitidos pelos escritórios JCM&B Advogados e Consultores, Figueiredo & Silva Advogados e Carlos Mafra de Laet Advogados requeridos pela ABRAPP em nome de suas associadas, assim como pelo parecer técnico emitido pela assessoria jurídica da entidade, que corroborou o entendimento de ambos os pareceres externos. Contudo, em 29/12/2011, a Diretoria Executiva, conforme registro da Ata nº 56, deliberou pela reversão do registro contábil do crédito relativo à OFND, em atendimento à determinação contida no ofício emitido pela PREVIC nº 4701, de 14 de outubro de 2011 que considerou o crédito relativo à OFND como ativo contingente, dada "a possibilidade de entrada de benefício econômico para a entidade", orientando seu registro em Notas Explicativas.



Em 25/05/2016, a ABRAPP distribuiu ação de liquidação da sentença proferida nos autos da ação coletiva ordinária de n.º 91.0123902-3, da 23ª Vara Federal, movida pela ABRAPP contra a União Federal, sendo que, na exordial, consta o valor de R\$ 100.388.938,28 (cem milhões, trezentos e oitenta e oito mil, novecentos e trinta e oito reais e vinte e oito centavos), conforme parecer do JCMB, elaborado em 16/11/2015.

A União Federal, em sua defesa, apresentada em 13/12/2016, impugnou diversos pontos processuais e, no mérito, demonstrou que o quantum perfaria R\$ 57.976.724,78 (cinquenta e sete milhões, novecentos e setenta e seis mil, setecentos e vinte e quatro reais e setenta e oito centavos).

Em 27/09/2018 o Perito contador Joelson Zuchen, apresentou o laudo pericial concluindo que as OFNDs estavam devidamente registradas, com os respectivos titulares cadastrados e quantidades devidamente apuradas, contudo, apontou que o Juízo deveria estabelecer um critério único para os cálculos, pois tanto a ABRAPP como a União Federal utiliza métodos diferentes. Em outubro de 2020 o perito altera o critério a aponta o valor devido, posicionado em novembro de 2015, no valor de R\$ 64.016 mil.

Em 23/03/2021, em sua terceira manifestação, o perito nomeado pelo Juízo do processo 0068084-25.2016.4.02.5101 em curso na 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro indicou que o valor do crédito do SERPROS era de R\$ 40.965.297,66 até novembro de 2015.

Em novembro de 2021, houve negociação da ABRAPP, em favor das EFPCs (dentre os quais o SERPROS), com a União Federal, sendo que, no caso do SERPROS o valor acordado totalizaria R\$ 65.498 mil. A matéria foi deliberada, em 23/11/2021, em Assembleia da ABRAPP.

Com a aprovação do acordo, ele foi homologado em 28/03/2022 pelo Juízo, tendo sido expedido o precatório nº 5003167-39.2022.4.02.9388 em 31/03/2022, no valor de R\$ 69.987 mil, oportunidade que o SERPROS efetuou o registro do crédito no balancete contábil do PSI.

No dia 17 de outubro de 2022, a PREVIC encaminhou às EFPC o Ofício Circular nº 19/2022/PREVIC indicando que os registros dos créditos judiciais decorrentes de correção monetária aplicável às OFND aplicar o parâmetro de técnica ou modelo de precificação dos precatórios considerando a taxa de juros atuarial e o indexador inflacionário do respectivo plano previdencial ao qual o precatório foi registrado, bem como o prazo previsto para o pagamento do precatório. A entidade procedeu o cálculo considerando a atualização pelo IPCA-E até 2024, prazo previsto para o recebimento dos precatórios, utilizando como taxa de desconto atuarial do plano, obtendo o valor de R\$ 66.480 mil, valor registro no Plano Previdencial PS I em 31 de dezembro de 2022.

Em novembro de 2022, o Escritório Siqueira Castro antigo prestador de serviços jurídicos contratado pela ABRAPP em determinada fase do processo, ajuizou uma ação de Execução de Título Extrajudicial em face da ABRAPP pleiteando recebimento de honorários de êxito. Após a citação da Associação esta decidiu dar entrada em Embargos de Execução (recurso de defesa).



Ocorre que, em 09/12/2022, o Escritório Siqueira Castro solicitou o bloqueio das contas da Abrapp o que fez com que essa Associação fizesse o depósito da garantia do juízo em 09/12/2022, para evitar o bloqueio das contas da Associação. Os valores do depósito foram rateados entre as 88 EFPC participantes do Acordo firmado com a União proporcionalmente aos seus créditos.

O SERPROS possui registrado na rubrica contábil pertencente ao grupo de investimentos denominada “Recursos a Receber - Precatórios” o direito dos precatórios oriundos da OFND no valor de R\$ 76.654 mil, e aguarda a liberação dos recursos pela União.

9.1.6 Investimentos - Outros Realizáveis

Estão registrados os direitos do SERPROS decorrentes de decisão judicial ou de processos administrativos favoráveis que resultaram em crédito, totalizam em 2023 o montante de R\$ 990 mil (R\$ 28.946 mil em 2022).

9.1.6.1 Contrato de Confissão de Dívida Chapecó

O valor a receber é decorrente do Contrato de Cessão, Repactuação e Confissão de Dívida, relativo às debêntures de emissão da Chapecó, adquiridas em 12/05/95. Devido à falência da companhia, decretada em 29/04/2005, no processo n.º 0000288-12.2004.8.24.0018 o valor da dívida foi habilitado no quadro geral de credores. Em virtude do estado falimentar da companhia, o valor foi totalmente provisionado.

Em dezembro de 2013, a Diretoria Executiva, fundamentada em Parecer Técnico da área jurídica e tendo como base o relatório de acompanhamento processual elaborado pelo Síndico da Massa Falida, homologado pelo Juízo, decidiu reverter a provisão para crédito de liquidação duvidosa e registrar o valor incontroverso, reconhecendo o crédito de R\$ 27.859 mil.

Em maio de 2015 o SERPROS participou da audiência de homologação em que estiveram presentes, também, o BNDES, o *International Finance Corporation* (IFC) e o Banco do Brasil, concordando com a venda extraordinária dos bens que tiveram seus laudos avaliativos homologados.

Em outubro de 2017 foi acolhida pelo juízo a habilitação do crédito e foi determinado que seja incluído no quadro geral de credores da falência, a importância reconhecida como crédito com direitos reais de garantia (Classe I, art. 102, I, Dec-Lei n. 7.661/45).

O pagamento aos credores está sendo providenciado pelo Síndico da Massa Falida, mas a prestação de contas do Síndico estava desatualizada nos autos.



Em 21/09/2021 o SERPROS apresentou petição no Processo Judicial de Falência da Chapecó de n.º 0000288-12.2004.8.24.0018, em curso na 3ª Vara Cível da Comarca de Chapecó, em que destacou o direito à habilitação do seu crédito deferida no Processo Judicial 0006063-90.2013.8.24.0018, apresentando esclarecimentos sobre a sentença proferida no mencionado processo e informando que estava pendente o julgamento de recurso interposto pela Massa Falida da Chapecó em face dessa decisão judicial. O SERPROS requereu ao Juízo que fosse ordenado o pagamento regular do montante principal do seu crédito e reservado 10% do valor excedente ao crédito relativo à multa.

O Juízo proferiu decisão indeferindo o pedido de pagamento do crédito do SERPROS, sob o fundamento que os pagamentos na falência estavam limitados aos credores que possuíam garantia sobre os bens objeto das alienações no processo de falência. Como a garantia do SERPROS era constituída de ações ordinárias da Massa Falida, que ainda não tinham sido alienadas, não poderia ser realizado qualquer pagamento à entidade. Quanto ao pleito de reserva de valores referente à multa, restou determinado ser possível a reserva de valores, sendo necessário, para tanto, a apresentação do montante a ser reservado, porquanto o pleito foi omissivo nesse sentido. Em face da referida decisão, o SERPROS opôs embargos de declaração para sanar as contradições e omissões de tal manifestação judicial, requerendo o imediato pagamento do crédito da entidade no Quadro Geral de Credores, na Classe I, sem prejuízo do posterior pagamento da multa de 10% sobre este montante. Os embargos de declaração do SERPROS foram rejeitados. Da decisão de rejeição dos embargos de declaração foi interposto recurso de Agravo de Instrumento ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, com o objetivo de o SERPROS receber o valor devido pela Massa Falida, bem como a concessão de efeito suspensivo para que ocorresse a imediata interrupção da expedição de alvarás e pagamento dos Credores Quirografários da Massa Falida Chapecó.

Ocorre que em paralelo ao recurso do SERPROS, foram publicados os editais de venda das ações da empresa falida que eram a garantia do SERPROS, tendo ocorrido a apresentação de apenas uma proposta do Sr. Carlos Henrique da Silva Souza, no importe de R\$ 5 mil de pagamento à vista. Em 09/12/2022, o SERPROS requereu ao Juízo que o saldo da importância não coberto pela venda das ações concedidas em garantia fosse automaticamente migrado para a classe dos credores quirografários e por conseguinte fosse efetuado o pagamento imediato à entidade. É válido informar que na época o processo foi transferido da Comarca de Chapecó para Juízo especializado na Comarca de Concórdia.

Em 21/03/2023, o SERPROS apresentou petição informando a perda superveniente de objeto do recurso, uma vez ter havido o deferimento da reclassificação do crédito pelo juízo de primeiro grau. Em 23/05/2023, o SERPROS recebeu o crédito do valor de R\$ 3 mil, correspondente à alienação do percentual das ações que constituíam a garantia da operação. Após o recebimento do crédito pelo SERPROS, em 03/07/2023, foi publicado o Edital de Consolidação de Quadro Geral de Credores, com a reclassificação do crédito do SERPROS em relação ao saldo não coberto pela alienação das ações como quirografário. Em 13/07/2023, foi publicado o Edital de Alienação de Precatórios da Massa Falida que gerou a expectativa de novo crédito a distribuir na Falência aos credores. Em 27/09/2023, o Juiz deferiu o pedido de pagamento de crédito do SERPROS na Falência. Nos termos da decisão judicial, o SERPROS recebeu 46,28776010% sobre o crédito de R\$ 69.066 mil, valor atualizado do crédito registrado no Quadro Geral de Credores da Falência, que correspondia a R\$ 31.969



mil. Em 30/10/2023, o SERPROS recebeu o crédito de R\$ 31.968 mil. Ao Escritório Castro Barcellos foi pago os honorários de êxito no valor de R\$ 3.197 mil, conforme previsão do Contrato de Prestação de Serviços.

Em relação ao Processo Judicial de Habilitação de Crédito nº 0006063-90.2013.8.24.001, existia o eventual risco de condenação ao pagamento de honorários de sucumbência à Massa Falida da Chapecó. A fim de mitigar o referido risco, o SERPROS celebrou Acordo com a Massa Falida para extinção do Processo sem pagamento de honorários de sucumbência para ambas as partes, cada parte arcando com os custos dos seus patronos. Em 01/12/2022, restou homologado o Acordo, com a extinção do processo, tendo o trânsito em julgado ocorrido em 23/01/2023. Diante da homologação do Acordo, o risco de pagamento de honorários de sucumbência para Chapecó não existe mais. Em 31/08/2023 o SERPROS efetuou o pagamento da taxa de serviços judiciais e despesas processuais de R\$ 3 mil para baixa do processo judicial, em cumprimento ao Ofício Judicial recebido pela entidade.

CHAPECÓ	PSI	PSII BD	PSII CD	2023	2022
Contrato de Confissão de Dívida	-	-	-	-	27.859

9.1.6.2 Edifício Lucas Lopes

O Edifício Lucas Lopes, localizado em Belo Horizonte, foi desapropriado pela Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais em 2008. Em 2009 o SERPROS registrou a baixa do investimento e adotou as medidas para levantar o crédito. Em 2010 foi disponibilizado o alvará para levantamento de 80% do montante depositado em juízo, no valor de R\$ 9.399 mil, depositado na conta do SERPROS em 14/05/2010. Em maio de 2020, o saldo de R\$986 mil, foi reclassificado como “Outros Realizáveis, assim provisionado para perda.

9.1.7 Despesas Diretas dos Investimentos

As despesas diretas dos investimentos, tais como as taxas condominiais, seguros, custos de manutenção, demais taxas e impostos incidentes sobre investimentos imobiliários de responsabilidade do locador (proprietário) foram contabilizadas como “Deduções/Variações Negativas” dos investimentos”, conforme determinação legal.

IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	2023	2022
Imobilizado	15.408	15.869
Móveis e Utensílios	12	18
Máquinas e equipamentos	73	27
Veículos	-	-
Equipamentos de informática	393	452
Imóveis	14.930	15.372
Intangível	150	213
Total	15.558	16.082



10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O imóvel sede foi reavaliado em dezembro de 2023 pela empresa Embrap & Praxis Avaliação Patrimonial LTDA, CNPJ 02.393.061/0001-91, pelo valor de R\$ 14.930 mil, gerando o resultado negativo no valor de R\$ 442 mil registrado como despesa no plano de gestão administrativa na rubrica contábil 4.02.99.01.06 – Resultado negativo reavaliação predial.

11. EXIGÍVEL OPERACIONAL

A composição do saldo do exigível operacional está demonstrada a seguir:

EXIGÍVEL OPERACIONAL	PSI	PSII BD	PSII CD	SER +	PGA	2023	2022
Gestão Previdencial	3.163	24.199	159.874	15	-	187.251	165.460
Benefícios a pagar	1.951	298	-	-	-	2.249	2.477
Retenções a recolher	940	1.141	434	15	-	2.530	2.370
Valores de Repasses Previdenciais	-	-	-	-	-	-	1
Outras exigibilidades	272	22.760	159.440	-	-	182.472	160.612
Gestão Administrativa	-	-	-	-	37.352	37.352	3.880
Contas a pagar	-	-	-	-	3.198	3.198	2.725
Retenções a recolher	-	-	-	-	279	279	319
Tributos a recolher	-	-	-	-	159	159	128
Outras exigibilidades	-	-	-	-	33.716	33.716	708
Investimentos	6.339	816	3.280	-	-	10.436	11.418
Fundos de investimento	-	-	-	-	-	0	8
Investimentos imobiliários	724	84	338	-	-	1.146	743
Relacionados com o Disponível	-	-	-	-	-	-	-
Retenções de tributos a recolher	50	4	18	-	-	72	29
Outras exigibilidades	5.565	728	2.924	-	-	9.218	10.638
Total	9.502	25.015	163.154	15	37.352	235.039	180.758

11.1 Outras Exigibilidades/Gestão Previdencial

Estão registrados os compromissos assumidos pelos Planos de Benefícios relativos à Gestão Previdencial, representados, basicamente, pelo aumento da provisão do valor a pagar ao SERPRO, na ordem de R\$ 114.059 mil em 2023 (R\$ 104.430 mil em 2022), conforme previsto no contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo), quando do recebimento do montante das Letras de Santa Catarina, referenciado na nota 8.1.5 e R\$ 63.354 mil em 2023 (R\$ 56.182 mil em 2022) referente ao ajuste do Exigível Operacional relativo a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, correspondente a recomendação RCI 2018.



11.2 Exigível Operacional da Gestão Administrativa

Estão registrados os compromissos a pagar pelo SERPROS, relativos à Gestão Administrativa.

Destacam-se as ações judiciais que questionam a constitucionalidade do art. 3º da Lei nº 9.718/98. Tal normativo determina como base de cálculo do PIS e da COFINS o faturamento, entendido, no § 1º do art. 3º, como receita bruta, a totalidade das receitas auferidas da pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida. Pela relevância da matéria e a fim de resguardar o patrimônio dos participantes e assistidos, o SERPROS ingressou com essas ações judiciais para garantir o direito de não se sujeitar à cobrança de tais contribuições. Desde 2002 o SERPROS estava depositando judicialmente os valores determinados. A partir de janeiro de 2015, em observância a Lei nº 12.973/14, o SERPROS passou a recolher as contribuições diretamente para a União.

I. PIS

O SERPROS questionou a cobrança do PIS, nos autos da Ação ordinária nº 0022138-21.2002.4.02.5101 (2002.51.01.022138-0), sendo que, em fevereiro/2021, recebeu o valor que estava depositado (R\$ 4.355 mil), gerando a extinção e baixa do processo.

II. COFINS

O SERPROS questiona a cobrança da COFINS, nos autos da Ação Ordinária nº 0034231- 05.2002.4.01.3400 (2002.34.00.034298-3) em trâmite na 21ª Vara Federal/DF, objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária que lhe obrigue a recolher a contribuição sobre receitas, uma vez que não auferir receita própria. Em segunda instância, o TRF da 1ª Região entendeu ser legítima a cobrança da COFINS e determinou que a contribuição recaia sobre as contribuições vertidas pelos participantes. Em vista dessa decisão, apresentamos Embargos de Declaração, com o objetivo de que o Tribunal se manifestasse sobre disposto no art. 69 da LC 109/01, que impede a incidência de qualquer tributação sobre as contribuições vertidas por participantes. Entretanto, o Tribunal não acolheu os argumentos dos embargos apresentados, motivo pelo qual foi interposto Recursos Especial e Extraordinário para os Tribunais Superiores (STJ e STF). Cumpre observar que o Recurso Especial foi provido pelo STJ, que anulou acórdão do TRF-1 e, assim, determinou que fosse realizado novo julgamento acerca dos Embargos de Declaração apresentados. Em 01/09/2015, o TRF-1 proferiu novo julgamento e negou provimento aos Embargos de Declaração. Em seguida, em setembro de 2022, o Recurso Especial do SERPROS foi inadmitido (e foi objeto de agravo em 14/10/2022), sendo que o Recurso Extraordinário foi admitido e desprovido em maio/2023, com trânsito em agosto/2023.

O assunto, de repercussão geral, foi apreciado pelo STF (Tema 372), que reconheceu que “As receitas brutas operacionais decorrentes da atividade empresarial típica das instituições financeiras integram a base de cálculo PIS/COFINS cobrado em face daquelas ante a Lei nº 9.718/98, mesmo em sua redação original, ressalvadas as exclusões e deduções legalmente prescritas”.



O processo retornou à origem no final de 2023, sendo certo que se buscará rediscutir a matéria - a efetiva apuração do que seriam “as receitas brutas operacionais decorrentes da atividade empresarial (...)” - a fim de possibilitar uma eventual reversão do caso favorável à entidade.

11.3 Outras Exigibilidades/Gestão de Investimentos

O valor com maior representatividade corresponde a atualização dos Honorários Advocatícios referentes aos precatórios das Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 8.257 mil (vide nota 8.1.5). Também apresenta o registro do valor de R\$ 770 mil reativo a provisão para pagamento dos honorários aos patronos da ação da OFND, dentre outros valores de menor montante.

12. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL E PASSIVOS CONTINGENTES

Estão contabilizados os valores em litígio prováveis de desembolso, como segue:

(Valores apresentados em R\$ mil)

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	2023	2022
Gestão Previdencial	2.324	9.534	-	-	11.858	12.810
Expurgos Inflacionários	324	3.601	-	-	3.925	3.972
Outras ações previdenciárias	2.000	5.933	-	-	7.933	8.838
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-	-
Investimentos	1.627	770	917	-	3.314	3.313
Total	3.951	10.304	917	-	15.172	16.123

12.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

O SERPROS constituiu provisão para fazer face às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes daquelas classificadas pela área jurídica como perda provável e possível.

CLASSIFICAÇÃO	31/12/2023	VARIAÇÃO NO ANO	31/12/2022
PS I			
PROVÁVEL	2.324	-1.384	3.708
POSSÍVEL	1.988	-121	2.109
REMOTA	-	-	-
PSII			



PROVÁVEL	9.534	433	9.101
POSSÍVEL	10.264	-628	10.892
REMOTA	-	-	-
CONSOLIDADO			
PROVÁVEL	11.858	-951	12.809
POSSÍVEL	12.252	-749	13.001
REMOTA	-	-	-
REMOTA	-	-	-

Todos os processos classificados como remotos em dezembro de 2019 foram transportados para possível, a fim de adequar ao critério previsto na classificação de processos adotado pela GEJUR.

Os quadros a seguir apresentam a relação dos processos judiciais classificados pelo jurídico como probabilidade de perda provável e possível.

NÚMERO DA FASE ATUAL	OBJETO	TIPO DE PROCESSO	OBJETO
0122900-11.2000.5.01.0073	Trabalhista/Serpro	Judicial	Provável
0731052-08.2017.8.07.0001	Expurgos	Judicial	Provável
0010207-17.2004.8.19.0001	Previdenciário/Genérico	Judicial	Provável
0023700-23.2006.5.04.0013	Trabalhista/Serpro	Judicial	Provável
0071200-15.2007.5.01.0052	Trabalhista/Serpro	Judicial	Provável
0143521-20.2008.8.19.0001	Expurgos	Judicial	Provável
1004536-10.2017.8.26.0562 (0007382-12.2020.8.26.0562)	Previdenciário/Genérico	Judicial	Provável
0704455-02.2017.8.07.0001	Expurgos	Judicial	Provável
0310509-89.2012.8.19.0001	Expurgos	Judicial	Provável
0062785-48.2008.8.07.0001	Expurgos	Judicial	Provável
0111200-47.2006.5.01.0002	Reflexo de Reintegração c Migração	Judicial	Provável
0096753-31.2011.8.19.0001	Expurgos	Judicial	Provável
1026308-32.2019.8.26.0506	Previdenciário/Genérico	Judicial	Provável
0040104-30.2011.8.16.0001	Previdenciário/Genérico	Judicial	Provável
0723542-41.2017.8.07.0001	Expurgos Inflacionários Migrados	Judicial	Provável
0404988-06.2014.8.19.0001	Expurgos	Judicial	Provável
0937667-84.2023.8.19.0001	Previdenciário/Genérico	Judicial	Provável
0899858-60.2023.8.19.0001	Previdenciário/Genérico	Judicial	Provável

NÚMERO DA FASE ATUAL	OBJETO	TIPO DE PROCESSO	OBJETO
0122900-11.2000.5.01.0073	Trabalhista/Serpro	Judicial	Possível
0731052-08.2017.8.07.0001	Expurgos	Judicial	Possível
0010207-17.2004.8.19.0001	Previdenciário/Genérico	Judicial	Possível
0023700-23.2006.5.04.0013	Trabalhista/Serpro	Judicial	Possível
0084939-56.2010.8.19.0001	Expurgos	Judicial	Possível
0302948-19.2009.8.19.0001	Expurgos	Judicial	Possível
0097754-85.2010.8.19.0001	Expurgos Inflacionários não Migrados	Judicial	Possível



0097748-78.2010.8.19.0001	Expurgos	Judicial	Possível
0078677-95.2007.8.19.0001	Expurgos	Judicial	Possível
0225179-32.2009.8.19.0001	Expurgos	Judicial	Possível
0001694-05.2009.8.26.0320	Indenizatórias	Judicial	Possível
0012172-41.2015.8.19.0002	Expurgos	Judicial	Possível
0097752-18.2010.8.19.0001	Expurgos	Judicial	Possível
0000238-65.2013.5.12.0014	Reinteg com Migração	Judicial	Possível
0078680-50.2007.8.19.0001	Expurgos	Judicial	Possível
0001479-36.2012.5.04.0013	Trabalhista SERPRO	Judicial	Possível
0097744-41.2010.8.19.0001	Expurgos	Judicial	Possível
0002316-51.2012.8.19.0069	Previdenciário/Equacionamento de 2008	Judicial	Possível
0716233-93.2022.8.07.0000	Previdenciário/Genérico	Judicial	Possível
5008637-73.2023.8.21.0037	Exibição de documentos	Judicial	Possível
0006373-96.2018.8.16.0001	Expurgos Inflacionários Migrados	Judicial	Possível
0001426-23.2007.4.01.3400	Tributário - Questão Participante	Judicial	Possível
0005279-40.2007.4.01.3400	Tributário - Questão Participante	Judicial	Possível
0097746-11.2010.8.19.0001	Expurgos	Judicial	Possível
0232234-63.2011.8.19.0001	Expurgos	Judicial	Possível
0008107-57.2017.4.01.3400	IR/Bitributação	Judicial	Possível
0004018-28.2014.8.17.0001	Expurgos	Judicial	Possível
0025312-85.2006.4.01.3400	Tributário - Questão Participante	Judicial	Possível
0121651-35.2016.8.19.0001	Expurgos	Judicial	Possível
0036976-72.2011.8.17.0001	Contribuição de Risco	Judicial	Possível
1004662-60.2017.8.26.0562	Novo proc expurgo	Judicial	Possível
0013486-23.2010.4.01.3400	Tributário - Questão Participante	Judicial	Possível
0011176-71.2014.5.01.0053	Trabalhista SERPRO	Judicial	Possível
0071596-22.2012.8.19.0001	Expurgos	Judicial	Possível
1000048.29.2015.8.26.0482 (10002681-24.2017.8.26.0003)	Novo proc expurgo	Judicial	Possível
0026687-53.2008.4.01.3400	Previdenciário/Genérico	Judicial	Possível
0001670-44.2010.4.01.3400	Tributário - Questão Participante	Judicial	Possível
0033838-41.2006.4.01.3400	Tributário - Questão Participante	Judicial	Possível
0013484-53.2010.4.01.3400	Tributário - Questão Participante	Judicial	Possível
0746547-19.2022.8.07.0001	Previdenciário/Genérico	Judicial	Possível
0899874-14.2023.8.19.0001	Previdenciário/Genérico	Judicial	Possível
0768381-96.2023.8.07.0016	Previdenciário/Genérico	Judicial	Possível



12.2 Gestão Administrativa

Para fins de registro e atualização do contingenciamento passivo relativo ao PGA envolvendo diretamente o SERPROS, em razão do acompanhamento realizado pelo jurídico interno e pelos escritórios terceirizados responsáveis, apresentamos a seguir as contingências judiciais e os passivos contingenciais do Plano de Gestão Administrativa.

12.3 Investimentos

Para fins de registro e atualização do contingenciamento passivo relativo aos investimentos envolvendo diretamente o SERPROS, em razão do acompanhamento realizado pelo jurídico interno e pelos escritórios terceirizados responsáveis, foram registrados os processos relacionados na planilha a seguir.

NÚMERO DA FASE ATUAL	OBJETO	TIPO DE PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO DE PERDA
8146442-09.2022.8.05.0001	Empréstimo Descontado no Pecúlio	Judicial	Possível
0010829-98.2014.5.01.0033	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0010092-97.2015.5.01.0021	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0001181-11.2014.5.10.0012	Investimento/Porcão	Judicial	Provável
0011012-88.2015.5.01.0080	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0010069-05.2015.5.01.0005	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0100000-51.2016.5.01.0080	Investimento/Porcão	Judicial	Provável
0010738-61.2014.5.01.0080	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0010421-09.2013.5.01.0077	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0010996-50.2015.5.01.0011	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0001881-30.2016.5.17.0009	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0000049-83.2014.5.12.0004	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0000323-98.2016.5.12.0029	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0000207-15.2014.5.12.0045	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0011050-67.2013.5.01.0049	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0000054-70.2016.5.07.0038	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0000943-19.2017.5.17.0003	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0000929-17.2017.5.17.0009	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0010199-76.2013.5.12.0031	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0010751-98.2015.5.01.0056	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0010585-23.2014.5.01.0017	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0000081-98.2015.5.17.0009	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0100173-31.2016.5.01.0030	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0000514-16.2014.5.02.0087	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0000666-29.2021.5.10.0012	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
0103394-05.2022.5.01.0000	Investimento/Porcão	Judicial	Possível
Procedimento Arbitral 95/17	Investimentos/Bioenergia	Arbitragem	Possível
1049698-08.2014.8.26.0053	Investimentos/Desapropriação	Judicial	Possível
0443500-64.2008.8.13.0024	Investimentos/Desapropriação	Judicial	Possível
0039091-71.2006.4.01.3800	Investimentos/Desapropriação	Judicial	Possível
1030569- 26.2021.8.26.0100	Investimentos/ETB	Judicial	Possível



0211150-74.2009.8.19.0001	Investimentos/Nova América	Judicial	Possível
0024858-15.2002.8.05.0001	Investimentos/PCLD	Judicial	Possível
0010261-56.1999.8.19.0001	Investimentos/PQU	Judicial	Possível
0208878-93.1998.8.19.0001	Investimentos/PQU	Judicial	Possível
0336687-50.2014.8.21.0001	Operação com Participante	Judicial	Provável
0050696-43.2010.8.17.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0509676-84.2011.8.06.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0484336-41.2011.8.06.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0519444-34.2011.8.06.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0459501-86.2011.8.06.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0086814-51.2010.8.05.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0542738-81.2012.8.06.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0088932-97.2010.8.05.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
8000536-12.2019.8.05.0124	Operação com Participante	Judicial	Possível
0706742-93.2021.8.07.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0000937-21.2021.8.19.0082	Operação com Participante	Judicial	Possível
0829964-94.2023.8.19.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0716015-28.2023.8.07.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
0805480-56.2022.8.19.0031	Operação com Participante	Judicial	Possível
0560867-08.2023.8.04.0001	Operação com Participante	Judicial	Possível
5023910-86.2023.8.21.0039	Operação com Participante	Judicial	Possível



13. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas dos planos de benefícios foram avaliadas, segundo cálculos realizados pelo atuário externo, e atestadas pelo atuário interno da Entidade.

De acordo com os Laudos de Avaliação Atuarial as mensurações das Provisões Matemáticas são as seguintes:

PROVISÕES MATEMÁTICAS	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	2023	2022
Benefícios Concedidos	2.476.429	1.684.953	-	9.405	4.170.788	3.954.439
Parcela de Contribuição Definida	-	-	-	9.405	9.405	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.476.429	1.684.953	-	-	4.161.383	3.954.439
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	2.119.008	1.463.411	-	-	3.582.419	3.398.126
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	357.422	221.542	-	-	578.964	556.313
Benefícios a Conceder	634.119	-	2.912.975	2.983	3.550.077	3.274.348
Contribuição Definida	-	-	2.912.975	2.983	2.915.958	2.524.208
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores	-	-	1.184.457	-	1.184.457	1.000.274
Saldo de Contas - Parcela Participantes	-	-	1.728.518	375	1.728.893	1.523.934
Saldo de Contas - Parcela Participantes Portadas de EFPC/EAPC	-	-	-	2.608	2.608	1.523.935
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	634.060	-	-	-	634.060	750.075
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	634.060	-	-	-	634.060	750.075
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	59	-	-	-	59	65
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados	59	-	-	-	59	65
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(108.156)	-	-	-	(108.156)	(114.334)
Déficit Equacionado	(108.156)	-	-	-	(108.156)	(114.334)
Patrocinadores	(54.078)	-	-	-	(54.078)	(57.167)
Participantes	(11.619)	-	-	-	(11.619)	(14.583)
Assistidos	(42.459)	-	-	-	(42.459)	(42.584)
Total	3.002.392	1.684.953	2.912.975	12.388	7.612.709	7.114.453

13.1 Plano SERPRO I - PS I

Observou-se que as provisões matemáticas apresentaram uma variação positiva de 0,69% em relação ao exercício anterior, sendo o aumento de 5,56% relativo aos compromissos com benefícios concedidos, a redução de 15,47% relativa aos compromissos com benefícios a conceder e redução de 5,40% referente às provisões matemáticas a constituir, equivalente à amortização das contribuições extraordinárias de 35% das contribuições normais aplicadas desde 2008.

Tais variações são resultantes da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados neste exercício, bem como alterações das premissas atuariais como a composição familiar dos participantes e aposentados do plano.



13.2 Plano SERPRO II - PS II

As provisões matemáticas de benefícios concedidos apresentaram no exercício um acréscimo de 4,75%, decorrente da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados neste exercício, bem como alterações das premissas atuariais como composição familiar dos participantes e aposentados do plano.

Com relação às provisões matemáticas relativas à parcela de contribuição definida, observou-se a elevação de 15,40% no exercício.

13.3 Plano SER+

O SER+ foi iniciado no exercício social de 2023 e o conjunto de suas provisões matemáticas foram constituídas no decorrer do exercício social corrente.

13.4 Hipóteses Atuariais

13.4.1 Plano SERPRO I - PS I BD

PREMISSAS ATUARIAIS 2024/2023 - PS-I		
Premissas	2024	2023
Taxa de Juros Real Anual	5,08% a.a.	5,08% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2012 IAM Basic Agravada em 10% segregada por sexo	AT-2012 IAM Basic Agravada em 10% segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana Desagravada em 50%	Grupo Americana Desagravada em 50%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 segregada por sexo	AT-49 segregada por sexo
Tábua de Morbidez	Não aplicável	Não aplicável
Hipótese sobre Composição de Familiar	Participantes e Aposentados - Família Padrão: 76,00% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens. Pensionistas: utiliza-se a composição familiar real.	Participantes e Aposentados - Família Padrão: 81,60% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens. Pensionistas: utiliza-se a composição familiar real.
Rotatividade Anual	0% para todas as idades.	0% para todas as idades.
Taxa de Crescimento Real Anual	Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa de Inflação Anual	3,00% a.a.	3,00% a.a.



13.4.2 Plano SERPRO II - PS II BD

PREMISSAS ATUARIAIS 2024/2023 - PS-II		
Premissas	2024	2023
Taxa de Juros Real Anual	5,08% a.a.	5,08% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2012 IAM Basic Desagravada em 20% segregada por sexo	AT-2012 IAM Basic Desagravada em 20% segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana Desagravada em 50%	Grupo Americana Desagravada em 50%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-2006 segregada por sexo	MI-2006 segregada por sexo
Tábua de Morbidez	EXP AXD SERPRO II AJUSTADA	EXP AXD SERPRO II
Hipótese sobre Composição de Familiar	Participantes e Aposentados - Família Padrão: 83,10% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens. Pensionistas: utiliza-se a composição familiar real.	Participantes e Aposentados - Família Padrão: 86,20% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens. Pensionistas: utiliza-se a composição familiar real.
Rotatividade Anual	1% para todas as idades até 65 anos	1% para todas as idades até 65 anos
Taxa de Crescimento Real Anual	2,93% a.a.	2,55% a.a.
Taxa de Inflação Anual	3,00% a.a.	3,00% a.a.

13.4.3 Plano SER+

Quanto ao Plano de Benefícios Ser+, não cabe a utilização de premissas atuariais para determinação dos compromissos correspondentes, pois é um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida. Contudo, é utilizada a premissa de taxa de retorno real esperado dos investimentos no longo prazo de 4,70% a.a., indicada pela Gerência de Investimentos e aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, para fins de projeções previdenciais e administrativas, como também no Simulador de Renda do referido Plano.

14. EQUILÍBRIO TÉCNICO

O superávit técnico dos planos de benefícios representa o excedente de recursos garantidores para cobertura dos seus compromissos. De acordo com os artigos 15 e 16 da Resolução CNPC nº 30/2018, de 10/10/2018, o resultado superavitário será destinado à constituição de Reserva de Contingência correspondente a até 25% das Provisões Matemáticas ou até o Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisões Matemáticas}$, o que for menor. Ressaltando que, para



fins dessa apuração serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir. Após a constituição da Reserva de Contingência, os recursos excedentes serão destinados à constituição da Reserva Especial para a revisão do plano de benefícios.

O déficit técnico dos planos de benefícios demonstra a insuficiência de recursos para cobertura dos seus compromissos. De acordo com o art. 29 da referida Resolução CNPC nº 30/2018, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado (LDTA), conforme fórmula a seguir: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$.

Já o art. 30 da referida Resolução nº 30/2018 estabelece que o valor do Ajuste de Precificação, caso seja positivo, será deduzido do resultado deficitário acumulado e, caso negativo, será acrescido a esse mesmo resultado para fins de equacionamento.

(Valores apresentados em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2023	2022
Superávit Técnico	199.983	139.518
<i>Reserva de Contingência</i>	199.983	139.518
PSII BD	199.983	160.698
Déficit Técnico	(124.842)	(210.086)
<i>Déficit Técnico</i>	(124.842)	(210.086)
PSI	(124.842)	(210.086)
Resultados Realizados	75.141	(70.568)

Assim, a comparação do Patrimônio de Cobertura do PS-II BD em 2023 no valor de R\$ 1.884.936 mil com as Provisões Matemáticas de R\$ 1.684.953 mil resultou em um Equilíbrio Técnico positivo de R\$ 199.983 mil, equivalente a 11,87% das Provisões Matemáticas BD, que foi registrado na conta de Reserva de Contingência, inferior ao Limite da Reserva de Contingência que corresponde a R\$ 339.518 mil.

Quanto ao PS-I em 2023, a comparação entre o Patrimônio de Cobertura no valor de R\$ 2.877.551 mil e as Provisões Matemáticas de R\$ 3.002.393 mil resultou em um Equilíbrio Técnico negativo de R\$ 124.842 mil, equivalente a 4,16% das Provisões Matemáticas.

O valor do Ajuste de Precificação positivo de R\$ 111.464 mil foi deduzido do resultado deficitário acumulado, resultando no valor do Equilíbrio Técnico Ajustado negativo de R\$ 13.379 mil, não sendo necessária a elaboração de plano de equacionamento do resultado deficitário de 2023 do Plano Serpro I.



14.1 Ajuste de Precificação

De acordo com a normatização vigente, o SERPROS calculou o Ajuste de Precificação, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

O Ajuste de Precificação é divulgado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, resultando na apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado. A seguir, demonstramos o controle e acompanhamento dos títulos objeto dos ajustes de precificação.

14.1.1 Plano PSI BD

DADOS PARA CÁLCULOS

Duração do Passivo: 9,8086 anos

Data da Carteira: 29/12/2023

Duração do Ativo: 9,7832 anos

Taxa de Juros Real Anual: 5,08%

(Valores apresentados em R\$ mil)

VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE
1.643.207	1.531.743	111.464



Os títulos utilizados para o ajuste de precificação estão apresentados no quadro a seguir.

ISIN	Vencimento	Quantidade	Fração	PU registro	PU registro carteira	Volume financeiro	Volume financeiro carteira	Ajuste
BRSTNCNTB3B8	15/08/2030	10.000	1	R\$ 4.489,83024	R\$ 4.234,68	R\$ 44.898.302,00	R\$ 42.346.772,00	R\$ 2.551.530,00
BRSTNCNTB096	15/08/2024	4.200	1	R\$ 4.296,25336	R\$ 4.230,88	R\$ 18.044.264,00	R\$ 17.769.676,00	R\$ 274.588,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	39.625	1	R\$ 4.544,70782	R\$ 4.151,63	R\$ 180.084.047,00	R\$ 164.508.334,00	R\$ 15.575.713,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	10.000	1	R\$ 4.705,53544	R\$ 4.204,58	R\$ 47.055.354,00	R\$ 42.045.776,00	R\$ 5.009.578,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	5.000	1	R\$ 4.705,53544	R\$ 4.171,29	R\$ 23.527.677,00	R\$ 20.856.427,00	R\$ 2.671.250,00
BRSTNCNTB3D4	15/08/2050	3.000	1	R\$ 4.839,43022	R\$ 4.119,53	R\$ 14.518.291,00	R\$ 12.358.593,00	R\$ 2.159.698,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	5.000	1	R\$ 4.705,53544	R\$ 4.138,36	R\$ 23.527.677,00	R\$ 20.691.818,00	R\$ 2.835.859,00
BRSTNCNTB3D4	15/08/2050	1.000	1	R\$ 4.839,43022	R\$ 4.117,54	R\$ 4.839.430,00	R\$ 4.117.542,00	R\$ 721.888,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	3.000	1	R\$ 4.705,53544	R\$ 4.145,21	R\$ 14.116.606,00	R\$ 12.435.627,00	R\$ 1.680.979,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	1.000	1	R\$ 4.705,53544	R\$ 4.162,83	R\$ 4.705.535,00	R\$ 4.162.828,00	R\$ 542.707,00
BRSTNCNTB3B8	15/08/2030	7.276	1	R\$ 4.489,83024	R\$ 4.183,99	R\$ 32.668.005,00	R\$ 30.442.729,00	R\$ 2.225.276,00
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	10.000	1	R\$ 4.716,44907	R\$ 4.251,56	R\$ 47.164.491,00	R\$ 42.515.613,00	R\$ 4.648.878,00
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	3.333	1	R\$ 4.716,44907	R\$ 4.256,51	R\$ 15.719.925,00	R\$ 14.186.941,00	R\$ 1.532.984,00
BRSTNCNTB4Q4	15/05/2055	15.800	1	R\$ 4.821,98096	R\$ 4.337,17	R\$ 76.187.299,00	R\$ 68.527.255,00	R\$ 7.660.044,00
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	7.900	1	R\$ 4.716,44907	R\$ 4.311,49	R\$ 37.259.948,00	R\$ 34.060.734,00	R\$ 3.199.214,00
BRSTNCNTB4Q4	15/05/2055	7.900	1	R\$ 4.821,98096	R\$ 4.338,02	R\$ 38.093.650,00	R\$ 34.270.346,00	R\$ 3.823.304,00
BRSTNCNTB3D4	15/08/2050	20.000	1	R\$ 4.839,43022	R\$ 4.639,33	R\$ 96.788.604,00	R\$ 92.786.649,00	R\$ 4.001.955,00
BRSTNCNTB3D4	15/08/2050	10.000	1	R\$ 4.839,43022	R\$ 4.626,88	R\$ 48.394.302,00	R\$ 46.268.833,00	R\$ 2.125.469,00
BRSTNCNTC0K4	01/01/2031	7.450	1	R\$ 8.855,66655	R\$ 8.508,77	R\$ 65.974.716,00	R\$ 63.390.327,00	R\$ 2.584.389,00
BRSTNCNTC0K4	01/01/2031	22.050	1	R\$ 8.855,66655	R\$ 8.508,77	R\$ 195.267.447,00	R\$ 187.618.351,00	R\$ 7.649.096,00
BRSTNCNTC0K4	01/01/2031	16.267	1	R\$ 8.855,66655	R\$ 8.508,77	R\$ 144.055.128,00	R\$ 138.412.141,00	R\$ 5.642.987,00
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	10.000	1	R\$ 4.716,44907	R\$ 4.389,36	R\$ 47.164.491,00	R\$ 43.893.639,00	R\$ 3.270.852,00
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	10.000	1	R\$ 4.716,44907	R\$ 4.346,65	R\$ 47.164.491,00	R\$ 43.466.482,00	R\$ 3.698.009,00
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	10.000	1	R\$ 4.716,44907	R\$ 4.309,10	R\$ 47.164.491,00	R\$ 43.091.040,00	R\$ 4.073.451,00
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	4.800	1	R\$ 4.716,44907	R\$ 4.263,64	R\$ 22.638.956,00	R\$ 20.465.487,00	R\$ 2.173.469,00
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	10.000	1	R\$ 4.716,44907	R\$ 4.103,63	R\$ 47.164.491,00	R\$ 41.036.257,00	R\$ 6.128.234,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	1	R\$ 4.544,70782	R\$ 4.252,05	R\$ 45.447.078,00	R\$ 42.520.507,00	R\$ 2.926.571,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	1	R\$ 4.544,70782	R\$ 4.280,12	R\$ 45.447.078,00	R\$ 42.801.188,00	R\$ 2.645.890,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	5.000	1	R\$ 4.544,70782	R\$ 4.375,15	R\$ 22.723.539,00	R\$ 21.875.771,00	R\$ 847.768,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	10.900	1	R\$ 4.705,53544	R\$ 4.488,01	R\$ 51.290.336,00	R\$ 48.919.347,00	R\$ 2.370.989,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	5.000	1	R\$ 4.705,53544	R\$ 4.492,56	R\$ 23.527.677,00	R\$ 22.462.780,00	R\$ 1.064.897,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	5.000	1	R\$ 4.705,53544	R\$ 4.483,44	R\$ 23.527.677,00	R\$ 22.417.215,00	R\$ 1.110.462,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	10.000	1	R\$ 4.705,53544	R\$ 4.500,67	R\$ 47.055.354,00	R\$ 45.006.732,00	R\$ 2.048.622,00



14.1.2 Plano PSII BD

DADOS PARA CÁLCULOS

Duração do Passivo: 10,1520 anos

Data da Carteira: 29/12/2023

Duração do Ativo: 10,1411 anos

Taxa de Juros Real Anual: 5,08%

(Valores apresentados em R\$ mil)

VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE
1.150.670	1.055.322	95.348

Uma vez que o plano está superavitário, o valor do ajuste de precificação positivo não é aplicável para fins de distribuição de superávit.

Os títulos utilizados para o ajuste de precificação estão apresentados no quadro a seguir.

ISIN	Vencimento	Quantidade	Fração	PU registro	PU registro carteira	Volume financeiro	Volume financeiro carteira	Ajuste
BRSTNCNTB468	15/08/2024	13.450	0,435	R\$ 4.296,25	R\$ 4.241,94	R\$ 25.136.304,00	R\$ 24.818.556,00	R\$ 317.748,00
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	10.460	0,435	R\$ 4.489,83	R\$ 4.206,37	R\$ 20.429.177,00	R\$ 19.139.404,00	R\$ 1.289.773,00
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	10.505	0,435	R\$ 4.489,83	R\$ 4.184,68	R\$ 20.517.065,00	R\$ 19.122.628,00	R\$ 1.394.437,00
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	18.215	0,435	R\$ 4.489,83	R\$ 4.184,68	R\$ 35.575.282,00	R\$ 33.157.418,00	R\$ 2.417.864,00
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	17.047	0,435	R\$ 4.489,83	R\$ 4.273,21	R\$ 33.294.089,00	R\$ 31.687.739,00	R\$ 1.606.350,00
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	14.964	0,435	R\$ 4.489,83	R\$ 4.276,07	R\$ 29.225.832,00	R\$ 27.834.408,00	R\$ 1.391.424,00
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	10.000	0,435	R\$ 4.489,83	R\$ 4.216,37	R\$ 19.530.762,00	R\$ 18.341.224,00	R\$ 1.189.538,00
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	10.000	0,435	R\$ 4.489,83	R\$ 4.238,14	R\$ 19.530.762,00	R\$ 18.435.901,00	R\$ 1.094.861,00
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	2.000	0,435	R\$ 4.489,83	R\$ 4.246,74	R\$ 3.906.152,00	R\$ 3.694.667,00	R\$ 211.485,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	17.992	0,435	R\$ 4.705,54	R\$ 4.285,51	R\$ 36.827.967,00	R\$ 33.540.634,00	R\$ 3.287.333,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	10.021	0,435	R\$ 4.705,54	R\$ 4.294,04	R\$ 20.512.064,00	R\$ 18.718.315,00	R\$ 1.793.749,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	3.570	0,435	R\$ 4.705,54	R\$ 4.272,92	R\$ 7.307.461,00	R\$ 6.635.634,00	R\$ 671.827,00



BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	16.546	0,435	R\$ 4.705,54	R\$ 4.272,92	R\$ 33.868.138,00	R\$ 30.754.396,00	R\$ 3.113.742,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	12.124	0,435	R\$ 4.705,54	R\$ 4.251,94	R\$ 24.816.712,00	R\$ 22.424.501,00	R\$ 2.392.211,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	9.781	0,435	R\$ 4.705,54	R\$ 4.248,06	R\$ 20.020.806,00	R\$ 18.074.369,00	R\$ 1.946.437,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	5.000	0,435	R\$ 4.705,54	R\$ 4.147,52	R\$ 10.234.540,00	R\$ 9.020.847,00	R\$ 1.213.693,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	5.000	0,435	R\$ 4.705,54	R\$ 4.130,01	R\$ 10.234.540,00	R\$ 8.982.778,00	R\$ 1.251.762,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	2.000	0,435	R\$ 4.705,54	R\$ 4.146,23	R\$ 4.093.816,00	R\$ 3.607.221,00	R\$ 486.595,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	4.000	0,435	R\$ 4.705,54	R\$ 4.164,62	R\$ 8.187.632,00	R\$ 7.246.433,00	R\$ 941.199,00
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	10.000	0,435	R\$ 4.716,45	R\$ 4.247,99	R\$ 20.516.553,00	R\$ 18.478.771,00	R\$ 2.037.782,00
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	10.000	0,435	R\$ 4.716,45	R\$ 4.257,87	R\$ 20.516.553,00	R\$ 18.521.743,00	R\$ 1.994.810,00
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	5.850	0,435	R\$ 4.716,45	R\$ 4.252,93	R\$ 12.002.184,00	R\$ 10.822.635,00	R\$ 1.179.549,00
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	20.000	0,435	R\$ 4.716,45	R\$ 4.251,56	R\$ 41.033.107,00	R\$ 36.988.530,00	R\$ 4.044.577,00
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	6.667	0,435	R\$ 4.716,45	R\$ 4.256,50	R\$ 13.678.386,00	R\$ 12.344.467,00	R\$ 1.333.919,00
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	11.850	0,435	R\$ 4.716,45	R\$ 4.319,72	R\$ 24.312.116,00	R\$ 22.267.093,00	R\$ 2.045.023,00
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	18.150	0,435	R\$ 4.716,45	R\$ 4.319,72	R\$ 37.237.545,00	R\$ 34.105.294,00	R\$ 3.132.251,00
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	12.100	0,435	R\$ 4.716,45	R\$ 4.314,83	R\$ 24.825.030,00	R\$ 22.711.119,00	R\$ 2.113.911,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	20.000	0,435	R\$ 4.839,43	R\$ 4.155,54	R\$ 42.103.043,00	R\$ 36.153.189,00	R\$ 5.949.854,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	10.000	0,435	R\$ 4.839,43	R\$ 4.079,85	R\$ 21.051.521,00	R\$ 17.747.341,00	R\$ 3.304.180,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	10.000	0,435	R\$ 4.839,43	R\$ 3.922,52	R\$ 21.051.521,00	R\$ 17.062.964,00	R\$ 3.988.557,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	15.491	0,435	R\$ 4.839,43	R\$ 4.305,26	R\$ 32.610.912,00	R\$ 29.011.389,00	R\$ 3.599.523,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	2.007	0,435	R\$ 4.839,43	R\$ 4.283,73	R\$ 4.225.040,00	R\$ 3.739.891,00	R\$ 485.149,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	10.025	0,435	R\$ 4.839,43	R\$ 4.268,66	R\$ 21.104.150,00	R\$ 18.615.079,00	R\$ 2.489.071,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	19.602	0,435	R\$ 4.839,43	R\$ 4.286,04	R\$ 41.265.192,00	R\$ 36.546.468,00	R\$ 4.718.724,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	10.000	0,435	R\$ 4.839,43	R\$ 4.172,93	R\$ 21.051.521,00	R\$ 18.152.227,00	R\$ 2.899.294,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	1.000	0,435	R\$ 4.839,43	R\$ 4.121,20	R\$ 2.105.152,00	R\$ 1.792.723,00	R\$ 312.429,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	1.000	0,435	R\$ 4.839,43	R\$ 4.118,93	R\$ 2.105.152,00	R\$ 1.791.734,00	R\$ 313.418,00
BRSTNCNTB476	15/08/2050	501	0,435	R\$ 4.839,43	R\$ 4.305,87	R\$ 1.054.681,00	R\$ 938.399,00	R\$ 116.282,00
BRSTNCNTB4Q4	15/05/2055	12.100	0,435	R\$ 4.821,98	R\$ 4.339,42	R\$ 25.380.497,00	R\$ 22.840.545,00	R\$ 2.539.952,00
BRSTNCNTB4Q4	15/05/2055	3.950	0,435	R\$ 4.821,98	R\$ 4.339,25	R\$ 8.285.369,00	R\$ 7.455.922,00	R\$ 829.447,00
BRSTNCNTB4Q4	15/05/2055	6.050	0,435	R\$ 4.821,98	R\$ 4.339,25	R\$ 12.690.248,00	R\$ 11.419.830,00	R\$ 1.270.418,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	0,435	R\$ 4.544,71	R\$ 4.310,80	R\$ 19.769.479,00	R\$ 18.751.988,00	R\$ 1.017.491,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	0,435	R\$ 4.544,71	R\$ 4.306,70	R\$ 19.769.479,00	R\$ 18.734.157,00	R\$ 1.035.322,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	5.000	0,435	R\$ 4.705,54	R\$ 4.354,04	R\$ 10.234.540,00	R\$ 9.470.036,00	R\$ 764.504,00
BRSTNCNTB674	15/08/2032	10.000	0,435	R\$ 4.540,65	R\$ 4.337,09	R\$ 19.751.817,00	R\$ 18.866.351,00	R\$ 885.466,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	0,435	R\$ 4.544,71	R\$ 4.286,25	R\$ 19.769.479,00	R\$ 18.645.179,00	R\$ 1.124.300,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	4.500	0,435	R\$ 4.705,54	R\$ 4.311,73	R\$ 9.211.086,00	R\$ 8.440.214,00	R\$ 770.872,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	0,435	R\$ 4.544,71	R\$ 4.282,32	R\$ 19.769.479,00	R\$ 18.628.091,00	R\$ 1.141.388,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	0,435	R\$ 4.544,71	R\$ 4.285,72	R\$ 19.769.479,00	R\$ 18.642.872,00	R\$ 1.126.607,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	0,435	R\$ 4.544,71	R\$ 4.276,80	R\$ 19.769.479,00	R\$ 18.604.075,00	R\$ 1.165.404,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	0,435	R\$ 4.544,71	R\$ 4.252,05	R\$ 19.769.479,00	R\$ 18.496.420,00	R\$ 1.273.059,00
BRSTNCNTB4X0	15/08/2028	8.000	0,435	R\$ 4.429,93	R\$ 4.207,73	R\$ 15.416.173,00	R\$ 14.642.904,00	R\$ 773.269,00
BRSTNCNTB4X0	15/08/2028	10.000	0,435	R\$ 4.429,93	R\$ 4.213,74	R\$ 19.270.217,00	R\$ 18.329.773,00	R\$ 940.444,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	0,435	R\$ 4.544,71	R\$ 4.396,16	R\$ 19.769.479,00	R\$ 19.123.302,00	R\$ 646.177,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	5.000	0,435	R\$ 4.544,71	R\$ 4.375,15	R\$ 9.884.740,00	R\$ 9.515.961,00	R\$ 368.779,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	3.000	0,435	R\$ 4.705,54	R\$ 4.072,93	R\$ 6.140.724,00	R\$ 5.315.168,00	R\$ 825.556,00
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	2.000	0,435	R\$ 4.705,54	R\$ 4.506,23	R\$ 4.093.816,00	R\$ 3.920.416,00	R\$ 173.400,00
BRSTNCNTB252	15/05/2033	9.000	0,435	R\$ 4.497,92	R\$ 4.352,02	R\$ 17.609.346,00	R\$ 17.038.167,00	R\$ 571.179,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	5.000	0,435	R\$ 4.544,71	R\$ 4.143,00	R\$ 9.884.740,00	R\$ 9.011.026,00	R\$ 873.714,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	0,435	R\$ 4.544,71	R\$ 4.407,69	R\$ 19.769.479,00	R\$ 19.173.435,00	R\$ 596.044,00
BRSTNCNTB007	15/05/2035	9.000	0,435	R\$ 4.544,71	R\$ 4.399,77	R\$ 17.792.531,00	R\$ 17.225.089,00	R\$ 567.442,00



15. FUNDOS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os Fundos estão assim constituídos:

(Valores apresentados em R\$ mil)

PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	Consolidação	2023	2022
-	306.003	1.356	-	-	307.359	277.210
-	-	1.356	-	-	1.356	-
-	-	-	-	-	-	3.349
-	306.003	-	-	-	306.003	273.861
35.795	19.991	33.500	89.286	(89.286)	89.286	91.295
7.100	712	4.759	-	-	12.571	10.804
5.982	674	3.960	-	-	10.616	8.849
1.118	38	799	-	-	1.955	1.955
42.895	326.706	39.615	89.286	(89.286)	409.216	379.309

15.1 Gestão Previdencial

Fundos com destinação específica constituídos com recursos da Gestão Previdencial, de acordo com a nota técnica específica e podem ser assim resumidos:

Fundos	PSI	PSII BD	PSII CD	Consolidação	2023	2022
Previdenciais	-	306.003	1.356	-	-307.359	277.210
Recursos Remanescentes do Patrocinador	-	-	1.356	-	1.356	-
Compensação de Cotas Excedentes	-	-	-	-	-	3.349
Fundo de Riscos	-	306.003	-	-	306.003	273.861

15.1.1 P S II - BD

Por ocasião da reavaliação atuarial de 2020 foi realizada uma reestruturação da modelagem atuarial dos benefícios de risco do PS-II, sendo criado o Fundo de Risco, para cobertura dos riscos relacionados à ocorrência a invalidez, morte, morbidez e reclusão, que ocasionarão o desembolso das indenizações para cobertura dos respectivos valores que suportarão tais benefícios. Em decorrência da referida reestruturação, os compromissos relativos aos benefícios de risco a conceder passaram a ser cobertos pelo Fundo de Risco que corresponde a R\$ 306.003 mil, em 31/12/2023.



I. Fundo de Risco – destinado a custear os benefícios de Auxílio-Doença, o Auxílio-Reclusão, o Pecúlio por Morte e as parcelas da Aposentadoria por Invalidez e da Pensão por Morte de Participante Ativo não cobertas pelo saldo de conta para garantir o valor mínimo estabelecido no regulamento. O Fundo de Risco é atualizado pela rentabilidade da parcela BD do Plano, creditado das contribuições de risco e dos valores prescritos e debitados dos desembolsos supramencionados.

15.1.2 P S II - CD

Em função da aprovação das alterações do Regulamento do PS-II pela Previc, se fez necessário a constituição do Fundo de Recursos Remanescentes de Patrocinador, em observância ao estabelecido no inciso III do art. 46 do regulamento do plano. O Fundo de Recursos Remanescentes de Patrocinador está vinculado à parcela de contribuição definida do Plano, assim, será atualizado pela respectiva rentabilidade, debitado de eventual utilização, conforme decisão do Patrocinador e autorização do Conselho Deliberativo. O referido fundo equivale a R\$ 1.356 mil, em 31/12/2023.

I. Fundo de Recursos Remanescentes de Patrocinador formado pelos saldos remanescentes das Contas de Participantes não utilizados para pagamento de Portabilidade ou Resgate, atualizado pela rentabilidade líquida da parcela de Contribuição Definida do PS-II, sendo sua destinação definida anualmente com base em decisão do Patrocinador e mediante autorização do Conselho Deliberativo da Entidade.

II. Fundo de Compensação de Cotas Excedentes — destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes da diferença entre a rentabilidade patrimonial do plano de benefícios e a correção monetária referente ao pagamento de resgates e transferências patrimoniais, apuradas entre a data de requerimento e a data do efetivo pagamento.

Em função da aprovação da alteração do Regulamento do PS-II, que estabeleceu a correção dos resgates pela rentabilidade, o propósito do Fundo de Cotas Excedentes ficou sem objeto. Assim, o Conselho Deliberativo, por meio da DL nº 014/2023, de 03/03/2023, aprovou a reversão total do Fundo de Cotas Excedentes para o resultado da parcela de Contribuição Definida do PS-II, com a sua conseqüente extinção, devida à perda da sua finalidade, por se tratar de recursos relativos à excedentes de saldos de contas individuais dos participantes ativos

15.2 Gestão Administrativa

O Fundo administrativo é utilizado para a cobertura das despesas administrativas a serem realizadas pela Entidade na administração dos seus Planos de Benefícios, na forma prevista no seu regulamento e plano de custeio.

É constituído ou revertido mensalmente pelo resultado apurado entre as receitas e despesas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos realizados no mercado financeiro referente ao Plano de Gestão Administrativa (PGA), conforme nota explicativa nº 15.



15.3 Investimentos

Os Fundos dos Investimentos são constituídos com recursos cobrados mensalmente nas prestações de Empréstimos, conforme estabelecido no regulamento em vigor e podem ser assim resumidos:

I. Fundos Investimentos - Quota de Quitação por Morte - Constituído para garantia dos empréstimos concedidos a participantes em caso de falecimento do devedor.

II. Fundos Investimentos – Fundo de Oscilação e Risco - Calculado sobre as prestações de empréstimos para cobrir futura inadimplência.

16. GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Registros e controles inerentes às atividades da administração dos Planos de Benefícios. O SERPROS, atendendo à determinação legal contida na Resolução nº 48 de 08/12/2021, efetua suas operações administrativas em conformidade com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

O quadro a seguir apresenta as movimentações da gestão administrativa:

(Valores apresentados em R\$ mil)

DETALHAMENTO - GESTÃO ADMINISTRATIVA	2023	2022
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	91.295	94.537
Custeio da Gestão Administrativa	32.997	29.902
Despesas Administrativas	(35.006)	(33.144)
Pessoal e Encargos	(25.122)	(22.987)
Treinamentos / congressos e seminários	(328)	(369)
Viagens e estadias	(476)	(156)
Serviços de terceiros	(5.132)	(5.757)
Despesas gerais	(1.041)	(1.363)
Depreciações e amortizações	(247)	(316)
Tributos	(2.181)	(2.015)
Outras Despesas	(479)	(180)
Despesas com Fomento	-	-
Constituição/Reversão de Contingências	-	-
Aumento/Diminuição do Fdo Administrativo	(2.009)	(3.242)
Fundo Administrativo do Exercício Atual	89.286	91.295

Neste exercício social de 2023 o fundo administrativo foi revertido no valor de R\$ 2.009 mil (R\$ 3.242 mil em 2022).



17. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foram realizados os ajustes e eliminações de consolidação em atendimento ao disposto na Resolução Previc nº 23/2023, que estão discriminadas a seguir.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Ativo	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	PGA	Consolidação	Consolidado
Disponível	48	29	133	1	33.486	-	33.697
Realizável	2.933.852	2.246.930	3.116.529	12.403	77.594	(89.286)	8.298.022
Gestão Previdencial	5.904	3.171	0.389	-	-	-	69.464
Gestão Administrativa	35.795	19.991	33.500	-	334	(89.286)	334
Investimentos	2.892.153	2.223.768	3.022.640	12.403	77.260	-	8.228.224
Permanente	-	-	-	-	15.558	-	15.558
Imobilizado	-	-	-	-	15.408	-	15.408
Intangível	-	-	-	-	150	-	150
Total do Ativo	2.933.900	2.246.959	3.116.662	12.404	126.638	(89.286)	8.347.277

(Valores apresentados em R\$ mil)

Passivo	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	PGA	Consolidação	Consolidado
Exigível Operacional	9.502	25.014	163.156	15	37.351	-	235.039
Gestão Previdencial	3.162	24.199	159.869	15	-	-	187.244
Gestão Administrativa	-	-	-	-	37.351	-	37.351
Investimentos	6.340	816	3.288	-	-	-	10.443
Exigível Contingencial	3.952	10.303	916	-	-	-	15.172
Gestão Previdencial	2.325	9.533	-	-	-	-	11.858
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	1.627	770	916	-	-	-	3.314
Patrimônio Social	2.920.446	2.211.642	2.952.590	12.389	89.286	(89.286)	8.097.066
Patrimônio de Cobertura	2.877.551	1.884.936	2.912.975	12.389	-	-	7.687.850
Provisões Matemáticas	3.002.393	1.684.953	2.912.975	12.389	-	-	7.612.710
Benefícios Concedidos	2.476.430	1.684.953	-	9.405	-	-	4.170.788
Benefícios a Conceder	634.119	-	2.912.975	2.983	-	-	3.550.077
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(108.156)	-	-	-	-	-	(108.156)
Equilíbrio Técnico	(124.842)	199.983	-	-	-	-	75.140
Resultados Realizados	(124.842)	199.983	-	-	-	-	75.140
Superávit Técnico acumulado	(124.842)	199.983	-	-	-	-	75.140
Fundos	42.895	326.706	39.615	-	89.286	(89.286)	409.216
Previdencial	-	306.003	1.356	-	-	-	307.359
Administrativo	35.795	19.991	33.500	-	89.286	-	178.573
Investimentos	7.100	712	4.759	-	-	(89.286)	12.571
Total do Passivo	2.933.900	2.246.959	3.116.663	12.404	126.637	(89.286)	8.347.277



18. OUTRAS INFORMAÇÕES

18.1 Ativos Contingentes

AÇÃO DE COBRANÇA CONTRA O SERPRO (PATROCINADOR)

Em virtude do atraso do Serpro no pagamento das contribuições normais e extraordinárias, o SERPROS, cumprindo seu dever fiduciário, promoveu duas ações de cobrança contra o Patrocinador:

Ação de cobrança n.º 0012357-10.2016.4.01.3400 em trâmite na 9ª Vara Federal do DF, proposta em 29/02/2016, envolvendo a cobrança de valores relativos aos acordos, em virtude de decisão do TCU que determinou a suspensão das contribuições extraordinárias a partir de dezembro de 2009. Houve o encerramento da instrução em novembro/2022, estando o processo, desde março/2023, com o magistrado para prolação de sentença.

Ação de cobrança n.º 0026272-89.2016.4.01.3400, proposta em 27/04/2016, em trâmite na 2ª Vara Federal do Distrito Federal, que em razão de dificuldades financeiras o patrocinador atrasou o pagamento dos contratos e das contribuições normais no período de 2013 a 2016. Em maio de 2021, houve celebração de acordo com a Patrocinadora, com valores já recebidos à época, estando o processo, até a presente data, pendente de extinção.

18.2 Ativos Recuperáveis

As informações constantes nesse item, podem ser consultadas nos itens: (I) 9.1.2.2.2; (II) 9.1.2.2.3; (III) 9.1.2.2.4; (IV) 9.1.2.3; (V) 8.1.2.4; (VI) 9.1.4.1; (VII) 9.1.5; (VIII) 9.1.6; (IX) 11.2; (X) 12.3; (XI) 18.1.

19. PARTES RELACIONADAS

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC nº 1.297, de 17 de setembro de 2010, aprovou a NBCT 17 (renumerada para NBC TG05 (R3)), com base no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) (IAS 24 do IASB), para tratar da divulgação sobre partes relacionadas. O objetivo principal da norma é assegurar que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para chamar a atenção dos usuários para a possibilidade do balanço patrimonial e a demonstração do resultado da entidade estar afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos, incluindo compromissos, com as referidas partes relacionadas.

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar têm por objetivos primordiais a instituição e administração de planos de benefícios complementares ou suplementares à previdência social. Para a realização de seus objetivos, as entidades realizam as seguintes transações recorrentes com as partes relacionadas:



recebimentos de contribuições previdenciárias / administrativas, vertidas pelos patrocinadores, participantes e assistidos e pagamento de benefícios aos assistidos, em conformidade com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios;

concessão de empréstimos aos participantes/assistidos, mediante regulamentos próprios; e

pagamentos de remunerações aos empregados, Diretoria Executiva, membros dos Conselhos Estatutários, membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho Deliberativos.

Além das operações recorrentes as entidades, realizam outras transações consideradas não recorrentes, tais como: realizações de operações de contrações de dívidas e de locação de imóveis com patrocinadores.

No SERPROS são consideradas Partes Relacionadas:

pessoa que possa influenciar de forma relevante as decisões na Entidade, tomadas em conjunto ou individualmente;

pessoa que exerça cargo de dirigente, membro de conselhos e/ou comitês de assessoramento do Conselho Deliberativo da Entidade ou em uma das empresas patrocinadoras ou instituidoras dos planos administrados pela Entidade;

pessoa que seja, em relação a quaisquer pessoas mencionadas nos itens (i) e (ii), (a) cônjuge ou companheiro; (b) parente consanguíneo ou por afinidade até o segundo grau, em linha reta ou colateral;

Considera-se que uma entidade está relacionada com a Entidade se: (a) entidade for empresa patrocinadora ou instituidora de um dos planos administrados pela Entidade; (b) a entidade exercer influência relevante sobre a Entidade; (c) for entidade controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto ou significativamente influenciada, por uma das pessoas identificada nos itens (i) e (ii).

As transações recorrentes com Partes Relacionadas são aquelas que decorrem de transações com patrocinadoras, participantes e assistidos, ou seja, da natureza das atividades da Entidade, cujos relacionamentos se iniciam por intermédios de Convênios de Adesões para oferecimento dos planos administrados pela Entidade, recebimentos de contribuições e pagamentos de benefícios, conforme previstos nos respectivos regulamentos.

Todas as transações recorrentes com partes relacionadas foram registradas nas demonstrações contábeis e estão a seguir detalhadas:

Patrocinadores/Instituidores:



Contribuições Previdenciárias / Administrativas: Podem verter contribuições previdenciárias e administrativas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios por eles patrocinados.

Participantes Ativos/Assistidos:

Contribuições Previdenciárias / Administrativas: vertidas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios;

Empréstimos (Operações com Participantes) – Podem ser obtidos pelos participantes, caso permitido pelo regulamento de seu respectivo plano de benefícios, nas condições nele dispostas.

Os saldos das carteiras de empréstimos encontram-se na nota explicativa 8.1.4.

Benefícios de Prestação única, continuada, pensões e pecúlios: podem ser obtidos de acordo com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios. O valor total das contribuições e dos benefícios encontram-se demonstrados na Demonstração da Mutaç o do Ativo L quido dos respectivos planos.

Empregados do SERPROS

Podem ser participantes dos planos de benefícios, entretanto, ressaltamos nesta rela o, eles obedecem ao disposto nos regulamentos dos respectivos planos, sem vantagem alguma sobre os demais participantes.

Remunera o Global: A remunera o total dos empregados, incluindo sal rios, encargos, benef cio e plano de pens o foi de R\$ 20.832 mil (R\$ 19.560 mil em 2022).

Diretoria do SERPROS

Remunera o Global: A remunera o total da Diretoria, incluindo honor rios e encargos, foi de R\$ 2.520 mil em 2023 (R\$ 1.973 mil em 2022).

Remunera o de Conselheiros Deliberativos

A remunera o total dos Conselheiros Deliberativos, incluindo encargos, foi de R\$ 567 mil em 2023 (R\$ 423 mil em 2022).

Remunera o de Conselheiros Fiscais

A remunera o total dos Conselheiros Fiscais, incluindo encargos, foi de R\$ 269 mil em 2023 (R\$ 201 mil em 2022).



20. GESTÃO DE RISCOS

Com vista ao cumprimento do pagamento de benefícios correntes e futuros, os recursos garantidos dos planos de benefícios são geridos sob as boas práticas de gestão de investimentos. Além disso, o SERPROS reconhece os riscos aos quais está exposto em suas diversas classes de ativos financeiros, com monitoramento contínuo no que tange a proativo gerenciamento de riscos corporativos, observado os dispositivos da Resolução CMN nº 4.994/2022 e Resolução CGPC nº 13/2004.

O processo de gerenciamento de riscos e controles se pauta na arquitetura elaborada pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO*, contemplando a identificação, avaliação (qualitativa e/ou quantitativa) e tratamento dos riscos associados aos processos organizacionais, a partir da adoção de 1ª, 2ª e 3ª linhas envolvidas na gestão de riscos com funções segregadas e harmônicas quanto às diretrizes e aos objetivos institucionais, além de ações periódicas de disseminação, treinamento e capacitação dos colaboradores sobre a cultura de gestão de riscos que deve pautar todas as atividades do SERPROS.

A metodologia utilizada engloba a Autoavaliação de Riscos e Controles em ciclos periódicos que envolvem todas as áreas no entendimento do contexto para o diagnóstico dos fatores de riscos corporativos, com vistas à melhoria contínua do desempenho organizacional por meio da revisão de processos, elaboração de planos de ação e criação de mecanismos para resposta aos riscos identificados, considerando:

Diretrizes e objetivos fixados a cada biênio no planejamento estratégico;

Apetite e tolerância a riscos;

Macroprocessos, processos e subprocessos da cadeia de valor da entidade;

Conformidade com a legislação aplicável;

Sistemas de informação que dão suporte às atividades desempenhadas;

Gestão orçamentária e de pessoas;

Integração com os projetos institucionais.

No gerenciamento de riscos são considerados os conceitos constantes no Dicionário de Riscos do SERPROS, bem como parâmetros pertinentes, com destaque para as seguintes categorias:

Riscos de Mercado – Possibilidade de perdas decorrentes de flutuações adversas nos preços dos fatores de mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, commodities etc.) que afetam os valores dos ativos e passivos financeiros da Entidade (riscos de: oscilações adversas; e concentração da carteira).



Acompanhamento e gerenciamento do risco e do retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos, utilizando modelo que limita a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos. Em atendimento ao que estabelece a legislação, o acompanhamento do risco de mercado é realizado através do Value-at-Risk (VaR) que estima a perda esperada, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada.

Riscos de Crédito – Possibilidade de perdas decorrentes de incapacidade de pagamento ao credor relacionada aos instrumentos e contratos financeiros componentes da carteira de investimentos e de valores a receber da Entidade (riscos de: contraparte, degradação da qualidade; concentração de crédito; e garantia).

Avaliado com base em estudos e análises produzidos junto aos gestores terceirizados que consideram os ratings atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Riscos de Liquidez – Possibilidade de perdas decorrentes da necessidade de sacrificar ativos ou tomar recursos em condições adversas por necessidade de caixa (riscos de: descasamento; solvência; e liquidação forçada).

Está relacionado ao casamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data do pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano. À medida que os prazos de vencimento das obrigações se aproximam, a alocação dos recursos deve privilegiar ativos mais líquidos, bem como o planejamento deve garantir que as alienações dos ativos ocorram no prazo certo e a preço justo. O controle desse risco no SERPROS é feito através do ALM Estocástico, cuja metodologia consiste na projeção da carteira de ativos e do fluxo de caixa previdenciário dos Planos, a partir de simulação onde são consideradas premissas de reinvestimento visando a liquidez.

Riscos Operacionais – Possibilidade de perdas decorrentes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como resultantes de fraudes (riscos de: concepção de processos; conformidade operacional; documentação; eventos externos ou catástrofes; falha humana; fraude; indisponibilidade de pessoal especializado; dimensionamento de pessoal; infraestrutura física; segurança da informação; sistemas; salvaguarda de ativos e corrupção/suborno).

Risco de Terceirização – Possibilidade de perdas decorrentes de situações em que os serviços prestados ou os processos executados por terceiros não atinjam os padrões contratados e esperados (riscos de: concentração na terceirização; responsabilidade solidária; parceiro; e qualidade).

Na administração dos recursos financeiros, há a possibilidade da terceirização total ou parcial dos investimentos do SERPROS, por meio da delegação de determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta a Entidade de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores.



Risco Legal – Possibilidade de perdas decorrentes de penalidades resultantes de ações de órgãos de fiscalização e de controle, bem como de decisões desfavoráveis em aspectos legais e regulamentares que envolvam contratos firmados e processos judiciais ou administrativos (contencioso; contratual; conformidade externa; tributário e trabalhista).

Pode gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades diversas e investimentos, será feito por meio da elaboração de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à Política de Investimentos, bem como da revisão periódica de regulamentos dos fundos, exclusivos ou não, e de pareceres jurídicos em relação aos contratos com terceiros.

Risco Atuarial – Possibilidade de desequilíbrio nos planos de benefícios por perdas decorrentes de metodologias inadequadas ou da adoção de hipóteses ou premissas atuariais pouco aderentes à massa de participantes (riscos de: provisão; atuarial técnico e cadastro).

Contempla a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na estimativa do cálculo do passivo e, conseqüentemente, dos recursos necessários para honrar com os benefícios a serem pagos aos participantes dos planos.

Riscos Estratégicos – Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios, bem como utilização de premissas ou análises de cenários inadequados na tomada de decisões estratégicas, fundamentais para o desempenho e a sustentabilidade do negócio (riscos de: conjuntura; competição; planejamento; execução das diretrizes estratégicas; e governança).

Riscos de Imagem/Reputação - Possibilidade de perdas decorrentes da percepção negativa pelas partes interessadas (patrocinadores, participantes, assistidos, beneficiários, contrapartes, órgãos governamentais, comunidade etc.), de forma pontual ou permanente, que podem afetar adversamente a sustentabilidade do negócio (riscos de: divulgação de informações internas e externas; propaganda; publicidade negativa; e imagem associada a parceiros e colaboradores).

No geral, ainda podemos mencionar os riscos sistêmicos, em função do reflexo de uma parte limitada do segmento se propagar por todo o sistema, em efeito cascata, acarretando uma insolvência generalizada. Desta forma, o gerenciamento de riscos considera as análises setoriais e os comentários econômicos de especialistas e relatório divulgados pelo Banco Central do Brasil.

Em relação aos riscos financeiros dos investimentos, é importante informar que esses são avaliados por consultoria externa contratada e quando aplicável, pelo Comitê de Riscos de Investimentos, de forma a subsidiar as recomendações do Comitê de Aplicações e decisões dos órgãos colegiados.

CNPJ POR PLANO



O Conselho Nacional de Previdência Complementar publicou em 11/12/2018 a Resolução CNPC nº 31/2018, instituindo o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ para que cada plano de benefícios administrado pela EFPC possa ter total independência patrimonial em relação aos demais planos de benefícios, dando com isso, uma identidade própria e individualizada em todos os aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, contábeis e de investimentos, conforme estabelece a Lei Complementar nº 109 de 29/05/2001, em seu artigo 34 – I-b. O prazo para as EFPC se adequarem à Resolução CNPC nº 31/2018 era de três anos, ou seja, em 31/12/2021.

Em 2021, por meio de sua Resolução CNPC nº 46, de 01/10/2021, o CNPC prorrogou o prazo de adequação por parte das EFPC, para mais um ano, determinando como prazo final para a adequação dos procedimentos visando a adequação operacional do CNPJ nos EFPC o dia 31/12/2022.

A Resolução CNPC nº 57/2022 efetuou nova prorrogação de prazo, e definiu como data final para a adequação da estrutura operacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar para a operacionalização do CNPJ por plano o dia 31 de dezembro de 2023.

Conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 5º da Resolução nº CNPC 46/2021, “a inscrição no CNPJ não confere personalidade jurídica própria aos planos de benefícios. A Receita Federal do Brasil emitiu Nota RFB/SUFIS nº 8, de 10/10/2022, relatando que não haverá reflexos na forma de prestação das informações pelas EFPC à Receita Federal do Brasil, haja vista que os leiautes das obrigações acessórias a serem prestadas pelas entidades não exigem o detalhamento de informações por plano de benefício.

A Receita Federal do Brasil, através do Ato Executivo COCAD nº 4/2022, informou às Entidades Fechadas de Previdência sobre a criação do CNPJ para os planos previdencial, disponibilizando o número da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. Para os planos de benefícios previdencial administrados pela SERPROS foram criados os seguintes CNPJ pela Receita Federal do Brasil:

CNPJ 48.306.622/0001-79 - PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO I

CNPJ 48.307.027/0001-58 - PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO II

CNPJ 49.619.905/0001-33 – PLANO DE BENEFÍCIOS SER+

O SERPROS efetuou os procedimentos administrativos necessários visando as adequações operacionais da Entidade para a operacionalização dos CNPJ dos planos de benefícios previdencial no prazo legal estabelecido.

EVENTO SUBSEQUENTE

RECEBIMENTO DOS PRECATÓRIOS ORIUNDOS DA OFND



Em 07/02/2024, foi efetuado o depósito no valor de R\$ 78.462 mil efetuado na conta do SERPROS na instituição bancária Banco do Brasil, fruto de ordem proferida nos autos do Processo Judicial n.º 5003167-39.2022.4.02.9388 (Precatório), oriundo do Processo Originário n.º 0068084-25.2016.4.02.5101/RJ, em trâmite na 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ, tendo como Autores o SERPROS e, como Requerida, a União – Advocacia Geral da União, cujo objeto é o recebimento integral do crédito de OFND, que foi baixado na mesma data do grupo de investimentos denominado “Precatórios a Receber”.



Relatório dos Auditores Independentes

[2023 - Relatório dos Auditores \(RAI\) 31.12.2023 - SERPROS](#)

Parecer Atuarial

[Parecer PS-I](#)

[Parecer PS-II](#)

[Parecer Ser+](#)

Parecer do Conselho Fiscal

[Parecer_COF_Demonstracoes_2023](#)

Deliberação do Conselho Deliberativo

[DL_CDE_08_2024_Aprovacao_Demonstracoes_Contabeis_2023_com_anexos_29_assinado_assinado](#)



SERPROS
FUNDO MULTIPATROCINADO



@serprosfundomultipatrocinado

www.serpros.com.br